

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República**

**Bárbara Winther da Silva**

**2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República**

**BÁRBARA WINTHER DA SILVA**

**Sob a orientação da professora  
Rebeca Gontijo Teixeira**

Dissertação submetida como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de **Mestre** em História, no  
Curso de Pós-Graduação em  
História, Área de Concentração  
Relações de Poder, Linguagens e  
História Intelectual

Seropédica, RJ  
Outubro de 2015

981

S586e

Silva, Bárbara Winther da, 1991-

T

A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República / Bárbara Winther da Silva. – 2015.

101 f.: il.

Orientador: Rebeca Gontijo Teixeira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2015.

Bibliografia: f. 96-101.

1. Brasil - Historiografia - Teses. 2. Brasil - História – Teses. 3. Brasil – História – República Velha, 1889-1930 – Teses. 4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – História – Teses. I. Teixeira, Rebeca Gontijo, 1968- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

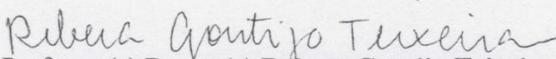
*A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República.*

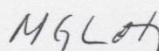
**BÁRBARA WINTHER DA SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

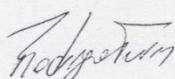
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/08/2015

Banca Examinadora:

  
Professor(a) Doutor(a) **Rebeca Gontijo Teixeira** - UFRRJ  
Orientador(a) e Presidente da Banca

  
Professor(a) Doutor(a) **Maria da Glória de Oliveira** - UFRRJ

  
Professor(a) Doutor(a) **Francisco Gouvea de Sousa** – UERJ

  
Professor(a) Doutor(a) **Rodrigo Turin** - UNIRIO

## RESUMO

O presente trabalho tem como preocupação pensar a escrita da história no final do Império e Primeira República no Brasil (1870-1920). Para investigar tal tema escolhemos um local de proeminência para a escrita da história nesse período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esse instituto foi criado no ano de 1838 e tinha como função pensar a formação da nacionalidade brasileira, assim como a escrita da história nacional. No âmbito desse local, escolhemos sete sócios dessa agremiação para analisar como eles compreendiam a escrita da história nacional, como deveria ser pensada, articulada e concretizada a operação de escrita da história do Brasil. Quais os métodos, formas, temas, personagens deveriam compor o trabalho do historiador. As respostas para essas questões não são um uníssono, mas possuem diferentes posicionamentos, que evidenciam um contexto de disputas sobre o passado e a história que deve ser escrita e ensinada.

**Palavras-chave:** História; IHGB; Primeira República; nação; historiografia.

## **ABSTRACT**

The present work has the concern of thinking about the writing of history in the end of the Empire and the First Republic in Brazil (1870-1920). To investigate the theme we chose a site of prominence to the writing of the history in this period, the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). This institute was founded in 1838 and had the function of think about the formation of the Brazilian nationality, just as the writing of the national history. Within this local, we chose seven partners of this society to analyze how they understood the national history writing, how it should be thought, articulated and realized the operation of the writing in the history of Brazil. Which methods, ways, themes, characters should compound the work of a historian. The answers for all of these questions are not unison, but have different point of views, that show a context of competitions about the past and history that should be written and taught.

**Keywords:** History; IHGB; First Republic; nation; historiography.

## SUMÁRIO

<b>Introdução - .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I – O historiador: práticas e figurações no início da república .....</b>	<b>18</b>
1.1. Entre antigos e modernos - .....	20
1.2. As etapas do trabalho historiográfico e as figurações do historiador - .....	27
<b>Capítulo II – A retórica da cientificidade - .....</b>	<b>45</b>
2.1. Uma história repleta de fatos mal averiguados - .....	46
2.2. Os diversos saberes em jogo na escrita da história - .....	52
2.3. É a história uma ciência? - .....	57
<b>Capítulo III – O valor da história - .....</b>	<b>66</b>
3.1. A história ensina - .....	66
3.2. Uma história essencialmente nacional - .....	77
3.3. O lugar do patriotismo na escrita da história nacional .....	83
3.4. História e natureza na construção da nação - .....	87
<b>Conclusão - .....</b>	<b>93</b>
<b>Referencias bibliográficas - .....</b>	<b>96</b>

Dedico essa dissertação a minha bisavó Maria. Você me ensinou que o amor está presente em todas as pessoas e que cabe apenas sabermos olhar verdadeiramente para dentro de cada um. Você me mostrou que a forma que olhamos o mundo é escolha nossa. Ensinou-me que olhar com amor e respeito para os outros faz da vida uma experiência única e muito feliz. Vó, você marcou, marcou e marcará para toda a existência o meu eu. Obrigada. Dedico também a todos aqueles que acreditam que o mundo pode ser um lugar melhor e, que a educação é uma das formas de assim torná-lo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e a incrível experiência de compartilhar a existência e o amor. Ao mestre Jesus, por ser inspiração diária. E a todos os exemplos de inúmeras pessoas que cotidianamente fazem com que eu acredite que o mundo pode ser um lugar bem melhor de ser viver.

Aos meus pais, Elinete e Adivilso, por serem muito mais do que mereço e tudo que tenho de mais precioso, que são os verdadeiros diamantes da minha vida e que ao lapidarem-se, tornam-se exemplos. Obrigada pelo apoio, muito mais que material, por sempre me apoiarem nas minhas escolhas, muitas vezes sem entendê-las, mas simplesmente respeitá-las. Vocês me ensinaram que lutar pelos nossos sonhos e aquilo que acreditamos é uma escolha, e quando eu a fiz vocês estavam ao meu lado, para como sempre abrirem um sorriso e os braços, afugentando-me no lugar mais seguro que pode existir em todo o universo.

Meus irmãos, Welison e Wellington, foram os melhores presentes que a vida pode me dar. Welison obrigada por ser tão companheiro, verdadeiro e alegrar minha vida. A corda que me destes ficará para sempre guardada, junto às lindas lembranças que guardo na minha memória. Wellington obrigada pelos sorrisos que alegam meu dia e pelas brincadeiras que tornam minha vida mais cheia de luz. Daqui mil vidas, vocês farão parte dela.

A minha família, que nunca deixou de acreditar que poderia concretizar mais uma etapa e, por sempre estarem por perto. Tia Andreia, você é mais que uma tia, é a minha segunda mãe, um espírito afim, que continuará dividindo toda a infinita caminhada. Meus primos, Marllon, um amigo; Hemerson, pelo companheirismo, mais que um primo, um irmão; Oreste José, Inácio, Otton e Bernardo por alegrarem meus dias e me fazerem ter 3 anos de idade novamente. Aos meus avôs por me propiciarem o espaço no qual sempre me liberto e ao mesmo tempo descobro-me. Aos meus tios e tias por todos os olhares de amor e confiança lançados e também pelas sempre motivadoras palavras.

Aos amigos, que são os afins, os companheiros que reconheci durante a vida e, com quem alegro-me em dividir as mais diversas experiências. Claudia, a irmã que a vida me deu, por dividir todas as minhas angústias e me ensinar todos os dias, o que temos é para todo o infinito. Felipe, Weverton e Wellington por estarem ao meu lado, desde a barriga de nossas mães e, por compartilharem todas as diferentes etapas que vieram, nossa parceria foi traçada na maternidade. A Wal pela leveza com que leva a vida e aos risos sempre fartos que me proporciona. Dayane, minha baixinha, obrigada pelas brincadeiras e por dividir momentos hilários comigo. Juliane, obrigada pelas palavras de amizade e carinho de sempre.

Agradeço aos amigos de Comeerj, ao polo IV-Carfarnaum e ao XIX-Galiléia pela energia doada durante os quatro dias do anos que passamos juntos e, pelas vibrações emanadas durante todo os dias.

Aos amigos ruralinos que foram meu porto seguro nesses seis anos de rural. Ao F4-203 que durante a graduação foi meu lar, no melhor significado da palavra. Principalmente a Lala, Mari e Lidi pelo carinho e dedicação. E em especial, a Veronica, minha irmã e companheira de sempre, por estar ao meu lado, dividindo os risos e secando as lágrimas quando foram necessárias. O que construímos foi apenas o início de uma linda história, porque não acaba quando termina. Meninas, obrigada por tudo.

A Natália pelo carinho e forma tão leve e feliz de construir a nossa amizade, obrigada. A Claudinha e Luciene, pela alegria com que contagiaram minha vida e pelas resenhas por Seropédica, as recordações desse momento rendem muitos risos.

A minha turma de graduação, 2009-1 noturno, por terem dividido uma das melhores fases da minha vida. De forma especial a Luciana e sua família, os Trindade, pelo carinho das

diversas acolhidas nos finais de semana, que foram essenciais para amenizar as saudades de casa, sinto-me da família. Ao André pelo companheirismo de sempre. Joyce, obrigada por ser tão verdadeira e feliz e, pelas diversas palavras de incentivo. A Veronika pelo cuidado e amor que dedica desde sempre, você é um dos tesouros que juntei nesses anos. Karina, pela amizade e companheirismo, você também faz parte do tesouro que acúmulo. Guilherme, que apesar da distância, nunca deixou de ser fazer presente e, obrigada pelo sobrinho lindo. Vocês três são mais que amigos, são irmãos que juntei nessa vida. Tudo com vocês é mais fácil.

Aos amigos do mestrado. As festas foram os momentos mais descontraídos e que adoro recordar. Torço para que nossa disputa musical não chegue ao fim, mas que tenha um breve intervalo. Nately, sou grata por dividir e discutir de forma muito sincera as angústias que te afligiam e dividir as minhas, principalmente por um mundo melhor, por ir além do óbvio, de me tirar do lugar comum e, principalmente, por fazer eu ter 8 anos de idade novamente. Everton, obrigado por me ter confiado a sua amizade, o que a Rural constrói, nada destrói. Parça, em breve estaremos juntos novamente.

As meninas da República das Letras por dividirem um lar e junto com eles não apenas alegrias, as obrigações e as TPMs de várias mulheres juntas. Yaísa, obrigada pelo companheirismo e pelas mudanças conjuntas. Lorhany, pela amizade, carinho e olhar sempre risonho lançado todos os dias. Grazi, obrigada pelo carinho diário e pela delicadeza de sempre.

O meu obrigada aos professores que foram essenciais na minha formação. Lembrome de todos. Se escolhi o caminho da docência vocês tem muita influência. Aos professores da rural, tanto da graduação e do mestrado, que foram essenciais na continuidade da escolha e dos caminhos feitos. São exemplos que serão sempre lembrados.

Também agradeço aos mais diferentes funcionários da rural. Em especial a xerox do seu Francisco, que sempre tratou-me com tanto carinho e salvou-me algumas vezes. Ao quiosque do Marcelo, local que recordo com muito carinho, pois ali tive conversas e formei amizades que o tempo não irá apagar. De forma especial a Cheila, que no período da aprovação para o mestrado, foi a principal responsável por conseguir entregar tudo no prazo, com todas as exigências burocráticas.

Agradeço de forma especial a Glória, pela dedicação de quando professora, pelo seu exemplo de profissional. Obrigada por todas as ajudas e direções dadas. Rodrigo, agradeço seu carinho em participar da banca e poder contribuir com sua leitura atenta para o trilhar dessa dissertação. E ao Francisco, pela forma leve e ao mesmo tempo cheia de questionamentos que muito contribuíram para a minha formação.

A Rebeca, por aceitar a difícil tarefa de orientar. Nesses anos em que estamos trocando essa experiência, tivemos erros, acertos, que considero essenciais muito mais que na minha formação, para a minha vida. O seu jeito humilde e gentil vai para além de uma dissertação, é para a vida. Obrigada pela paciência e confiança.

Por fim, agradeço a Capes, por ter concedido a bolsa durante os dois anos do mestrado, que foi essencial para a concretização dessa etapa.

## INTRODUÇÃO

O que fabrica a historiador, quando “faz a história”? Em que trabalha? O que produz? Interrompendo suas andanças eruditas pelas salas dos arquivos, ele se desliga por um instante do estudo monumental que o classificará entre seus pares e, uma vez na rua, pergunta a si mesmo: que profissão é essa? (CERTEAU [1975] 1982, p.65).

O século XIX tornou-se conhecido como o século da História, quando a historiografia conquistou importância epistêmica e política e, junto com ela, os historiadores atingiram uma posição de destaque na cena pública, como homens de Estado e intelectuais que colocavam sua erudição a serviço do conhecimento e do poder. As narrativas históricas tornaram-se, então, uma espécie de instrumento estratégico para as coletividades, possibilitando o arranjo escrito do tempo e dos acontecimentos considerados capazes de definir o que é a nação e qual à sua origem, compreendida como o seu processo de formação. As nações eram o horizonte temático que delimitavam à experiência do tempo passado, presente e futuro e, a história tornou-se um objeto de disputas no processo de construção das identidades políticas dos Estados Oitocentistas.

No Brasil do século XIX, os esforços mais eficazes no sentido de construir uma historiografia nacional ocorreram mediante à institucionalização da pesquisa histórica, evidenciada pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, no Rio de Janeiro, bem como pela fundação de instituições congêneres nas diferentes províncias. O processo de construção do Estado imperial foi acompanhado pela produção de conhecimentos sobre o país, dando continuidade ao “processo civilizador” iniciado pela colonização portuguesa. Contudo, para os letrados que viveram o pós-Independência, tornara-se cada vez mais urgente estabelecer os referenciais históricos, geográficos e etnográficos capazes de caracterizar e, portanto, definir, o que era a nação brasileira e, particularmente, quem era seu povo. Nação que inicialmente e, por muito tempo, foi compreendida como herdeira de uma civilização branca e europeia nos trópicos.<sup>1</sup>

Os estudos sobre a historiografia produzida no Brasil a partir do século XIX observam que, desde aquele momento, a escrita da história nacional passou a ser objeto de discussão, a partir da qual distintas concepções acerca da história, da historiografia e dos historiadores passaram a circular. A questão era saber como transformar uma sociedade nascida da colonização e da escravidão (cujas marcas o Império desejava apagar) em tema para uma narrativa histórica similar às histórias das nações europeias. Dominar o tempo impondo-lhe uma cronologia era fundamental. Isso implica em identificar lugares, personagens e acontecimentos capazes de dar corpo e voz a essa história, tarefa capaz de mobilizar inúmeros homens de letras. Como distinguir o historiador entre os letrados? Como reconhecer uma obra como historiográfica?

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aparece nesse horizonte como um local privilegiado para a constituição de saber histórico que atenda as demandas da nação. Nele são postulados parâmetros para a constituição da história e do historiador. O IHGB, desde sua fundação, em 1838, teve como função pensar “o processo de gênese da nação brasileira”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1988. p. 5-27.

<sup>2</sup> Idem.

Como apontou Manoel Luiz Salgado Guimarães, a história seria a ferramenta essencial para forjar a tão pretendida nacionalidade, discussão que perpassa todo o século XIX e se desdobra durante o XX. Em outras palavras, o objetivo era indicar o sentido da formação do Brasil, conformando uma visão uniforme entre as elites, ou melhor, uma “retórica da nacionalidade”, nas palavras de Temístocles Cezar.<sup>3</sup> De acordo com esse autor, a expressão define a principal característica da cultura historiográfica Oitocentista: a produção de um discurso com a finalidade de convencer os nacionais de que partilhavam um passado comum e um presente com a mesma identidade. Contudo, ao mesmo tempo em que almejava uma compreensão homogênea de si mesmos e da história do Brasil, esse discurso historiográfico encobria elementos dispersos, uma vez que, naquele contexto, a história, a geografia, a literatura e a etnografia buscavam singularizar essa “retórica”, constituindo-se como domínios de explicação do ser nacional.<sup>4</sup>

De acordo com Guimarães, os membros do IHGB compartilhavam uma dupla concepção de história: uma antiga e, outra, moderna. A história tanto era vista como um campo de experiências de onde era possível extrair exemplos para o presente, quanto era compreendida como uma “marcha linear e progressiva”, capaz de articular o passado ao presente e ao futuro. Diante disso, ao historiador era atribuído um papel moral e político: identificar e demonstrar à finalidade última da história.<sup>5</sup> Nesse sentido, o trabalho de escrita da história pode ser entendido como “parte de um esforço maior de construção social da vida humana”.<sup>6</sup>

O IHGB buscava formalizar à pesquisa histórica estabelecendo um programa capaz de indicar como a história deveria ser investigada, arquivada e escrita. No primeiro número da sua revista foram fixadas as metas principais: “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”.<sup>7</sup>

A construção daquilo que Temístocles Cezar definiu como a “retórica da nacionalidade” atendia ao projeto civilizador imperial ao por em prática uma investigação

---

<sup>3</sup> CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, 2006, p. 30-41. Sobre o IHGB no século XIX, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1988, p. 5-27; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, tomo 156, vol. 388, 1995; CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos*, Maringá, vol. 8, n. 1, 2004, p. 11-30. E, no início da república: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006; GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009; HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007.

<sup>4</sup> CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, 2006, p. 29.

<sup>5</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, FGV, n. 1, 1988, p. 5-27, p. 15.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. In: *Ágora (UNISC)*, v. 11, 2005, p. 32.

<sup>7</sup> MATTOS, Raimundo da Cunha e BARBOSA, Januário da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *R.IHGB*, tomo I, 1839, p. 6. O Instituto mantinha contato com outras instituições internacionais, como por exemplo, o Smithsonian Institut de Washington, o Instituto Histórico de Paris, a Academia de Ciências de São Petersburgo e a Sociedade Real dos Antiquários do Norte. Ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

retrospectiva sobre o passado nacional, tornando-o inteligível, ao menos para uma parcela da população. É a história da construção de uma unidade territorial e política, em meio à uma incômoda população não tão homogênea quanto se desejava.

Como é sabido, a primeira obra produzida por um nacional, capaz de concretizar esse projeto, foi escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816- 1878). Sua *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857, reunia às características então esperadas de uma obra histórica: vasta documentação e um relato sob o ponto de vista nacional, ainda que prevalecesse à perspectiva de continuidade entre o período colonial e o da nação independente.

Esse modelo de escrita tornou-se cada vez mais questionado, sobretudo à partir da década de 1870. E a instauração da República em 1889 aprofundou a necessidade de reescrita da história nacional, bem como, contribuiu para que as práticas, os procedimentos utilizados para investigar e, sobretudo, narrar a história da nação, fossem revistos e evidenciados, como demonstra uma série de textos publicados em revistas no período. Uma fórmula para os historiadores do XIX era: "(...) a história se faz, mas também se revisa e reescreve, com documentos".<sup>8</sup>

O recorte temporal desta pesquisa foi estabelecido em função da localização de uma série de textos publicados entre a década de 1870 e as duas primeiras décadas republicana, mais precisamente até o ano de 1915, no qual o discurso de João Ribeiro é publicado. Seus autores, um grupo identificado como geração reformista ou modernista de 1870 ou, simplesmente, geração de 1870, apresentam interesses comuns e eram movidos pela crítica à sociedade imperial, ao *status quo* vigente, que bloqueava seus acessos a diferentes espaços. Nesse contexto de crise e contestação, uma geração de letrados empreendeu esforços para implementar uma modernização do país em moldes conservadores em meio à conjuntura marcada pelo fim da escravidão e do Império que ela ajudou a construir.<sup>9</sup>

De acordo com Angela Alonso, esse movimento “intelectual” foi alimentado pela emergência de oportunidades políticas em decorrência da cisão da elite política imperial e da incompletude do processo de modernização. Nas palavras da autora, houve uma “dilatação das possibilidades de manifestação pública de opiniões”, de modo que os grupos até então marginalizados pelo arranjo político imperial puderam expressar publicamente seus pontos de vista, num momento em que não havia uma nítida distinção entre os campos de atuação intelectual e político, pois ambos caminhavam juntos, não possuindo balizas muito bem delineadas.<sup>10</sup>

Pensar a “geração de 1870” implica analisar um grupo no qual a heterogeneidade de seus membros é uma realidade. Entretanto, apesar das diferenças na composição social, esses intelectuais partilhavam experiências, marcadas, em grande parte, pela marginalização política que sofriam no regime imperial, ou melhor, como afirma Alonso, uma “comunidade de experiência social: as instituições imperiais prejudicavam as suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência”.<sup>11</sup> Devido à essa marginalização, tais indivíduos operaram uma crítica contundente ao *modus operandi* da sociedade imperial brasileira. Citando as palavras de Alonso: “a identidade do movimento intelectual não veio da adesão a

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 165.

<sup>9</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>10</sup> ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, número 44, p. 35-55.

<sup>11</sup> Idem, *Crítica e contestação*, p. 43.

um corpus doutrinário fixo, mas de uma postura compartilhada de crítica à tradição imperial e às suas instituições centrais”.<sup>12</sup>

Não será realizado aqui um estudo sobre essa geração, mas uma análise de textos que evidenciam preocupações historiográficas e políticas pertinentes para a compreensão das concepções de história e para a definição do historiador em meio a outros homens de letras no período em questão. Os setes letrados que possuem seus artigos aqui analisados, serão abordados logo em seguida.

Começaremos pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe,<sup>13</sup> que nasceu no Ceará, em 1821 e morreu no Rio de Janeiro, em 1908. Viveu entre a Corte e a província, no contexto da independência do país, passando pelo fim do império até o início da república.

Tristão de Alencar Araripe pertencia à uma ilustre família da província do Ceará. É filho de um participante da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador de 1824: Tristão Gonçalves (Pereira) de Alencar Araripe, morto durante este último conflito. Alencar Araripe também é sobrinho de Martiniano José de Alencar, pai do escritor José de Alencar e líder do Partido Liberal da província do Ceará, o que demonstra uma característica dos *homens de letras*: pertenciam à uma elite, integravam um seletivo grupo.

Iniciou os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde tornou-se bacharel em 1845. Em seu tempo, ser bacharel em Direito correspondia à uma distinção que permitia aos filhos das elites agrárias, comerciais, militares e políticas ocupar postos na administração pública.<sup>14</sup>

No mesmo ano em que se tornou bacharel (1845), retornou à província do Ceará para exercer o cargo de Juiz Municipal. Entre 1847 e 1853 ocupou diversos espaços da magistratura, sendo chefe interino de polícia da província, juiz municipal de órfãos de escravos e juiz municipal do termo da comarca e Vila de Aquiraz, além de fundar e ser redator do jornal *O Cearense* de 1846 a 1853. Em 1853 foi removido para a província do Pará, ocupando o cargo de Juiz de Vila de Bragança.<sup>15</sup> Já em 1859, foi transferido para Pernambuco para ocupar o cargo de delegado de polícia. Foi então que passou a fazer parte do Partido Conservador.<sup>16</sup>

Araripe vai galgando espaços de atuação e proeminência nos cargos públicos de forma muito sólida. Uma demonstração de tal assertiva é que em 1870 foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, lembrando que “os desembargadores eram a última instância antes dos

---

<sup>12</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 243. Ainda neste caminho de crítica ao regime Imperial, M<sup>a</sup> Tereza Chaves de Mello, fala que essa mesma geração tinha como alvos de críticas à sociedade de privilégios, o que acaba causando uma “crise de direção” no regime monárquico, sendo assim “o regime mantém sua dominação, mas vai perdendo a direção.” Ver: MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 227.

<sup>13</sup> O sobrenome, segundo Hugo Hruby, deriva da toponímia regional da Serra dos Araripe. Ver: HUGO, Hruby. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, tese de doutorado em História, 2012.

<sup>14</sup> Ver: HOLANDA, Sergio Buarque de. Do Império à República [1972]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. VII. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 379; e CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 126.

<sup>15</sup> José Murilo de Carvalho salienta que o trânsito entre as províncias era uma prática comum aos bacharéis, salienta que: “a circulação geográfica era parte essencial da carreira de magistrados e militares. como a magistratura ligava-se estreitamente à elite, o fato tinha clara conotação política. Essa conotação era ainda mais nítida na circulação geografia exigida dos presidentes de província”. CARVALHO, José. Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial; o teatro da sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.121.

<sup>16</sup> SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Juízes do Supremo Tribunal de Justiça”.<sup>17</sup> Atinge o cargo mais importante que um bacharel em direito pode chegar em 1886, ocupando o cargo de Juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Conforme observou Hugo Hruby, deve-se atentar para a “confusão” homonímica que envolve o autor que iremos analisar. A confusão, amiúde, ocorre entre pai e filho. O pai chama-se Tristão Gonçalves (Pereira) de Alencar Araripe (1789-1824), ele é “o pai herói/criminoso revolucionário nos movimentos de 1817 a 1824 no Norte e que após no nome os encantos pelo espaço da terra Natal”. Já o filho, Tristão de Alencar Araripe Junior (1848-1911), foi figura importante na crítica literária em fins do século XIX e início do XX.<sup>18</sup>

Segundo Hugo Hruby, Araripe foi um dos sócios mais atuantes do IHGB, tanto na diretoria quanto nas principais comissões. Sua personalidade era eclética, sendo “um burocrata na nascente República”, além de “político, historiador, geógrafo e poeta”, ou seja, o conselheiro era um homem de letras, que como muitos do período, não tinha como objeto de estudo apenas um ramo do conhecimento, mas vários.<sup>19</sup>

João Ribeiro (24 de junho de 1860 - 13 de abril de 1934) assim como Araripe, ocupa diversas funções, exercendo os espaços de atuação de historiador, jornalista, crítico literário, tradutor, filólogo, professor. Ele tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), um importante espaço de sociabilidade dos letrados do período. Foi eleito para ABL em 8 de agosto de 1898. Em 1927 foi eleito presidente da ABL, mas logo renunciou ao cargo.

Na função de professor, em 1887 submeteu-se ao concurso no Colégio Pedro II, para a cadeira de Língua Portuguesa. Contudo, só foi nomeado três anos depois, para a cadeira de História Universal. Foi também professor da Escola Dramática do Distrito Federal, cargo em que ainda estava em exercício quando faleceu. Segundo Selma Mattos, Ribeiro, com seu livro sobre a História do Brasil, quebrou “os quadros de ferro” de Joaquim Manoel de Macedo.<sup>20</sup>

O terceiro letrado é Alfredo do Nascimento Silva, carioca, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Membro Titular da Academia Nacional de Medicina em 1892. Emérito em 1929. Ocupou vários cargos de Diretoria, tendo sido seu presidente 1908-09. Lente e Catedrático de Química, Física e Ciências Naturais da Escola Superior de Guerra Militar da Praia Vermelha. Membro da Liga Brasileira contra a Tuberculose, do Instituto de Docentes Militares e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ocupou a vice-presidência.<sup>21</sup> Sua atuação nessas instituições indica à importância que teve nos diferentes espaços letrados da Primeira República.

Henrique de Beaurepaire-Rohan (12 de maio de 1812- 19 de julho de 1894) era engenheiro militar. Uma de suas atividades girava em torno da descrição de cartas geográficas, na produção de expedições fluviais e no traçado de estradas. Tais trabalhos eram de suma importância para a consolidação do Império e sua defesa, tendo em vista que o conhecimento mais detalhado do espaço era essencial na manutenção da vastidão territorial do

---

<sup>17</sup> Idem, p. 45.

<sup>18</sup> HRUBY, *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, tese de doutorado em História, 2012, p.18.

<sup>19</sup> Idem. Alguns trabalhos de Araripe são: ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Revolução em Pernambuco em 1817. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897.; \_\_\_\_\_. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897.; \_\_\_\_\_. Notas de João Guilherme Ratcliff escritas no livro intitulado “Principes éternels de politique constitutionnelle”. *RIHGB*, t. 60, parte 2, p. 235-281, 1897. [apresentação].; \_\_\_\_\_. Preliminares da Guerra do Paraguai. *RIHGB*, t. 59, parte 1, p. 263, 1896.

<sup>20</sup> MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo, pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: Ilmar Rohloff de Mattos. (Org.). Histórias do ensino da História do Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Access, 1998, v. 1, p. 31-44.

<sup>21</sup> Ver: [http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=144](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=144) (acessado em 18/05/2015).

país e mais tarde, na própria produção de identidade para a nação. Alguns dos seus trabalhos são: a *Carta Geral*, de 1875; e a *Carta do Império do Brasil* em 1883.<sup>22</sup>

Candido Mendes de Almeida (1818 - 1881) político e juriconsulto. Era membro do Partido Conservador, sendo eleito por vários mandatos, exercendo o cargo de Senador em 1872.

Mendes de Almeida foi um dos responsáveis pela edição das *Ordenações Filipinas* em 1870, da *Memória para o extinto estado do Maranhão* em 1860, além do *Atlas do Império* em 1868. A preocupação com o território aparece, demonstrando a importância da geografia para o conhecimento histórico. História e geografia, dois saberes em diálogo.<sup>23</sup>

Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) tornou-se bacharel no ano de 1883, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1907, foi nomeado pelo presidente Afonso Pena, ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo o cargo em 20 de novembro de 1908, o maior cargo na hierarquia que um bacharel em Direito poderia alcançar. No mesmo ano de sua nomeação para presidente do STF, foi admitido no IHGB e, três anos depois, tomou posse da cadeira de Lúcio Mendonça na Academia Brasileira de Letras (ABL). Essa posição de Lessa já demonstra o tamanho da sua importância, prestígio e lugar ocupado no Brasil da Primeira República.

Pedro Lessa, em 1912 é elevado a condição de sócio honorário no IHGB, um lugar que era ocupado por "homens distintos", o que evidencia sua posição de proeminência no círculo letrado da Primeira República.<sup>24</sup>

Por fim, o barão de Capanema, Guilherme Schüch (17 de janeiro de 1824- 28 de julho de 1908) foi um naturalista, engenheiro e físico brasileiro, responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil. Recebeu o título de barão em 26 de fevereiro de 1881 por decreto de Dom Pedro II, no mesmo modo foi agraciado com as comendas da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo.

Formou-se doutor em matemática e ciência pela antiga Escola Militar do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, onde participava da comissão de botânica, sugeriu sua fusão ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, o que não aconteceu. Tendo a sociedade se desmembrado, parte dos sócios, incluindo Guilherme, fundou então a *Sociedade Palestra Científica do Rio de Janeiro*, que teve sua primeira sessão em 25 de junho de 1856.

Participou da Comissão Científica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro, criada em 1856, onde foi diretor da Seção Geológica e Mineralógica. Em 1889, com a Proclamação da República, aposentou-se da direção do Telégrafo Nacional. Em 1903 foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Cabe fazer algumas observações acerca do período, considerando que os textos produzidos naquele momento foram, de diferentes maneiras e em distintas conjunturas, identificados como produtos de um tempo de transição entre o império e a república, uma espécie de hiato entre o que não é mais e o que ainda não é. Isso, de certo modo, explica o esquecimento a que os autores aqui analisados foram relegados. O contexto no qual os letrados aqui analisados estão inseridos é marcado pela crise do Império, de ordem social,

---

<sup>22</sup> As informações para falar de Henrique de Beaurepaire-Rohan foram retiradas da referência seguinte: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

<sup>23</sup> Ver nota anterior.

<sup>24</sup> As informações acerca de Pedro Lessa foram retiradas de dois locais. O primeiro é: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010; e o segundo: GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

econômica e política, além de combina-se com a dessacralização da figura real e o desapareço pelo regime.<sup>25</sup>

Nesse contexto de crise e contestação do Império, a República é vista como um regime no qual o mérito, a ciência e a evolução histórica são pilares de sua constituição. Com isso, essa forma de governo pretende constituir novas bases para o alcance da civilização, do progresso e da modernidade.<sup>26</sup>

Cabe ressaltar que esses intelectuais não eram simplesmente meros compiladores das ideias vindas de fora. Tânia Regina de Luca nos adverte:

(...) que nossos intelectuais estavam longe de ser meros importadores das últimas novidades estrangeiras. É inegável que se apoderaram de instrumentos analíticos alheios, porém não os tratavam como tesouros intocáveis, antes chegavam a transfigurar por completo as premissas iniciais, realizando um admirável trabalho criador.<sup>27</sup>

Ainda enaltecendo um repertório de ideias que tinham na questão nacional o seu principal objetivo, Angela Alonso adverte:

(...) aquele movimento intelectual nem era alheio à realidade nacional, nem visava formular teorias universais. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, sofriam um processo de triagem: havia um critério político de seleção.<sup>28</sup>

De acordo com Maria Teresa Chaves de Mello, as noções de ciência, progresso e modernidade começam a modificar à própria forma como o tempo é referenciado, ou seja, a própria experiência do tempo, diretamente ligada à relação com o presente, o passado e o futuro. A ideia de que a República era uma fatalidade histórica inevitável é uma das diversas formas de discurso que estiveram presentes no final do Império e início da República. E a noção de democracia também ganha esses contornos, adquirindo toda uma conotação social que permite pensá-la como algo inevitável.<sup>29</sup>

E a República instaurada era entendida, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, como expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional.<sup>30</sup> Ela ainda impunha novos compromissos, diferentes daqueles trazidos pela Monarquia. Um desses novos compromissos, por exemplo, é com a questão “do povo brasileiro”.

---

<sup>25</sup> MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV; EDUR, 2007.

<sup>26</sup> MELLO, *A república consentida*, op. cit.

<sup>27</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 92

<sup>28</sup> ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, número 44, p. 35-55, p. 36.

<sup>29</sup> Ver MELLO, *A república consentida*, op. cit. Nessa linha interpretativa de que a República e democracia eram algo natural, essa mesma autora salienta que: “A República como democracia era a superação histórica de uma sociedade baseada no privilégio, adequada, já agora, às premissas científicas da “seleção natural”. Ver: MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV; Edur, 2007, p. 145.

<sup>30</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 163-171.

Portanto, as mudanças eram necessárias. Segundo Gomes:

(...) tornava-se imperativo realizar transformações naquilo que se narrava e no como se narrava a história do Brasil, negociando com o que já havia sido feito, quer dizer, com o que fora e com o que se escrevera sobre o passado colonial e imperial do Brasil.<sup>31</sup>

A dissertação está dividida em três capítulos, objetivando compreender a forma como a escrita da história e a figura do historiador estavam sendo pensados e problematizados. O primeiro capítulo, *O historiador: práticas e figurações no início da república* aborda questões referentes às duas concepções de história que estão em disputa e ao mesmo tempo em diálogo; trata das figurações do historiador republicano, dialogando com as etapas que para os letrados analisados devem compor o trabalho do historiador.

O segundo capítulo, *A retórica da cientificidade* aborda questões referentes à crítica e aos fatos mal averiguados, levantando a necessidade de se construir uma narrativa que leve em consideração aquilo que até então fora produzido. Investiga também a importância de diversas áreas do saber para a construção da narrativa histórica e; por fim, trata da dimensão científica ou não da história.

E, finalmente, o último capítulo, *O valor da história* analisa as relações entre história e nacionalismo no contexto em questão, focalizando as referências à ideia de história pátria. Aborda a relação da história com a educação e o papel atribuído a ambas para o progresso do país, considerando o patriotismo como parte do trabalho do historiador. E ainda, o lugar da natureza como elemento de identidade nacional e, também, da escrita da história.

Percebe-se, com isso, que a história tem a função de buscar um sentido para a nação republicana instaurada, fundamentando os sentimentos patrióticos, que buscam no tempo e no espaço o apoio para conformar o olhar sobre o país e sua gente. A história deveria compor um repertório de tradições a serem partilhadas pela nação, que acaba por privilegiar certos indivíduos e fatos.<sup>32</sup> A própria concepção de história e do *ser historiador* está em reformulação, antes mesmo de atender às novas demandas impostas em 1889.

A resposta à última pergunta de Michel de Certeau: *que profissão é essa?*, para os letrados aqui analisados, é uma prática por fazer-se, que está sendo objeto de inúmeras disputas e formas de percepção e entendimento distintas. O ser historiador funciona como um prática, um lugar de fala no momento aqui investigado. Para os autores que analiso, não existe uma discussão, como hoje, por exemplo, da profissionalização do historiador, eles estão preocupados com outras questões, entre elas, as diversas formas e modos de construir a narrativa histórica, que não passa pela rotulação da profissão historiador nesse momento, (discussão em pauta atualmente). Os autores, em seus textos, estabelecem as diversas etapas, ferramentas, preocupações e exigências que o historiador deve possuir. Algumas dessas questões convergem, enquanto outras divergem. Nas páginas seguintes serão apresentadas essas formas convergentes e distintas.

---

<sup>31</sup> GOMES, A República, a história, o IHGB. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 13.

<sup>32</sup> LUCA, Tânia Regina de. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

## CAPÍTULO I – O HISTORIADOR: PRÁTICAS E FIGURAÇÕES NO FINAL DO IMPÉRIO E INÍCIO DA REPÚBLICA

O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade corrente hoje, sabe buscar, onde os ha verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho.<sup>33</sup>

A historiografia é um campo de pesquisa que faz um movimento de repensar o rumo e as novas possibilidades que giram em torno da produção historiográfica. Ela pode ser entendida como um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado, constituindo uma parte da cultura histórica.<sup>34</sup> Sobre o trabalho historiográfico, Manoel Luiz Salgado Guimarães adverte que:

(...) Reconstruir esse cenário de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana, reafirmando aquilo que nos torna humanos como condição incontornável para uma vida entre seres humanos".<sup>35</sup>

Tratando do período aqui analisado, há na historiografia, um movimento de esquecer a geração da Primeira República no Brasil, em parte, devido à imagem negativa criada pelo Estado Novo, de que essa mesma república seria velha, um atraso, enquanto o Estado instaurado é "novo". Sendo assim, ela não obteve um espaço que pudesse torná-la mais afastada de conjecturas, assim como a sua narração deu-se na esteira daquilo que não foi, segundo uma ideia preconcebida do que deveria ser a Primeira República no Brasil.<sup>36</sup> Para além desse fator, o desinteresse pelo período da Primeira República é em parte resultado de uma historiografia que privilegiava aspectos administrativos e políticos.<sup>37</sup>

Acerca do período da Primeira República, Angela de Castro Gomes pontua que:

A Primeira República constitui-se, assim, em um momento estratégico para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador, o que só poderia acontecer tendo como cenário de fundo *uma discussão sobre ciência e cientificidade*.<sup>38</sup>

---

<sup>33</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 624. Atualizamos a grafia de todas as fontes.

<sup>34</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil In: CARVALHO, José Murilo (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>35</sup> Idem, p. 97.

<sup>36</sup> Alguns estudos recentes rompem com essa ideia de atraso atribuída à Primeira República. Alguns exemplos são: Maria Teresa Chaves de Mello e Angela de Castro Gomes. Ver: MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007; GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>37</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

<sup>38</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.25. Grifos nossos.

Para esta autora, a instauração da República é de suma importância para entender a formação do perfil de historiador em diálogo com uma tradição já estabelecida no Império e, considerando à necessidade de novos *símbolos*, questões e objetos que nesse novo momento são considerados importantes, mas que ainda não se encontram determinados e, sim, em construção.

As novas questões em jogo, fazem parte das diversas disputas pela reconstrução do passado. Algumas questões que a narrativa histórica deveria levar em consideração e integrar na sua constituição seriam: as experiências passadas e os tempos e espaços agora nacionais.<sup>39</sup>

Escrever história faz parte de uma relação entre aquele que escreve, o lugar e o projeto que defende.<sup>40</sup> Tendo isso em vista: "(...) escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação".<sup>41</sup> Aquele que escreve tem um compromisso sobre o que escreve e como escreve, tornando a narrativa histórica mais que um texto que pretende informar, mas um texto que objetiva defender um projeto para a nação, que procura ter imbricações na vida dos homens. Ainda sobre essa questão é bom lembrar que tornava-se o historiador: "(...) um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva e na reflexão acerca de modelos de ação para o governo".<sup>42</sup>

Nesse sentido, a concepção de história pode ser entendida como fluida e, tendo suas fronteiras nada rígidas. De acordo com Maria da Glória de Oliveira:

(...) a constatação de que o conhecimento histórico é condicionado pela situação de quem o produz, o que, em última instância, significa reconhecer que, com as mudanças da história, mudam também os enunciados históricos.<sup>43</sup>

Alguns estudos convencionam chamar os anos iniciais da República como período pré-modernista, aumentando a importância do movimento modernista que eclodiu em 1922, e diminuindo, às vezes escondendo, as diversas manifestações que ocorreram antes, que são de grande importância para entender o próprio movimento de 22. Esse conceito de pré-moderno foi um recuso político, criado pelos próprios modernistas<sup>44</sup> com o intuito de promoverem o seu movimento.<sup>45</sup>

Compreendo que a historiografia republicana não rompe em definitivo com a historiografia imperial, uma vez que diversos procedimentos levados a cabo durante o Império continuam sendo validados, assim como elencados como essenciais na construção da narrativa histórica. Os temas, personagens e eventos que irão compor a sua narrativa deve estar preenchida por novos homens, entre eles, o povo, o contrário dos grandes homens ligados à política e ao meio militar. Tais escolhas nos demonstram que novas necessidades estão sendo postuladas como necessárias.

---

<sup>39</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>40</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, nº 2, março de 2009, p 12-28.

<sup>41</sup> Idem, p. 14.

<sup>42</sup> Idem, p. 15. Essa referência diz respeito ao Estado Imperial, porém essa ligação do historiador com o Estado não desaparece com a Proclamação da República.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 77.

<sup>44</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

<sup>45</sup> Sobre a noção de pré-moderno e sua crítica ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

O período da primeira República fez eclodir a necessidade de "inventar" uma tradição política para a república mediante à escrita da história desse "novo Brasil". E tal tarefa era:

*(...) Um empreendimento delicado, pois deveria retomar o passado colonial, considerar as glórias do passado imperial sem desmerecer o presente republicano. Nesse sentido, o desafio dos historiadores do IHGB era o de tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda.*<sup>46</sup>

Portanto, escrever história na Primeira República é um empreendimento que deve levar em consideração à tradição estabelecida, cujo foco recai sobre a colônia, mas principalmente sobre o Império. Além disso, tal empreendimento considera a necessidade de invenção de uma nova tradição, que atenda às exigências que a nova forma de governo e as mudanças que por ele trazidas colocam.

A dicotomia nunca é uma categoria que explica, mas sim que esconde. Pensar que o surgimento de algo novo faz o antigo desaparecer é, no mínimo, problemático para o debate, uma vez que as fronteiras não são rígidas, mas fluídas, assim como a ação dos homens, que não devem ser encaixados em rótulos, mas pensados e articulados nos mais variados movimentos do qual fazem parte.<sup>47</sup>

Este capítulo dedica-se a identificar e discutir alguns aspectos dessa prática historiográfica. O objetivo é averiguar como um grupo de sete letrados que analisam compreendem a escrita da história, os procedimentos envolvidos no trabalho do historiador, seus métodos e horizontes epistêmicos, políticos e historiográficos.

Sem mais delongas, vamos partir para análise dos letrados e de seus trabalhos, com o intuito de demonstrar como a operação historiográfica é pensada e planejada em um conjunto de textos que oferecem reflexões sobre a história já escrita e proposições sobre aquela que ainda será. Iniciaremos pela diferença entre o historiador antigo e o moderno, pontuando como a forma de escrita da história é construída em momentos distintos, demarcando diferenças e aproximações. A segunda seção abordará as diversas etapas do trabalho de pesquisa histórica, procurando entrever figurações do historiador construídas mediante a delimitação das práticas e a atribuição de valores as mesmas.

## 1.1. Entre antigos e modernos

Esta preocupação em diferenciar dois conceitos e, mais precisamente, a diferenciação entre os historiadores antigos e modernos, é de suma importância. Ela atenta para uma dimensão: é necessário escrever uma história que, em certa medida, rompa com a anterior, podendo usar alguns instrumentos, enquanto outros serão esquecidos e novos entrarão em jogo. É uma demarcação entre formas de atuação distintas.

Ao pontuar a querela entre antigos e modernos Temístocles Cezar defende que:

---

<sup>46</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 31. Grifos nossos.

<sup>47</sup> Agradeço a professora Angela de Castro Gomes, por tratar tão magistralmente essa questão no curso oferecido na Unirio no período 2014-2. Foi um curso que, para além de algumas questões pontuais, fez com quem eu pensasse diversas outras questões presentes aqui no trabalho.

(...) se a permanência das referências à antiguidade deve-se a formação em retórica dos homens de letras do século XIX, o abandono parece ser uma das vias para instituir o pensamento científico.<sup>48</sup>

E está é uma das principais exigências que os historiadores do XIX e começo do século XX terão no Brasil: a constituição de um saber histórico regido por princípios de cientificidade. Além disso, essa busca da cientificidade como norteadora da escrita da história deverá servir a fins políticos.<sup>49</sup>

Apesar dessa busca por uma cientificidade da história, seu objetivo pedagógico não pode ser perdido de vista, pois: “a história magistra vitae continuava se mostrando de grande utilidade para a historiografia produzida pelo Instituto”.<sup>50</sup> São duas dimensões que estão em diálogo e não são excludentes.

Nas fontes analisadas observa-se o uso recorrente de referências à Antiguidade, compreendidas como parte da formação em retórica dos autores que servem à construção de argumentos científicos. Ou seja, não se trata tanto de abandonar as referências aos antigos, mas de utilizá-las como contraponto útil para a afirmação de um novo *ethos* para o historiador. Este é evidenciado por uma retórica cientificista, que utiliza elementos ou categorias das ciências da natureza e recorre ao contraste com os antigos de modo a evidenciar diferenças, sobretudo de amplitude dos objetos e abordagens do historiador.

Retomando a questão dos antigos e modernos, de acordo com Tristão de Alencar Araripe, os antigos possuíam: ideias menos amplas; limitação geográfica, pois a história estava restrita aos continentes da Europa, África e Ásia; fatos de pequenos povos; atenção restrita às individualidades, uma vez que os grandes líderes, os “heróis” são os agentes principais da narrativa; atribuição de primazia aos fatos bélicos, considerando que esses fatos estavam relacionados à ação dos grandes homens, tidos como sendo os grandes responsáveis por vitórias ou, até mesmo, por derrotas.<sup>51</sup>

Os historiadores antigos narravam os acontecimentos tidos como memoráveis, principalmente aqueles relacionados aos feitos militares e políticos. Entretanto, os historiadores da antiguidade não são considerados exemplos a serem seguidos em todos os aspectos. Um desse aspectos diz respeito à aproximação com a literatura, a forma poética de escrita, considerada por alguns dos autores que analiso uma forma que não se adéqua à escrita da história. Um exemplo é a crítica de Pedro Lessa endereçada a Xenofonte: “(...) e que mais se assemelham aos cantos de uma epopeia do que aos capítulos de uma história”.<sup>52</sup>

<sup>48</sup> CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: Estudos de historiografia brasileira. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org)... [et al]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 117-118.

<sup>49</sup> Idem, p. 119. A questão da preocupação científica será trabalhada mais detidamente à frente.

<sup>50</sup> HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007, p. 209.

<sup>51</sup> Tristão de Alencar Araripe faz essa análise em seu artigo aqui analisado: *Indicações sobre a historia nacional*. Ver ARARIPE, Tristão de Alencar. *Indicações sobre a historia nacional. RHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894. Esse texto adveio do discurso realizado por ele, dezoito anos antes, na Associação Promotora da Instrução na corte, em 1876. Trata-se, portanto, de um texto revisto muitos anos depois, que foi publicado em contexto distinto, já no início da república. Este artigo é considerado, por Hugo Hruby, como o primeiro ensaio teórico-metodológico para os historiadores na República. Ver: HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, tese de doutorado em História, 2012.

<sup>52</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 208. Esse trabalho de Lessa tinha como título original: *É a história uma ciência e*, foi escrito e publicado como Introdução da obra do inglês Thomas Buckle, intitulada *História da civilização na Inglaterra*. O objetivo da introdução a obra de Buckle era apresentá-la ao público brasileiro.

Na passagem de Lessa já há uma diferenciação entre o que o historiador produz e os demais letrados. A história deve produzir uma narrativa diferente de outros tipos de saber, como por exemplo, a literatura. Percebe-se uma diferenciação entre duas formas de construção textuais, que serão traduzidas em narrativas com regras, conteúdos e preocupações muito próprias.

Já a história moderna é marcada pelo sucesso de grandes e ilustradíssimas nações, guiadas por uma civilização esplêndida; inclui vários continentes, além dos outros três já englobados pela história antiga, visto que a América entra na cena da história mundial; além disso, estuda diversas dimensões da vida. Diz-nos Araripe que:

Os historiadores de então celebravam os indivíduos pelas proezas bélicas, e as guerras pela extensão do horror e do estrago. O estrategema e a felicidade celebrizavam o general; a vastidão dos males dava importância às guerras. O *espírito moderno* não encara a humanidade dentro de tão estreitos limites; ele a quer conhecer em toda a sua plenitude, e para esse fim estuda os fatos de todos os gêneros e analisa-os por todas as faces.<sup>53</sup>

O *espírito* ao qual Araripe faz referência é considerado por ele mesmo como *moderno*, pois compreende o mundo dentro e partir de diferentes *limites* apresentados pelos antigos. Para expandir o conhecimento sobre os diversos fatos, o autor recomenda: "estuda os fatos de todos os gêneros e analisa-os por todas as faces".

Ainda relacionado aos feitos belicosos é uma constante na Primeira República, a exaltação de acontecimentos que não geraram conflito. Nesse sentido, a própria proclamação da República funciona como um desses eventos promovidos pelo "gênio da paz".

Em seu discurso de posse, João Ribeiro, aponta que o fim da escravidão e da monarquia demoraram a chegar, concretizando-se mais tempo que o "necessário" e "previsto". Porém, ela veio sem derramamento de sangue, guerra civil, revoluções.

A República é pensada como fruto de um instinto e, ao mesmo tempo, como a culminância de um processo.<sup>54</sup> Um exemplo, é Araripe, que vê a república como uma evolução social, um progresso e, nesse sentido o Império aparece como uma etapa pela qual a nação deveria ultrapassar. Ao mesmo tempo em que o Império é entendido como uma etapa para um processo maior, que deve ser superado e, é também uma etapa necessária.

João Ribeiro vai na mesma direção que Araripe. A República é entendida por ele como um evento inevitável e que de qualquer forma iria eclodir, pois o terreno para seu alicerce já estava pronto. Nas palavras de João Ribeiro:

A República, outro fato essencial, esteve às nossas portas desde o século XVIII, constantemente, sem descanso, sem quase interrupção. Resistimos ainda, e como sempre, fomos os últimos a adotar essa expressão da política continental.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 265. Grifos nossos. Sobre a problemática que envolve o herói na historiografia oitocentista, ver: GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*, vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 425-465.

<sup>54</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

<sup>55</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 626. Os discursos de posse são uma porta de entrada e um espaço no qual os recém sócios marcam posicionamentos e defesas de características tidas como essenciais para o trabalho, numa instituição que recebe o nome de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os historiadores antigos narravam os acontecimentos de que eram protagonistas, dando ênfase aos fatos mais estrondosos, belicosos; narravam os feitos daqueles que eram considerados os heróis de guerra e dos reis, dos grandes homens perante seu tempo; compunham suas narrativas fazendo referência às matanças e destruições; e detinham-se, segundo Araripe, nas façanhas e brilhos exteriores e exaltavam a “intronização (sic) da força material”.

Ainda de acordo com o autor citado anteriormente, os historiadores modernos narram os feitos dos heróis da paz, que de alguma forma melhoraram as condições dos homens, principalmente através de esforços e do trabalho moral; descrevem as histórias dos povos; elencam como objeto de análise as conquistas das indústrias; a confraternização dos povos e o triunfo de seus costumes. E salienta:

Verdade é, que duas circunstâncias, patentes ao espírito de todos, concorrem para dar essa superioridade generalizadora dos historiógrafos modernos sobre os narradores antigos, aos quais aliás não faltavam talentos e engenho.<sup>56</sup>

Vê-se, através dessas características apresentadas nos parágrafos anteriores, que os dois tipos de história são diferentes, ocupam-se de objetos distintos, de preocupações diversas, “a história antiga individualiza-se, quando a história moderna generaliza-se”, lembrando que a história é um saber inserido no tempo, que como já sabemos, é mutável e instável, tornando-se o objeto do historiador: investigar a mudança.<sup>57</sup>

Além disso, a própria capacidade de obter informações as diferencia. Os antigos tinham à capacidade restrita para adquirir informações, enquanto que os modernos possuem uma capacidade de acesso à informação muito maior. Além dos modernos privilegiarem o sentimento moral, que é o seu verdadeiro elemento, pois através desse sentimento poderá a humanidade alcançar o progresso e o desenvolvimento.

Esse sentimento moral está relacionado a como o historiador irá construir o seu trabalho, além de está ligado ao valor que o historiador atribui ao seu exercício. Esse sentimento está diluído durante toda a dissertação, através de como os letrados analisados compreendem, problematizam e articulam como deverá ser a escrita da história.

Araripe argumenta que na própria escrita percebe-se uma diferença entre esses dois tipos de historiadores, pois defende que:

Si os historiadores da antiguidade deixaram-se ofuscar pela glória das armas e das conquistas, o historiador dos nossos dias evita esse erro, e expõe a admiração e ao culto das nações o *verdadeiro patriotismo, cujo intuito é o bem do gênero humano*.<sup>58</sup>

Na passagem anterior fica evidente que mais do que a escolha de apenas alguns assuntos, o historiador deve possuir visão abrangente das temáticas que irão compor à sua narrativa. Diversos aspectos ligados à vida humana devem ser objeto de preocupação e da análise do historiador. Os temas não devem ficar restritos apenas a alguns aspectos, mas, sim, tratar de inúmeras dimensões que não são tratadas, por exemplo, pelos historiadores da antiguidade.

---

<sup>56</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 267.

<sup>57</sup> Idem, p. 266.

<sup>58</sup> Idem, p. 279. Grifos nossos.

Acerca das preocupações do historiador, Alfredo do Nascimento Silva aponta que o todo deve ser individualmente estudado através das raças, dos povos, das tribos, das famílias. De acordo com ele, o último termo analítico: "(...) é o indivíduo homem, a célula viva da sociedade".<sup>59</sup> Ainda sobre a célula ele diz: "(...) a célula é o átomo do indivíduo, este é a célula da humanidade, e ela uma diminuta parcela do mundo, que por sua vez é apenas um átomo do universo".<sup>60</sup>

Para Nascimento Silva, o objetivo da história é a: "(...) a apreciação da marcha da civilização" e, portanto, ela precisa:

(...) descer à observação minuciosa do que se passa em todos os grãos da escala social, em todos os tempos e em todos os recantos da humanidade, e mesmo por ter tão altas aspirações não pode deixar de ir colher no infinitamente pequeno os dados das premissas para a sua conclusão.<sup>61</sup>

O lugar dos antigos é assegurado na produção do conhecimento de duas formas: de um lado, exaltando as qualidades referentes a eles e, de outro, lançando-se críticas ao modo como eles construíram à sua narrativa histórica. Nesse sentido, eles são trazidos para o debate através de duas frentes. A primeira revisa as qualidades do que eles produziram; já a segunda, ressalta as formas que não devem ser continuadas, apontando como deve ser o novo modo. Essas duas formas fazem parte de uma questão que será abordada mais a frente: a crítica como importante elemento do método do historiador.

O visconde de Porto Seguro é um caso muito peculiar e interessante de ser analisado, uma vez que ele pode ser entendido como um norteador para toda a produção historiográfica posterior a ele.<sup>62</sup> Enquanto alguns lhe façam diversos elogios, outros fazem uma crítica contundente ao seu trabalho. Para elucidar tal questão utilizarei dois exemplos, que fazem uma abordagem crítica da obra do Visconde. O primeiro fará referência às críticas feitas pelo sócio Tristão de Alencar Araripe. O segundo tratará das críticas feitas pelo também sócio do IHGB, Candido Mendes de Almeida. Entretanto, o lugar da crítica não faz esquecer alguns pontos que de acordo com eles devem ser exaltados positivamente.

Para Araripe, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro<sup>63</sup>: "escreveu sem crítica e sem estilo". Entretanto, apesar das críticas feitas a esse historiador, ele é elogiado por sua pesquisa documental, que muito útil foi para a investigação histórica.<sup>64</sup> Mas, apesar da utilidade da pesquisa documental desenvolvida por Varnhagen, ele é

<sup>59</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 106. O texto de Alfredo do Nascimento Silva faz uma exaltação do povo como elemento que deve compor a escrita da história nacional. O esquecimento do mesmo na narrativa nacional não deve permanecer. No lugar de grandes homens, o povo deve ser a célula por excelência da narrativa histórica.

<sup>60</sup> Idem, p. 106.

<sup>61</sup> Idem, p. 107

<sup>62</sup> O próprio Capistrano de Abreu teve um enorme trabalho de anotação da obra de Varnhagen "História Geral do Brazil"

<sup>63</sup> Existem outros dois historiadores criticados por Araripe, mas há apenas um parágrafo fazendo referência aos mesmos: "o autor frances Afonso de Beauchamp e o americano David Warden são meros *recopiladores* sem mérito essencial". ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 288.

<sup>64</sup> João Capistrano de Abreu faz um elogio póstumo a Varnhagen em seu necrológio, sem esquecer, todavia os "pontos vulneráveis" que o autor em questão possuía. Ver ABREU, Capistrano de. João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio e Estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INEP / MEC, 1977, p.81-91. Sobre o mesmo necrológio, Piero Detoni, afirma que nele consta os desafios que a historiografia enfrentou até os anos de 1920. ver: DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014.

considerado por Araripe como um investigador e não um historiador de mérito. Investigação que é o primeiro passo do trabalho do historiador, que necessita possuir toda uma roupagem crítica.

Ainda fazendo referência a Varnhagen, Capistrano de Abreu afirma que seu mérito consistiria em ser “investigador de fontes”. As insuficiências apontadas por Capistrano foram: “(...) dos métodos de memorização e de autenticação de documentos e para a necessidade da adoção de novos procedimentos de tratamento e ordenação dos dados desse passado”.<sup>65</sup> Entretanto, todas as críticas feitas ao trabalho de Varnhagen, não podem fazer esquecer que *História Geral do Brasil* serviu como um modelo e uma obra, que deveria ser levada em consideração por aqueles que fossem escrever à história nacional.<sup>66</sup>

Retornando para Araripe, além de Varnhagen, ele reúne outro grupo de autores e faz sua análise crítica sobre o trabalho dos mesmos. Ele tem como exemplos de historiadores que escrevem sobre temáticas nacionais: Robert Southey (1774-1843) e Pereira Silva (1817-1897). O primeiro escreveu a *Historia do Brazil* (1862)<sup>67</sup> e, o segundo, a *Historia da fundação do Império* (1864-1868). O primeiro trabalho mencionado teve sua primeira publicação em Londres, sob o título de *History of Brazil*, sendo composto por três volumes elaborados entre 1810 e 1819.

Robert Southey é um poeta inglês e usou diversos documentos para compor a sua história brasileira, embora nunca tenha vindo ao Brasil. Utilizou-se de uma grande quantidade de documentos que foram reunidos pelo seu tio Herbert Hill.<sup>68</sup> Escreveu sobre os primeiros povoadores do território. Segundo Araripe:

Exposição clara e metódica, com crítica justa e razoável, são os méritos salientes deste escritor. E o seu trabalho histórico a mais completa narração, que temos dos tempos por ele investigados. Essa narração vai do descobrimento do Brasil até princípios do cadente século.<sup>69</sup>

Nas palavras de Araripe, Robert Southey expõe seu trabalho de forma clara e metódica, o que já o diferencia de inúmeros escritores, que não tiveram a preocupação com essa regra na hora de produzir sua escrita. Outra qualidade exposta diz respeito, mais uma vez, à crítica, exigência muito exaltada e que faz toda a diferença no trabalho do historiador. Sem crítica o historiador não poderá produzir uma história "verdadeira e seria".

A importância e recepção da obra de Robert Southey,<sup>70</sup> segundo Temístocles Cezar, foi ambígua dentro do IHGB. Segundo Cezar, o poeta “procurou compreender poeticamente a história, quer dizer, sem abandonar as marcas da poesia que são os sentimentos e a

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p.79

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Esse ano foi o da tradução para o português.

<sup>68</sup> Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

<sup>69</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 287.

<sup>70</sup> Para Southey: “Se o historiador quer tratar com justiça os indivíduos cujos atos registra, deve voltar à sua época e, pondo-se onde eles estiveram, tentar, enquanto possível, ver as coisas, como lhe pareciam aos seus próprios olhos, segundo a visão que tinham deles mesmos, à mesma luz, sob o mesmo ponto de vista através dos mesmos recursos”. SOUTHEY apud CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *Historia* - Unisinos, setembro/dezembro de 2007, p.308.

imaginação”.<sup>71</sup> Entretanto, uma história escrita por estrangeiros não teria uma perspectiva nacional, tão cara a esses homens, nesse sentido é necessário “diferenciar-se para pertencer”.<sup>72</sup>

Essas marcas ligadas ao sentimento e à imaginação são contrárias à concepção moderna de história, que busca se legitimar através de procedimentos que possam beneficiar à neutralidade e objetividade do historiador. Entretanto, essas duas últimas exigências podem, em algum momento, não serem alcançadas. Prevalece à preocupação com os métodos e os instrumentos que ajudem na busca da verdade, que sirvam de alicerce para a escrita da história. Araripe atenta para o fato de que o historiador nem sempre está livre das paixões e da sua subjetividade.

Já o conselheiro Pereira da Silva narra à partir do período final focalizado por Southey. Fala das leis do regime colonial, expondo o tratamento dado aos cidadãos, atendo-se e atribuindo maior importância aos acontecimentos políticos do Império. Segundo Nayara Emerick Lamb, ele aposta no uso biográfico, que era feito através do “uso da literatura como campo de experimentação para a escrita da história”.<sup>73</sup>

Apesar da importância de tais escritores, os mesmos incorreram em erros na sua escrita histórica, segundo Araripe. Não levaram em consideração o lado moral da história (um dos principais aspectos que devem ser considerados, segundo esse autor), além de não delinearem bem os caracteres históricos.

Chegamos à segunda crítica lançada a Varnhagen, ela é feita por Cândido Mendes de Almeida, que exalta a figura do Visconde de Porto Seguro. Almeida atribuiu à função de escrita da história nacional, a tarefa de compor a narrativa nacional, encarada como uma glória, estando reservada ao visconde, que era dos: “(...) mais conspícuos e pertinazes investigadores da história pátria (...)”.<sup>74</sup>

Entre os cronistas que escreveram alguns capítulos da nossa história, muitos são aceitos sem ter produzido um trabalho digno de figurar na nossa história, porque dotados de erros e imprecisões. A própria *Revista do IHGB*, de acordo com Cândido Mendes de Almeida, cometeu o erro de aceitar tais cronistas para figurarem em suas páginas, pois segundo Almeida: “nossa Revista aceitou-o como obra de boa fé de um cronista honesto, e posto que crédulo, respeitador da verdade, *mas, infelizmente, os fatos que apresentamos demonstram o contrário*”.<sup>75</sup>

Ainda sobre o IHGB, Cândido Mendes de Almeida, diz que prestou serviço à: história, geografia e etnografia pátrias. E, antes da criação do Instituto, no período colonial, ele salienta que: “tudo ao invés acontecia no nosso país, em que se despenderam três longos séculos de lentíssimo movimento”.<sup>76</sup>

---

<sup>71</sup> CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *Historia* - Unisinos, setembro/dezembro de 2007, p. 310.

<sup>72</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>73</sup> LAMB, Nayara Emerick. As ficções históricas nas páginas de Plutarco Brasileiro. Anais do XIII Encontro de História. Anpuh-Rio, p.1.

<sup>74</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, p.71-141, p. 78. Os artigos de Cândido Mendes de Almeida aqui analisados são ao todo cinco, publicados na Revista do IHGB entre os anos de 1876 a 1879. Os artigos em questão, intitulado *Notas para a história pátria* tem o objetivo de estudar os primeiros séculos da história nacional, tornando menos obscuros diversos pontos da história nacional, que de acordo com Almeida sofreram pela falta de zelo e cuidado, ocasionando diversos fatos mal averiguados e dotados de imprecisão.

<sup>75</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 364. Grifos nossos.

<sup>76</sup> Idem, p 326.

É importante lembrar que: "(...) a RIHGB não é apenas uma publicação, mas uma espécie de materialização dos esforços e intenções dos sócios do Instituto".<sup>77</sup> Portanto, a escrita e produção deve ser entendida como uma etapa do trabalho daqueles que participam dessa agremiação.

Entretanto, Varnhagen não recebe apenas críticas. Candido Mendes de Almeida dirige-lhe inúmeras palavras elogiosas. Enaltece-o dizendo que ele fora um dos: "(...) mais conspícuos e pertinazes investigadores da história pátria, o nosso consócio".<sup>78</sup>

No que tange à diferença entre o historiador antigo e o moderno, portanto, observa-se a ênfase que o segundo deve dar à abrangência das temáticas sobre as quais escreve. A amplitude e variedade dos objetos analisados se destaca como um aspecto importante para a diferenciação construída em relação aos antigos. Além disso, a dimensão processual deve ser privilegiada pelos modernos, em detrimento do relato sobre fatos singulares e alguns personagens isolados.

A abordagem da história no início da república leva em consideração dois momentos distintos: o passado imperial e a recente república. Esses dois tempos colocam diferentes tradições em jogo, que necessitam ser pensadas com o intuito de construir uma "*tradição republicana*".

## 1.2. As etapas do trabalho historiográfico e as figurações do historiador

Herdeiros das práticas historiográficas oitocentistas, os letrados aqui focalizados procuram especificar as tarefas envolvidas no trabalho de investigação e escrita da história. Atribuem valor a certas práticas, apresentando-as como úteis à escrita da história da nação. Ao fazer isso, estabelecem, também, figurações do historiador, afirmando a importância daqueles que escrevem a história com rigor científico, metódico e crítico, e com o "sentimento da terra e da gente". O objetivo aqui é compreender o processo de construção de uma sensibilidade para novos temas e problemas, articulada à práticas não tão novas e, em meio a esse processo, procura-se identificar modelos de historiador reconhecíveis e valorizados no período.

Na virada do século XIX, a diferenciação entre as tarefas do historiador e as dos demais homens de letras torna-se mais necessária. Esses homens devem utilizar procedimentos e ferramentas que diferenciem sua atividade daquela empreendida pelos demais letrados do período. E uma das diferenciações que vai se delineando é a do historiador com o romancista e o poeta, que se dava sobretudo, pelo trabalho com os documentos.<sup>79</sup>

Temístocles Cezar observa como o trabalho com as fontes torna-se um dos elementos que compõe o *métier* do historiador no século XIX. Os outros elementos importantes correspondem ao uso crítico dos antigos e modernos, tal como foi visto na primeira parte

---

<sup>77</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012, p. 41. Ainda sobre o IHGB, Sousa pontua que: " (...) o IHGB é um exemplo de pensamento conservador que vai compor as diferentes vozes em disputa na Primeira República, porém não é um órgão principal desse momento." SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 20

<sup>78</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p.78.

<sup>79</sup> Sobre essa questão ver GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

deste capítulo, a busca da imparcialidade e o trabalho em equipe.<sup>80</sup> Sendo assim, é possível dizer que o processo de conformação do conhecimento histórico no Oitocentos significou à delimitação de um método de trabalho com as fontes. Ao mesmo tempo, Cezar considera que "nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero ao outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual".<sup>81</sup>

Referindo-se às práticas historiográficas do início do século XX, Angela de Castro Gomes considera que:

A condição *sine qua non* para identificar o historiador era o trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e 'aproveitamento' dos documentos. Os historiadores podiam contribuir para seu campo do saber publicando inéditos ou traduzindo textos de outros autores fundamentais. O trabalho de pesquisa 'erudita' não exigia a produção de um texto original do autor, necessitando a história do Brasil de uma longa e difícil acumulação de materiais capazes de permitir sua escritura. Trazer documentos para o país, arranjá-los e publicá-los era tarefa primordial, para o que um capital e relações sócio-políticas era condição quase que essencial.<sup>82</sup>

O trânsito entre os gêneros parece ser cada vez mais difícil no início do século XX, ainda que as fronteiras disciplinares não fossem rígidas. Segundo Gomes, "o historiador exige documentos, mas o romancista contenta-se apenas com o estímulo inicial de qualquer história".<sup>83</sup> O que irá definir o perfil do historiador durante o Oitocentos e que permanecerá desde então é o "convívio com os documentos, que afasta o historiador do ficcionista e do pesquisador imaginoso",<sup>84</sup> até o ponto de tornar o trânsito entre um gênero e outro senão intelectualmente impossível, ao menos indesejável.

E o trabalho com os documentos orienta-se por uma perspectiva moderna, norteadas por certos critérios de cientificidade. E essa história moderna possui três características. A primeira diz respeito à natureza e ao uso das fontes. A segunda relaciona-se ao método de pesquisa, que tem na crítica uma etapa essencial. E por fim, a interpretação, que deve consistir em narrar e buscar sentido para os fatos. Tais características estão relacionadas às competências que o historiador deveria ter: a competência para localizar, selecionar e classificar os documentos; a competência para construir uma interpretação neutra mediante procedimentos metódicos; e por último, a competência para interpretar e narrar os fatos.<sup>85</sup>

Desde o século XIX tais competências eram adquiridas na prática da pesquisa em arquivos, onde o historiador adquiria familiaridade com a leitura de manuscritos e com os parâmetros da crítica documental. Ir ao arquivo é o momento inicial de entrada na operação historiográfica, sendo tanto a biblioteca, quanto o arquivo locais de excelência da pesquisa histórica, pois: "(...) ir aos arquivos é o enunciado de uma lei tácita da história".<sup>86</sup>

---

<sup>80</sup> CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: Estudos de historiografia brasileira. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org)... [et al]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>81</sup> CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História e Cultura*, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun., 2003.

<sup>82</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 122.

<sup>83</sup> Idem, p. 89.

<sup>84</sup> Idem, p. 92.

<sup>85</sup> GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239, p. 217.

Estando no arquivo ou obtendo acesso aos documentos, a história deve ser exercida pelo historiador moderno através de uma contundente crítica, não apenas das fontes, mas de todos os trabalhos que tratam das temáticas escolhidas, ou seja, aqueles produzidos pelos próprios historiadores.<sup>87</sup> A crítica da historiografia apresenta-se como parte da atividade historiadora.

Além disso, a verificação dos fatos ocorridos torna-se uma das principais preocupações do historiador, mesmo que alguns apenas a pontuem, mas não a efetivem. E essa verificação ocorre através dos documentos.<sup>88</sup> Os documentos são aquilo que poderá atestar a veracidade ao que o historiador produz, legitimando seu trabalho. Portanto, escrever a história pátria não é suficiente. É preciso comprová-la e, nesse sentido, o uso dos testemunhos é o que permite à constituição da prova.<sup>89</sup> É necessário um esforço hercúleo e prévio para produzir à história, de modo que Pedro Lessa afirma: “não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta”.<sup>90</sup>

Além disso, o trabalho do historiador deve estar alicerçado em mais de um documento. Deve basear-se em diversas fontes, uma vez que algumas podem possuir erros, imprecisões que falseiam a história. Em uma das passagens do seu segundo artigo, Mendes de Almeida coloca o problema, pois existem informações que não são precisas, pois é impossível averiguá-las.<sup>91</sup> Por isso, a necessidade e exigência da crítica como etapa fundamental do trabalho do historiador.

Para a averiguação dos fatos, inúmeros elementos devem ser levados em consideração, como por exemplo, quando Mendes de Almeida propõe-se a descobrir quando a frota lusitana desembarcou nas terras que futuramente seriam o Brasil. A esse respeito, ele utiliza os seguintes meios para chegar ao seu fim:

(...) graduação, o número de léguas percorridas na exploração da costa, e as produções relatadas. Depois de comparados estes dados, os confrontaremos com os mapas publicados durante aquelas eras, e que puderam chegar a nossos tempos.<sup>92</sup>

A crítica aparece como um fator de diferenciação do trabalho do historiador e dos demais homens de letras. Outro exemplo extraído do texto de Cândido Mendes de Almeida, refere-se à análise da obra de Simão de Vasconcellos. O autor assevera que: "ha nesta narração de Vasconcellos *inverossimilhanças e desacordos com a legislação e a ordem natural do factos, que a critica repele*".<sup>93</sup> Apesar disso, o historiador deve ser capaz de perceber que:

Simão de Vasconcellos é sem dúvida o melhor, o mais discreto dos nossos cronistas religiosos, fica à larga distância do pesado, incorreto e fastidioso Jaboatão e não

---

<sup>87</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24.

<sup>88</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p. 171-172.

<sup>89</sup> Ver OLIVEIRA, op. cit.

<sup>90</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *RIHGB*, Tomo 69, II parte, 1906, p. 195-285.

<sup>91</sup> ALMEIDA, Candido Mendes Almeida. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, p. 164.

<sup>92</sup> Idem, p. 201.

<sup>93</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p. 156

menos do romancista beneditino Fr. Gaspar da Madre de Deus. Mas é escritor, em geral, *sem crítica*.<sup>94</sup>

A crítica é uma ferramenta indispensável ao trabalho do historiador, ajudando-o a não reproduzir incorreções. A crítica deve permitir que a verdade transpareça “com toda a sua luz”.<sup>95</sup>

E, ao lado da crítica, outra exigência do *métier* do historiador é a erudição.<sup>96</sup> Sem ela, como estabelecer comparações entre testemunhos e outros documentos? Esses fatores devem contribuir para a construção de uma história verídica, pois: “a historia do nosso país ganhará somente com o culto inteiro da verdade, mas a verdade singela, rigorosamente exposta, sem desnecessários e ridículos atavios, e esse culto nos enobrecerá”.<sup>97</sup>

No trabalho da crítica, o método filológico exerce um papel importante. O conhecimento das línguas indígenas no período em questão faz parte do trabalho do historiador, considerando à necessidade de compreender suas relações com os colonizadores. E a forma como os indígenas chamavam aqueles com os quais mantinham contato diz muito da forma como essas relações eram estabelecidas. Para Cândido Mendes de Almeida: o não entendimento correto da língua indígena pode causar inúmeras confusões sobre os mais diversos tipos de relação estabelecidos entre os atores envolvidos, dificultando a compreensão exata dos fatos.<sup>98</sup> Essa inexatidão é responsável por produzir *fábulas*, que devem ser *expurgadas* da história.

O historiador deve produzir a história do Brasil através do interesse pela verdade histórica e “*sem paixão ou capricho*”. Nesse sentido, a identificação dos trabalhos sem critério histórico (sem crítica) ou produzidos com descuido pelos cronistas é muito importante e permite afirmar aquilo que diferencia o historiador. O autor considera que alguns cronistas foram omissos em diversos pontos da história, pois, “não houve deficiência de critério histórico, mas um simples descuido como tantas vezes acontece”.<sup>99</sup> Descuido esse que deve ser extirpado. A crítica dos fatos exposto pelos mais diferentes cronistas faz com que possamos distinguir as reais histórias das lendas fantasiosas.

Ainda nessa esteira, Cândido Mendes de Almeida atenta que as funções exercidas pelo cronista e pelo historiador não são compatíveis, uma vez que o último deve basear-se sobre o mais severo olhar crítico,<sup>100</sup> uma vez que muitas vezes o trabalho dos cronistas não detém na crítica uma das suas principais ferramentas. A importância atribuída aos cronistas, de acordo com o autor citado, muitas vezes ultrapassou o real valor e credibilidade dos seus trabalhos, observando-se que: “(...) os literatos distintos de outros rigores foram acolhendo, sem crítica,

---

<sup>94</sup> Idem, p.171. Grifos nossos.

<sup>95</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 328.

<sup>96</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

<sup>97</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 367.

<sup>98</sup> Acerca da língua indígena, Candido Mendes de Almeida assevera que: "Desconhecendo a língua: não tinham os indígenas outro meio para assinalar esses estrangeiros se não pela palavra que, além de curta, aberta e claramente pronunciada, era o que mais repetiam os recém-chegados." ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p.134.

<sup>99</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p.372.

<sup>100</sup> Candido Mendes de Almeida pontua autores que podem contribuir para a escrita da história, são eles: Hans Staden, Thevet e Lery.

a grande e estranha novidade”.<sup>101</sup> Ao mesmo tempo, um historiador como Capistrano de Abreu defendia que “devemos dar preferência sempre, sempre e sempre às crônicas, porque tem vida e depois é fácil corrigi-las, ao passo que o contrário é difícilimo”.<sup>102</sup> Nesse sentido, percebe-se a importância das crônicas, porém, o seu uso deve ser feito através de um posicionamento crítico, embasado, quando possível, em mais de um fonte de verificação.

Portanto, todas as ressalvas feitas aos cronistas não devem impedir a sua utilização crítica, uma leitura apurada dos fatos que relatam, uma vez que sobre determinados fatos são as principais fontes que existem para a investigação. Para tanto, em seu quarto artigo, Candido Mendes de Almeida utiliza inúmeros cronistas nacionais e estrangeiros, principalmente os portugueses e franceses, para responder à questão: “porque razão os indígenas do nosso litoral chamavam aos franceses ‘mair’ e aos portugueses ‘peró’?”. Mas, apesar de sua importância, observava que:

Todo o mal, em tais circunstâncias, *provem de cronistas que escusando-se de relatar a história verdadeira, a deslustram, procurando adorná-la com falsos europeus.* (...) Assim sacrificam a verdade, e assassinam as melhores reputações, não por um momento de descuido, mas muitas vezes *por uma eternidade.*<sup>103</sup>

Considerando que é necessária uma "base real" para os fatos serem comprovados, assim como: "(...) outras *provas diretas*, e não circunstanciais ou *indiretas*, sujeitas a variadas apreciações e conjecturas",<sup>104</sup> a inexistência de documentos sobre um fato impede o conhecimento do mesmo, pois se não há registro, não há como comprovar e, sim, apenas produzir conjecturas. História não é conjectura, é relato embasado em documentos, procedimentos de análise documental e uma narração que dê sentido a determinado acontecimento.

A preocupação documental já estava presente no primeiro artigo do estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicado na primeira *Revista do IHGB*, quando o mesmo diz:

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim *coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil*; e assim também promover conhecimentos deste dois ramos filológicos por meio do ensino público logo que o cofre proporcionar esta despesa.<sup>105</sup>

No caso dos textos aqui analisados, observa-se a percepção de um problema: a história dos primeiros séculos é defasada documentalmente. Isso cria um obstáculo e uma questão: como escrever a história dos tempos mais remotos se não existem documentos? A resposta não é fácil e os letrados aqui analisados não chegaram a um consenso, acabando por defender pontos de vistas diversos. Porém, como observou Maria da Glória de Oliveira, uma assertiva deve ser certa: "(...) somente a declaração explícita das suas fontes permite a resistência do

---

<sup>101</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p.364.

<sup>102</sup> Carta a Lino de assunção [12/03/1855], CCA, vol. 3, p. 345.

<sup>103</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p. 192. Grifos nossos.

<sup>104</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, p. 174

<sup>105</sup> “Extrato dos Estatutos”. *RIHGB*, tomo I, p.18, 1839. Grifos nossos.

texto ao escrutínio da crítica".<sup>106</sup> O reconhecimento de um estudo como histórico e de seu autor como historiador passava pela identificação das fontes utilizadas.

Também era considerado necessário ampliar o leque de documentos. Cândido Mendes de Almeida pontua que há necessidade de produzir arquivos compostos pelos mais variados documentos, entre eles: roteiro de navegantes, correspondências administrativas, relações de viajantes e/ou qualquer documento relativo a "esses grandes feitos dos portugueses".<sup>107</sup>

Outro autor, o crítico literário José Veríssimo, discorre sobre aquilo que falta na nossa história ao resenhar uma das obras de Joaquim Nabuco. Em suas palavras:

*uma das coisas que faltam à nossa história- e quase tudo lhe falta- são os documentos íntimos, as memórias, as correspondências. Sem tais subsídios é impossível conhecer bem a fisionomia de uma época ou de uma personagem. À história feita apenas com documentos oficiais, por sua mesma natureza impessoais e incharacterísticos, falta forçosamente a vida, que só lhe pode vir dos elementos que permitam reconstituir a feição das coisas e dos homens pelo estudo psicológico destes e do meio em que viveram. Esse estudo é impossível sem aqueles documentos privados e apenas com socorro dos documentos burocráticos e oficiais. Dai a insipidez geral da nossa história, que tem a secura e o incolorido de um relatório.*<sup>108</sup>

O uso de cartas é apontada por Cândido Mendes de Almeida como uma importante fonte para a escrita da história nacional. Ele lamenta a não utilização desse meio, como, por exemplo, por Vasconcellos. Um exemplo de produção de missivas é a dos jesuítas, que podem ser uma importante fonte para compor à narrativa nacional. Ainda sobre os testemunhos dos jesuítas, especificamente, os de Anchieta, afirma sua "elevadíssima importância".<sup>109</sup>

Muitas vezes, ser antigo é encarado como um fator de autoridade. Cândido Mendes de Almeida observa: "(...) o mapa sob o nº 11, que não tem autor conhecido, *mas que é antigo*".<sup>110</sup> Ser antigo, nesse caso, parece servir como forma de autenticar a informação. Entretanto, o assunto não se encerra por aqui. Apenas ser antigo, não basta. É necessário, ainda, uma série de procedimentos, entre eles: comparar os dados, confrontar com os mapas e outros testemunhos publicados no período.

Outro exemplo remete ao uso da carta de Pero Vaz de Caminha. Mendes de Almeida utiliza-o como um personagem que participou diretamente do desenrolar do acontecimento.

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239, p. 220.

<sup>107</sup> Entretanto, essa necessidade e exigência documental, não podem fazer esquecer as necessidades em se averiguar a procedência do documento, assim como as informações contidas nele. Um exemplo, são os documentos de Thomé de Souza. Cândido Mendes de Almeida os considera como não confiáveis para compor a escrita da história nacional. Outro exemplo inverso é a produção dos jesuítas, que é tratada por Almeida como de suma importância para a escrita da história, principalmente na figura do Padre José de Anchieta. Sobre a importância dos jesuítas: "(...) que nas cartas dos jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil". ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 359.

<sup>108</sup> VERÍSSIMO Apud GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. Remate de Males, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001. Grifos nossos.

<sup>109</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.163-247, p. 189. Além do já citado letrado que atenta para a importância dos jesuítas, Alfredo do Nascimento Silva, um dos autores que possui trabalho aqui também aqui analisado, utiliza-se da carta do padre Manoel da Nobrega para compor a sua narrativa e atentar as *questões a estudar em relação dos princípios da nossa história*, alegando que o Padre possuía "sagacidade e espírito metódico".

<sup>110</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria - Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.163-247, p.191. Grifos nossos.

Em suas palavras: "(...) a quem se deverá acreditar? Sem dúvida a Vaz de Caminha, testemunha presencial".<sup>111</sup> Entretanto, ser testemunha não é a única condição necessária, pois é preciso: "o declarar perante testemunhas um testamento aberto que desembarcou em tal época do Brasil nem por isto se prova a veracidade da asserção".<sup>112</sup>

Pero Vaz de Caminha é considerado, de acordo com Candido Mendes de Almeida, o primeiro que escreveu uma história rica em detalhes e verdades sobre o Brasil. Ao mesmo tempo em que a sua carta é considerada uma fonte, é um exercício historiográfico, guardadas as suas devidas proporções. Observa-se, em Mendes de Almeida, o empenho em transformar um relato em fonte para a história do Brasil e, ao mesmo tempo, afirmar seu papel enquanto historiografia.

Outro autor, Henrique Beaurepaire-Rohan, lembra que Ferdinand Denis defendeu à importância de Caminha para a história nacional, enaltecendo à sua importância enquanto o primeiro historiador aqui existente. Em suas palavras: "(...) deve o Brasil o ter tido um historiador no mesmo dia de sua descoberta".<sup>113</sup> Também afirma que: "(...) é esse o documento precioso que constitui, por assim dizer, a primeira página da história do Brasil".<sup>114</sup>

A carta de Caminha, ao mesmo tempo em que é um documento é uma página da história do Brasil, atende a essas duas funções e exigências: a de fonte e a de uma escrita historiográfica. Sendo assim, fica evidente que é o historiador que irá atribuir significação sobre os mais variados trabalhos que estão à sua disposição.

Esse é um dos documentos que deve ter crédito, entretanto, nem todos devem ser tidos como importantes e determinantes para a escrita da história do Brasil. Deve ser feita uma análise crítica, levando em consideração diversos aspectos, como por exemplo, a autenticidade. A localização de "documentos dignos" requer empenho.<sup>115</sup> Esses "documentos dignos" serão uma preocupação recorrente e motivo de constantes debates, que não são apenas uma questão que passa pela escolha de documentos, mas das temáticas escolhidas para serem abordadas de modo a compor o "grande livro da história nacional". Portanto, o "documento digno" é uma categoria que diz algo sobre si mesma e sobre a prática historiográfica que a qualifica dessa forma.

Outro aspecto importante da prática historiográfica diz respeito à necessidade de distanciamento como forma de evitar a parcialidade, reconhecendo que o historiador nem sempre está livre das paixões e da subjetividade. Os historiadores devem ter essa dimensão na sua tarefa, pois todos estão sujeitos a essas influências.

Uma forma de tornar à escrita da história mais afastada do presente é a recorrência às origens, como um fator imprescindível e sem o qual não será possível narrar à história nacional. Uma das principais obras publicadas no período em questão, *Capítulos de história colonial* (1907), de Capistrano de Abreu, trata dos três primeiros séculos da colonização. Mas, nesse caso, a opção por esse recorte temporal não está relacionada à suposição de que a escrita da história contemporânea não é possível. O próprio Capistrano considera que cada século exige competências específicas do historiador e está seria a razão principal da escolha por este

---

<sup>111</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p. 10.

<sup>112</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 287

<sup>113</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire-. *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 169. O trabalho de Henrique de Beaurepaire-Rohan aqui analisado foi publicado na Typografia Nacional em 1877, diferentemente dos outros textos aqui analisados, que foram todos publicados na Revista do IHGB. O texto de Beaurepaire-Rohan foi também publicado em formato de artigo na Revista do Instituto Politécnico Brasileiro, no ano de 1877.

<sup>114</sup> Idem, p.168

<sup>115</sup> Idem, p.162. Grifos nossos.

ou aquele período e não uma exigência de distanciamento capaz de impor limites temporais ao estudo. A certa altura, chegou a lamentar não ter se detido sobre a história contemporânea.

Cândido Mendes de Almeida levanta uma outra questão relacionada à distância em relação ao objeto de estudo: o anacronismo,<sup>116</sup> pontuando à necessidade de não utilizar categorias de outras épocas para analisar determinado contexto histórico afastado temporalmente. Cito suas palavras:

nesta questão, pois nada temos que ver com a legislação e costumes religiosos dominantes no século XVI, nem é possível julgar com justiça uma época confrontando-a com outra em situação muito diferente, e costumes diversos.<sup>117</sup>

O esforço da crítica visa garantir à verdade, que é essencial para o trabalho do historiador. Verdade essa que deve ser fruto de uma profunda investigação, portanto. Um exemplo é a questão dos indígenas, que deve levar em consideração não só um elemento que compõem as suas relações, mas também a língua, os costumes e a teogonia; elementos que farão com que nossa história sobre tais personagens fique longe de conjecturas e falsas fábulas, para não tornar-se: “(...) uma página negra que é mister riscar de uma vez de nossa história”.<sup>118</sup>

Ainda sobre o problema da parcialidade, Tristão de Alencar Araripe associa à figura do historiador a de um *juiz imparcial*, por distinção do poeta, possuidor de paixões e propensões, pois o compromisso do primeiro é unicamente com a verdade. Em suas palavras:

Nos presentes dias existe superabundância de material e de notícias; o que já constitui dificuldade para a *composição sincera da história*; porquanto os partidos contrários, os interesses individuais em luta *empenha-se em divulgar falsos conceitos*, a que a imprensa dá curso, e que exigem do escritor muita investigação, muita paciência e grande imparcialidade e critério.<sup>119</sup>

A grande quantidade de *material e de notícias* deve ser encarada não apenas pelo lado positivo, mas sim pela dificuldade em selecionar toda uma vasta gama de informações a serem trabalhadas, que podem ser prejudicadas pelos *interesses individuais*. O historiador deve possuir: capacidade de investigação, muita paciência e grande imparcialidade e critério. Investigar com critério crítico toda uma vasta gama de fontes, assim como escritos sobre o tema; ser imparcial, não deixando que os seus interesses e paixões induzam ao erro da história, produzindo várias *lendas e fábulas*. Nas palavras de Alencar Araripe:

Daqui nasce a necessidade hoje reconhecida de documentar a história, de maneira que o historiador não pareça arbitro das reputações, *mas juiz imparcial, embora severo*.<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Anacronismo é quando usamos categoria de uma época afastada temporalmente para tentar explicar determinada realidade histórica, usando conceitos, expressões que não podem ser transportadas para outros períodos, uma vez que as realidades são distintas.

<sup>117</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p. 145. João Ribeiro, em seu discurso de posse critica o anacronismo.

<sup>118</sup> Idem, p. 192.

<sup>119</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a istoria nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 268. Grifos nossos.

<sup>120</sup> ARARIPE, *Como cumpre escrever a Historia Patria*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. C. Villeneuve & C, 1876, p. 27-28. Grifos nossos.

Outra analogia referente à figura do historiador refere-se ao mesmo como *biologista*. Essa analogia é feita por Alfredo do Nascimento Silva, que diz o seguinte:

(...) Como o biologista, o historiador precisa agora aplicar o microscópio para analisar a célula social, assistir ao trabalho dos órgãos, apreciar a civilização em seus focos, como aquele aprecia a vida em seu berço.<sup>121</sup>

O historiador deve apreciar minuciosamente todas as etapas que compõem o evento por ele estudado, levando em consideração os diferentes agentes, mecanismo e variáveis em jogo, atendo-se a todo o mecanismo que forma o fato observado pela lente, que deve ser crítica.

Da ênfase na necessidade de crítica documental, passando pela discussão sobre parcialidade na busca da verdade e pelas analogias entre o historiador e o juiz ou o biologista, outro aspecto será considerado a partir de agora: o trabalho de escolha dos temas e personagens a serem estudados, diretamente relacionado aos projetos políticos desses letrados, ao lugar social onde se inserem e ao momento em que escrevem.

Uma temática tida como importante é a história das províncias, capítulo importante da história nacional que ainda deve ser escrita. A dimensão local assume um importante espaço, no qual a história das diversas localidades irá ajudar a compor o quadro da história nacional. Um exemplo, é a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, que tinha como objetivo articular duas dimensões: a local e a nacional, ao mesmo tempo em que procurava situar à singularidade de Minas frente à nação.<sup>122</sup>

Acerca da província de São Paulo, Candido Mendes de Almeida defende que: "a história da rica, heroica e importante província de S. Paulo está ainda por escrever, e contudo é a província que apresenta mais historiadores".<sup>123</sup> São Paulo aparece como uma província que tem um peso muito importante na história nacional. Talvez, por isso a escolha de vários personagens tratados por Almeida são relacionados à província paulistana. Salienta que: "(...) esses vultos, posto que em limitado ponto de vista, são duas incontestáveis glórias paulistanas".<sup>124</sup> Escrever história é tirar do esquecimento, narrar as glórias passadas, os vultos que são os responsáveis pela construção da nação. Lembra que: "(...) como dessa reparação moralizadora e de rigorosa justiça. Temos nisto profunda confiança".<sup>125</sup>

E um dos assuntos que mais merece ser tirado do esquecimento, refere-se à descoberta do Brasil, o qual possui vários assuntos e retificações a serem tratados sob a pena do historiador. Um exemplo, é a abertura do primeiro artigo de Candido Mendes de Almeida, "Notas sobre a historia pátria", que tenta identificar quem primeiro levou a notícia da descoberta do Brasil.

---

<sup>121</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 108.

<sup>122</sup> Ver: NICOLAZZI, Fernando; GONÇALVES, Tatiana Mol. Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua 'primeira fase', 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, v. 6, p. 93-109, 2014.

<sup>123</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.163-247, p. 243.

<sup>124</sup> Idem, p. 243.

<sup>125</sup> Idem, p. 244

Sobre os diversos trabalhos e estudos acerca do descobrimento, Candido Mendes de Almeida considera que: “(...) provam o pouco cuidado com que tais sucessos se relatavam, e quão frágil confiança podemos depositar em semelhantes historiadores”.<sup>126</sup>

Outro tema apontado como necessário para ser estudado detalhadamente é o calvinista João Bolés. Mendes Almeida, à respeito desse personagem, aponta que: “é na nossa primitiva história um dos vultos mais importantes, personalidade heroica com todos os seus defeitos, verdadeiro Titan daquelas eras, e a quem pouca importância se tem até hoje dado”.<sup>127</sup>

A necessidade do estudo das mais variadas temáticas – três aqui apontadas (o estudo das províncias, do descobrimento e do calvinista João Bolés) – são uma das exigências para a escrita da história nacional. Essa necessidade faz com que o trabalho de escrita da história seja coletivo, uma vez que as temáticas são as mais diversas e dizem respeito a muitos eventos e personagens. Além disso, ignorar a "verdadeira história" cria lendas. E, de acordo com Mendes de Almeida, para criar uma história verdadeira é necessário quem: “os estude e coordene [os fatos], consignando-os depois na tela do historiador”.<sup>128</sup> O instrumento da crítica é essencial para o trabalho do historiador, porque através dela, a verdade "transparecerá", contra a "imaginação" de alguns.

Sobre os diversos conhecimentos que Almeida considera importantes, aponta alguns na passagem abaixo quando trata do cronista Simão de Vasconcellos, figura ao mesmo tempo exaltada e criticada por ele: “revelam pressa, pouca ordem, e mesmo conhecimento muito deficientes quanto a língua, costumes, e teogonia dos nossos indígenas”.<sup>129</sup>

Outra questão tratada, diz respeito ao povo, que é apontado por Alfredo do Nascimento Silva como esquecido pela história, o que é um erro, pois deve-se conhecer todos os organismos da sociedade. Além disso, o ponto de vista do povo é mais justo e verdadeiro. Ainda defendendo a importância dos "pequenos":

os fatos da natureza e as páginas da história nos dão quotidianos exemplos da gigantesca influência dos infinitamente pequenos, na constituição dos infinitamente grandes.<sup>130</sup>

O conceito de povo é um conceito plural, que gerou inúmeras lutas políticas, além de ser: "(...) um conceito político muito mais antigo que o de nação na cultura luso-brasileira".<sup>131</sup> De acordo com Luisa Rauter Pereira: "o povo é sempre uma questão a ser resolvida, um problema a ser solucionado, uma vez que defini-lo e encontrar os modos de sua efetivação político-institucional é sempre um grande desafio".<sup>132</sup> Desafio esse que os letrados do final do XIX e início do XX no Brasil enfrentaram e serviram como horizonte para esta análise.

---

<sup>126</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p. 13. Um exemplo das histórias que devem ser olhadas com cuidado, é a lenda do Caramuru. Sobre essa lenda, a Revista do IHGB publicou artigo no seu 10º tomo. Ele elenca dois documentos importantes sobre essa lenda que foram publicados na História Geral do Brasil. A primeira: a carta de sesmaria de 20 de dezembro de 1536; segunda: a carta escrita por D. João III endereçada a Diogo Alvares de 19 de novembro de 1549.

<sup>127</sup> Idem, p. 20.

<sup>128</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 285.

<sup>129</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p. 171.

<sup>130</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 111

<sup>131</sup> PEREIRA, Luisa Rauter. Uma História do Conceito Político de Povo no Brasil: Revolução e Historicização da Linguagem Política. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 193-211, p. 5 .

<sup>132</sup> Idem, p.1

Uma forma de trazer a história desses diversos elementos é através do estudo das associações. Um exemplo de associação que deve ser estudada ou “historiada”, é a Amante da Instrução Pública, que: “(...) e assim procedendo trazemos um contingente à história de nossa pátria”,<sup>133</sup> podendo contribuir para a narrativa nacional.

Nascimento e Silva, no seu inventário sobre a Sociedade Amante da Instrução pontua a aproximação da instituição com a emancipação política, possuindo assim toda uma carga mais próxima da realidade nacional.

Para a construção da história nacional, deve ser levado em consideração os diversos elementos já pontuados. De acordo Araripe: “pode o historiador ser benfeitor da pátria, se souber no manejo da pena escolher assuntos a figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro”.<sup>134</sup> Portanto, um dos primeiras etapas para a escrita da história é com a escolha dos assuntos, que deve ater-se nos mais diversos elementos constituintes das história nacional.

A escolha do herói que deve figurar na narrativa é outro motivo de debate. Por exemplo, Tristão de Alencar Araripe escolhe três heróis da guerra holandesa, “símbolos do patriotismo” e associados às origens da nacionalidade. Essas figuras são: Fernandes Vieira (branco português), André Vidal (branco), Antonio Camarão (indígena) e Enrique Dias (africano),<sup>135</sup> os últimos três nascidos em terras brasileiras.<sup>136</sup> Esses homens lutaram pela integridade da pátria, mantendo-se fieis à causa nacional. Por isso, devem ser exaltados pelos historiadores brasileiros e, muito, além disso, servir de exemplo para as futuras gerações do nosso país. Assim:

Se a empresa dos patriotas pernambucanos se não efetuasse, a Holanda seria dominadora do norte do Brasil, e este, retalhado, constituiria hoje talvez vários insignificantes estados. Quem deu nos pois o Brasil grande, unido e próspero dos nossos dias? Ao valor e esforço desses beneméritos patriotas nós o devemos. Gratidão a eles!<sup>137</sup>

A figura do herói está ligada à uma importante questão nacional: o território e, para além dele, a sua manutenção. Alencar Araripe elege homens ligados à defesa do território nacional como expoentes da nação e conseqüentemente, devendo figurar e servir de inspiração para o povo brasileiro. Não basta apenas ter feito um grande ato, mas, sim, deve ser lembrando pela posteridade e, mais especificamente, servir de ensinamento para a República.

Por fim, uma temática relevante diz respeito às três raças que compõe a nacionalidade brasileira. Tema presente no trabalho do bávaro Karl Friedrich Philipp Von Martius em sua dissertação publicada na *Revista do IHGB* no ano de 1845: *Como se deve escrever a história*

---

<sup>133</sup> Idem, p. 103

<sup>134</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290, p. 264

<sup>135</sup> Fernandes Vieira (1613-1681), foi um chefe militar português que lutou contra a invasão holandesa no nordeste brasileiro. André Vidal (1606-1680), nascido no Brasil, era militar e ocupou o cargo de governador colonial português na colônia. Antônio Filipe Camarão (início do século XVII-1648) era um indígena da tribo potiguar, foi educado pelos jesuítas; teve participação na defesa contra as invasões holandesas ao Brasil, participando da resistência organizada por Matias de Albuquerque. Enrique Dias era filho de escravos africanos, nascido no Brasil, sendo mestre de campo e cavaleiro da Ordem de Cristo; nas invasões holandesas, assim como Antonio Camarão, lutou nas tropas organizadas por Matias Albuquerque contra as investidas holandesas.

<sup>136</sup> Essa escolha de Araripe em citar personagens pertencentes as três “raças”: a branca, a negra e a indígena, nos remete ao texto do bávaro Karl Friedrich Philipp Von Martius.

<sup>137</sup> ARARIPE, *Indicações sobre a história nacional*, op. cit, p. 283.

do Brasil.<sup>138</sup> Esse trabalho foi apresentado ao Instituto em decorrência de um concurso promovido em 1844 para escolher o melhor plano para a escrita da história nacional, de acordo com o modelo filosófico.<sup>139</sup> Diz-nos Martius:

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, pois que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que ai concorrerão para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular *três raças, a saber: a cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.*<sup>140</sup>

Sobre a dissertação de Von Martius, João Ribeiro assevera que:

Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, *mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território*; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas *seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores*, caminho seguro, mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos.<sup>141</sup>

Ainda tratando da temática das três raças, de acordo com Candido Mendes de Almeida, o elemento europeu, assim como também acredita Martius, é o mais preponderante, aquele que maior destaque e influência exerceu sobre a formação do brasileiro. Para Mendes de Almeida: “o elemento europeu sempre predominava porque era a raça conquistadora; e conforme os povoadores estavam mais ou menos vizinhos do litoral, mais ou menos se

---

<sup>138</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil, RIHGB*, tomo VI, p.389-411, 1844.

<sup>139</sup> Karl Friedrich Philipp Von Martius era uma naturalista alemão, que esteve em visita ao Brasil no período compreendido entre 1817-1820, juntamente com o zoólogo John Baptist Von Spix. Os dois produziram conjuntamente um livro chamado *Viagem pelo Brasil*. Essas expedições com o intuito de melhor conhecer o mundo eram muito frequentes no século XIX. Cf. LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 22, p. 179-196, 2009; Idem. Da expedição científica à ficcionalização da Viagem. Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 21, p. 115-132, 2008; Idem. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 15, p. 73-91, 1995. O plano de Martius concorreu com o do sócio Henrique Julio de Wallenrstein, intitulado *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. Ainda sobre a dissertação de Martius, Silvio Romero pontua que a mesma era descritiva, mas faltava o nexos causal, este último um dos elementos necessário a prática historiográfica.

<sup>140</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil, RIHGB*, tomo VI, p.389-411, 1844, p. 382.

<sup>141</sup> RIBEIRO, João. *Historia do Brasil. Curso Superior*. 9ª edição. Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1920, p. 23. Grifos nossos. Logicamente, o posicionamento de João Ribeiro é pautado em buscar uma exaltação do que ele produziu e da forma como o fez, elencando seu trabalho como merecedor de destaque em relação aos outros.

revelava sua influência”.<sup>142</sup> Este exemplo demonstra a permanência dos argumentos de Martius, ao menos até o final do século XIX.

Deixando de lado o problema das temáticas, que será melhor explorado nos capítulos seguintes, passemos a analisar a discussão sobre a narrativa. O método da crítica documental, exposto no início desta parte do capítulo, deve ser dominado pelo historiador, com o objetivo de praticar a “arte do bem narrar”. Essas etapas estão relacionadas ao que se convencionou chamar concepção moderna de história, que articula as dimensões metodológica e escriturária. O historiador moderno, como foi visto antes, “era assim, um escritor erudito que examinava com rigor metodológico uma vasta gama de fontes e a ela dava sentido”.<sup>143</sup>

Para Cândido Mendes de Almeida, a história é “o metal trabalhado, é a obra cinzelada, grata aos olhos do espírito”.<sup>144</sup> Este autor enaltece a narração “simples e verídica”, que não deve esquecer os diversos elementos que compõem uma nação. Elementos que não estão dados, estão sendo elencados e construídos, através de disputas e posicionamentos diferentes. Por isso a importância de identificar as escolhas temáticas, incluindo eventos e personagens que compõem ou devem compor a narrativa da história pátria.

Em primeiro lugar, observa-se que, para Cândido Mendes de Almeida, a história deve estar embasada em procedimentos, métodos, fontes, não deixando ao bel prazer daqueles que irão com a sua pena escrever a mesma. O exemplo do que não deve ser feito é buscado em Sebastião de Vasconcellos: “este escritor na explicação do facto faz uma mistura de lenda de Estácio e de Berrêdo *colorindo a narrativa a seu modo*”.<sup>145</sup> Para Mendes de Almeida: “(..) a liberdade poética não pode ir tão longe”.<sup>146</sup> Escrever poesia, romance ou crônica não faz com o que o produzido seja considerado um trabalho digno de figurar no livro da história nacional. Uma narrativa histórica deve possuir os elementos que a identifiquem como tal. Elementos estes que estão em disputa e sendo concatenados. *Colorir a narrativa a seu modo* não é uma opção. A coloração da narrativa deve seguir regras, sobretudo, aquela que orienta a citar as fontes utilizadas.

A escrita deve produzir um todo coerente e coeso, dando sentido à toda a narrativa. E esse sentido para Cândido Mendes de Almeida, deveria ser dar através da ordem cronológica.<sup>147</sup> Nesse sentido, Capistrano já havia criticado Varnhagen. Para o primeiro, o maior defeito do Visconde de Porto Seguro seria: “a falta de espírito plástico - eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente”.<sup>148</sup>

Outro autor, Pedro Lessa, não deixa de tecer a sua crítica à escrita de inúmeros historiadores, indo de Xenofante até Buckle. Um dos autores nacionais que ele critica é Rocha

---

<sup>142</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 324.

<sup>143</sup> GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p. 111.

<sup>144</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p.6.

<sup>145</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p. 123. Grifos nossos.

<sup>146</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p. 17

<sup>147</sup> Nas palavras de Almeida: “seguindo a ordem cronológica (...)”. Ver ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p. 118.

<sup>148</sup> ABREU, João Capistrano de Abreu. *Necrológio de Francisco de Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: *Ensaio e Estudos: crítica e história*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp- 81-91, p.89.

Pitta que, segundo ele, descreve o Brasil com: “hipérboles ainda mais arrojadas, com ampliações retórica ainda mais falsas”<sup>149</sup>.

Tratando especificamente da síntese, ela pode ser tratada como um problema historiográfico nesse momento, pois colocava inúmeros desafios para aqueles que a tentassem produzir, sendo assim, impunha um dilema historiográfico para o historiador da República: efetivar ou não a síntese historiográfica.

Piero Detoni em sua dissertação de mestrado defende que:

(...) A síntese, portanto, era tomada enquanto um lugar de convergência entre saberes com certa carga de disciplinarização sobre a história, entendido mais como um movimento epistemológico de interseção e menos como um mero amálgama ou mesmo coleção de acontecimentos.<sup>150</sup>

Ao mesmo tempo, muitos consideravam a síntese como algo impossível de ser construído nesse momento, suscitando à interdição ou o adiamento da mesma.<sup>151</sup> Um dos motivos para a não objetivação da síntese, segundo Detoni, foi a experiência temporal moderna, pautada no acréscimo e revisão, tornando assim, o trabalho de sintetizar mais difícil de ser concretizado. Entretanto, ela não seria esquecida, mas apenas deixada para depois, pois: “(...) a edificação da síntese era, realmente, um infortúnio”.<sup>152</sup>

A síntese, assim como uma história geral, deve levar em consideração alguns elementos como necessários para sua construção. Um desses elementos está ligado ao povo, o elemento de primordial importância, o personagem por excelência da história republicana.

Quais são as figurações do historiador que podem ser deduzidas a partir das práticas e valores identificados nos textos aqui analisados? Pelo exposto até aqui, é possível responder a esta questão considerando três características do trabalho do historiador: a busca da imparcialidade, o uso dos testemunhos como prova e a capacidade de estabelecer distância entre o acontecido e o relatado. Supostamente, bons e maus historiadores eram identificados mediante sua maior ou menor capacidade de mobilizar ou expressar tais características.

Cândido Mendes de Almeida indica diversas qualidades que devem estar presentes no trabalho do historiador, são elas: inteligência, discrição, paciência, coordenação dos fatos, história do país natal. Acerca das duas primeiras e referindo-se a Vasconcellos, pontua: “infelizmente ele não teve nem paciência e nem conveniente discrição no que escreveu”<sup>153</sup> e em outra passagem pontua mais uma vez sobre essas qualidades importantes, defendendo que Vasconcellos: “ (...) não teve paciência ou discrição bastante para examinar a veracidade do acontecimento, nem a crítica precisa para contrasta-lo”.<sup>154</sup>

Almeida defende o seu trabalho com as seguintes palavras:

quando discutimos assuntos desta ordem, sempre o fazemos com maior isenção de espírito, nosso empenho é a verdade histórica, apurada sem paixão ou capricho. Se o

<sup>149</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 258.

<sup>150</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 44-45.

<sup>151</sup> Sobre essa questão da interdição da síntese ver DETONI, op. cit.

<sup>152</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p.94

<sup>153</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p.344.

<sup>154</sup> ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205, p 168.

erro está de nossa parte, reconhecemo-lo sem dizer, se a verdade, defendemo-lo com constância.<sup>155</sup>

A confrontação é uma das medidas apontadas por Candido Mendes de Almeida como necessária para o historiador, assim como o exame, por exemplo, de um número considerável de cronistas. Esse método resulta em uma exatidão, que é essencial, de acordo com ele, não só para o trabalho da história, mas também da geografia.

Compreende-se que escrever história no final do Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX é uma operação por fazer-se, que está em processo de delimitação. Esse fazer-se gerou inúmeros debates pela melhor forma e, os letrados aqui analisados demonstram pontos de vistas e entendimentos variados sobre o que seria a história para eles. Em alguns momentos coadunam dos mesmos preceitos, que podem variar na forma de utilização dos mesmos.

Uma síntese das reflexões sobre as práticas historiográficas no período em questão está presente no texto de Alfredo do Nascimento Silva, quando o autor se refere às etapas do trabalho historiográfico, que consistiriam em: *apreciar, julgar e formar a síntese*. Isso nos leva a outros questionamentos, primeiramente apreciar o quê? O que deve ser julgado e como será julgado? E por fim, quais as sínteses que serão formadas após a apreciação e o julgamento? Essas questões, quando respondidas, podem nos ajudar a compreender como esses letrados entendem o processo de construção do "grande livro da história nacional".

Outro autor, Tristão de Alencar Araripe, indica o que considera como o papel da história e dos historiadores:

Expondo os acontecimentos que nos precederam, deve o historiador ter por intuito duas coisas: *premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano, aos quais a prudência dos séculos denomina heróis, e excitar-se novos estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo*, desse sentimento sublimado e generoso que dignifica o homem ante a própria consciência e infunde-lhe valor para as mais altas empresas, que pode o cidadão cometer.<sup>156</sup>

Para Araripe, as qualidades do historiador são: a investigação, a paciência, a imparcialidade e o critério. Essas são as características que devem ser acionadas durante a operação historiográfica, estando presentes ao longo de todo o trabalho. Ele considera que “é laboriosa a empresa para o historiador; mas por isso mesmo mais meritória e mais digna de apreço”.<sup>157</sup>

Já Pedro Lessa defende que a função da história “consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos, para ministrar, os materiais que servem de base às induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais”.<sup>158</sup> Segundo o autor, a primeira etapa consiste na coleção e disposição dos materiais e, posteriormente, em fazer as suas devidas observações. Outra ferramenta utilizada pelo historiador é o método descritivo: sendo

<sup>155</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de, Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 370.

<sup>156</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 263. Grifos nossos.

<sup>157</sup> Idem, p. 261.

<sup>158</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p.270. Em relação à coleção de materiais, o primeiro estatuto da *Revista do IHGB* já aborda essa preocupação, advertindo sobre essa exigência. Diz referido estatuto: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim *coligir, metododizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil (...)*”. Extrato dos Estatutos”. *RIHGB*, tomo I, p.18, 1839.

um modo especial de observação, “uma observação transformada ou prolongada”.<sup>159</sup> O principal intuito do historiador, segundo o último autor citado é: “(...) dar-nos classes de fenômenos sociais, coleções metódicas de fatos”.<sup>160</sup> Além da arte de escrever, sendo os antigos os principais exemplos a serem seguidos, com o intuito de produzir um texto capaz de demonstrar que os eventos se desenrolam sob o olhar daquele que está lendo, atribuindo quase que uma vida para aqueles que são os personagens da história. Uma arte que: “(...) a antiguidade clássica parece ter guardado o segredo”.<sup>161</sup> Para o bacharel Lessa: “a história contém os fatos, cuja comparação nos leva às induções da sociologia e das ciências sociais particulares”.<sup>162</sup>

O historiador deve atender às novas demandas impostas no século XIX: a erudição clássica, juntamente com o conhecimento das particularidades nacionais, assim como pela recente forma de governo: a República.<sup>163</sup> Essas questões estão diretamente ligadas à missão de conhecer o Brasil, de saber como se formou a nacionalidade e o território nacional. Há um certo consenso entre os letrados estudados acerca de que “há muito a fazer”. Contudo, também há disputas e posicionamentos diversos a respeito do que fazer e, as etapas que devem compor o trabalho do historiador são tratadas pelos nossos autores de maneiras distintas. Apesar das diferenças, é possível reconhecer três *topoi* da operação historiográfica presentes desde o século XIX: a sinceridade, a instrumentabilidade e a cientificidade; algo que parece recorrente nas reflexões sobre a história produzidas no período em questão. Os três estão ligados a requisitos básicos para a escrita da história nesse momento: sentimento pátrio, pertinência do produto em relação ao seu meio e domínio técnico-científico. Tais elementos deverão figurar no trabalho exercido pelo historiador, que articula à história, o historiador e o projeto de nação.<sup>164</sup>

Os três lugares comuns apontados por Rodrigo Turin também podem ser percebidos na forma como Alencar Araripe concebe a escrita da história nacional.<sup>165</sup> A primeira diz respeito à escrita afetiva, que no conselheiro é perceptível por meio do furor patriótico (“que confere legitimidade para a obra”). O historiador antes de tudo tem um compromisso com o seu país, formado por cidadãos que devem buscar na história exemplos a serem seguidos. Araripe defende:

Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens celebres da Grécia e Roma, e estou certo que conseguirá fazer relevantíssimo serviço à terra do nosso berço, em prol de quem suscitará patriotas sinceros e verdadeiros. As nobres inspirações, que a leitura de ações heroicas fomenta, são uma fonte de bem geral; e quem despertar o nobre entusiasmo da virtude, auxilia as mais profícuas empresas do espírito humano.<sup>166</sup>

---

<sup>159</sup> Idem, p.284.

<sup>160</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 294.

<sup>161</sup> Idem, p.294.

<sup>162</sup> Idem, p. 282.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista, *História da Historiografia*, n° 2, março de 2009, p. 12-28.

<sup>165</sup> Esse movimento foi fruto da minha monografia, defendida em 2013, com o título *Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) e a escrita da História do Brasil*. Tanto na monografia, quanto aqui, guardada as devidas proporções, percebe-se aqui uma continuidade com o produzido no Império, sendo a Primeira República marcada por continuidades e rupturas. A República não instaura tudo novo, mas utiliza-se do já produzido anteriormente e, parte do produzido remete ao Império.

<sup>166</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p.274.

A segunda característica é a da cientificidade, que segundo Turin não está dissociada da dimensão cívica da história. O historiador, através da análise das fontes históricas, poderá construir à sua narrativa de forma sincera.

Para Araripe, além de ciência, a história é uma fonte de lições, dadas por grandes “heróis da paz”. Em suas palavras:

Quisera, que eles, sem deixar essa desejável sobriedade do escritor sensato, fizessem a explanação dos assuntos com extensão tal, que ao leitor ministrasse ocasião de chamar ao tribunal da sua consciência os homens beneméritos e os mãos cidadãos, para por si julga-los. Assim a justiça histórica seria uma opinião universal, mas não a censura individual do escritor.<sup>167</sup>

E, por último, a governabilidade, uma exigência que impõe uma forma adequada de escrita ao novo regime que se instaura. Necessita-se da formação de uma tradição historiográfica republicana, rompendo, em certa medida, com a tradição imperial, mas não começando do zero. Nesse sentido, é possível compreender Rodrigo Turin, quando afirma que a história é ressignificada no contexto republicano.<sup>168</sup> No período republicano há a necessidade de *reescrita* da história como um exercício crítico a partir do que foi produzido anteriormente, assim como, das necessidades impostas pela instauração da República. Para Angela de Castro Gomes:

(...) existe uma convergência quanto a urgência da República de produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívicos-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria tinha um lugar estratégico. Ou seja, em função desse fundo político-ideológico, a questão da educação nacional (...), a questão da educação cívico-patriótica têm seu peso e importância nada desprezíveis.<sup>169</sup>

Na obra de Araripe, o *topos* ligado à governabilidade parece estar vinculado à utilidade da história como instrumento para a legitimação do novo regime, que era visto como uma evolução histórica, uma etapa para o progresso que deveria ser tornar real. Ele comenta a esse respeito:

Comprendemos todos nós, que em tal situação fácil seria suscitar paixões para empolgar o poder. O futuro imperante era menino; e só o patriotismo dos guardas de seu berço podia preservar os seus direitos constitucionais; assim acontece, e a obra ainda mal firmada do nascente império subsistiu para preparar-se para o evento definitivo da república, como sucedeu pela incruenta revolução de 15 de novembro de 1889.

(...)

quem [o patriotismo] assegurou a integridade do império e 1834; quem veio colocar-nos entre os povos do mundo sem a mácula da escravidão doméstica em 1888, e quem acaba de dar-nos o governo da democracia em 1889.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> Idem, p.286.

<sup>168</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista, *História da Historiografia*, n° 2, março de 2009, p. 12-28.

<sup>169</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 85.

<sup>170</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 284-285 e 289.

O trabalho do historiador é frequentemente comparado aquele desenvolvido em outras áreas, com o intuito de demonstrar alguns métodos que o historiador deve utilizar no seu trabalho, quais as etapas que a operação historiográfica deverá passar, através de quais ferramentas e de quais métodos tornar-se-á possível escrever a história.

Todas essas exigências que cercam o trabalho do historiador no período em questão fazem parte de um movimento de crítica dos mais diferentes trabalhos já produzidos. Esse movimento resulta da constatação de que vários fatos foram mal averiguados, exigindo que os estudos fossem guiados pela mais severa crítica, enaltecendo os que merecem ser e, demonstrando os erros e equívocos presentes em tantos outros, como poderá ser visto no próximo capítulo. A leitura crítica da historiografia assume então, um papel importante no trabalho do historiador. Através dela, muitos erros e imprecisões podem e devem ser revistos. Fica evidente que, através dessas dimensões apontadas, o método histórico é utilizado em dois momentos: na leitura dos documentos e na revisão da historiografia, visando a correção dos erros e obtenção de novas e precisas informações acerca do passado.<sup>171</sup>

Portanto, a história e a historiografia, assim como o historiador, precisam ser *reinventados*., com base nas práticas já conhecidas e a partir das novas demandas colocadas pelo presente. A tradição e o novo devem ser pensados em diálogo, como forma de construir uma *história moderna* sob a pena de um *historiador moderno*, que deve começar pelo trabalho de inventariar os estudos já produzidos.

---

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239.

## Capítulo II- A RETÓRICA DA CIENTIFICIDADE

A escrita da história é uma prática que nem sempre foi exercida da mesma forma. É um procedimento submetido a disputas sobre quais métodos utilizar. Ou seja, é uma prática que possui ela mesma uma história de sua própria constituição.

Os letrados aqui analisados concebem de diferentes formas a operação historiográfica, estabelecendo, como visto no capítulo anterior, métodos e formas para o seu fazer. Mas apesar de todas as divergências apresentadas, existe um consenso que deve ser o passo inicial de qualquer trabalho relacionado à escrita da história: a averiguação crítica dos trabalhos já produzidos sobre os mais variados temas, principalmente aqueles relacionados à história do Brasil, principal tema que a historiografia do período aqui analisado deve focalizar.

A necessidade de reescrita é uma constante nesse período, o que gerava: "(...) a constatação de que as pesquisas históricas seriam constantemente (re)feitas e (re)elaboradas no presente".<sup>172</sup> Presente que lança inúmeras críticas ao já produzido anteriormente. Ou melhor, busca-se investigar de forma mais crítica os fatos, que supostamente foram mal averiguados, sendo o zelo crítico uma condição indispensável.

Outra marca da virada do século XIX para o XX, era o sentido de "deslocamento temporal", que tornava o "tempo nacional" incerto, ou nas palavras de Fernando Nicolazzi, prevalecia um "tempo desorientado"<sup>173</sup>, causando um lapso entre a sociedade e a história. Essa questão colocava novos desafios para alguns, que estavam ligados à aspectos metodológicos, teóricos e epistemológicos.<sup>174</sup>

Segundo Hugo Hubry, não existia o "objetivo de escrever a História do Brasil, mas auxiliar na sua preparação".<sup>175</sup> Preparação essa que estava sendo objeto de disputas. Como nos lembra Pierre Nora, a historiografia pode ser encarada como um lugar de memória, na qual estão presente demandas sociais e políticas do presente.

O presente aparece, portanto, como uma instância norteadora do trabalho do historiador, servindo para direcionar as diversas etapas que irão compor o ofício de *historiar* o passado nacional. Nessa esteira é bom lembrar que além do presente, "a política modela a cronologia",<sup>176</sup> no momento em que a história pretende atribuir foros científicos à sua prática.

Essa pretensão da história de adquirir *status* de uma disciplina científica gerou inúmeros debates que incluíam, também, a dúvida sobre os *modos de fazer*. Esses mesmos *modos* estavam sendo pensados por diversos homens, daí a necessidade patente da escrita da história não ser o trabalho de apenas um homem, mas um trabalho coletivo.

Nesse sentido, a narrativa produzida pelo historiador perpassava os limites da escrita, fazia parte de uma "disputa pela reconstrução do passado".<sup>177</sup> A narrativa deveria integrar as experiências passadas e os tempos e espaços nacionais e, para além de uma mudança na experiência política, uma nova forma de governo: a república.

---

<sup>172</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 19

<sup>173</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

<sup>174</sup> Ver: DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014.

<sup>175</sup> HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 2007, p. 201.

<sup>176</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>177</sup> Idem.

E as narrativas anteriores já demonstram alguns problemas,<sup>178</sup> que estão relacionados a um dos temas desse capítulo, a questão dos fatos mal averiguados. Os problemas tinham duas causas, a primeira delas trata das histórias produzidas por estrangeiros e, a segunda, remete as muitas "falsidades" presentes na narrativa histórica.

O presente capítulo pretende abordar e discutir a relação entre três temas tratados pelas fontes escolhidas. São eles: a necessidade de averiguar os fatos já narrados, analisando de forma crítica tanto os trabalhos acerca dos mais variados temas e suas fontes; a preocupação na definição do "status" científico (ou não) da história; e, por fim, os saberes, que no momento em questão, eram considerados como importantes para a tarefa de escrever a história.

## 2.1. Uma história repleta de fatos mal averiguados

A história do Brasil durante a Primeira República foi submetida à avaliação das bases sob as quais se constituiu enquanto um saber sobre o passado. Em outras palavras, observa-se, então, a necessidade de repensar as diversas narrativas históricas até então escritas. E essa necessidade de reescrever à história ocorre num momento em que a mesma era tarefa de polígrafos, identificados de modo genérico como homem de letras.<sup>179</sup>

Temístocles Cezar aponta que, nesse período, há uma preocupação com a correção dos trabalhos anteriores, ao mesmo tempo em que vigorava o dever de *eternizar e salvar*. Segundo o autor: “assim, os membros do IHGB têm por missão desconstruir a lógica que perpétua um conhecimento incorreto do passado brasileiro, depurando esses trabalhos de algumas de suas manchas, nem que para isso seja necessário, eventualmente, rejeitá-los do campo histórico”.<sup>180</sup>

Essa depuração é uma das marcas e exigências do final do Oitocentos. Dominar o método da crítica documental é umas das qualidades que irá definir o historiador. Além da qualidade já apontada, praticar a "arte do bem narrar". Portanto, é necessário produzir todo um inventário crítico, assim como chegar à última etapa do trabalho com uma boa escrita.

A discussão dos fatos narrados pelos predecessores foi um método utilizado por Capistrano de Abreu, o nome mais exemplar da prática historiográfica do final do XIX e início do XX no Brasil. A sua operação historiográfica era pautada, de acordo com Maria da Glória de Oliveira, no rastreamento e apuração rigorosa das fontes; indicação das lacunas; discussão dos fatos narrados pelo seu predecessor; e exaustiva anotação bibliográfica dos documentos contemporâneos e monografias recentes relativas ao tema tratado.<sup>181</sup>

Outra tópica recorrente diz respeito à presença de fábulas e fatos mal averiguados na história escrita. Características oriundas muitas vezes da imaginação daqueles que as

---

<sup>178</sup> O autor que aponta esses problemas aqui tratados, é Manoel Luiz Salgado em seu último trabalho aqui citado. Cf: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

<sup>179</sup> Sobre os polígrafos ver: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Acerca da necessidade de reescrita da história ver: GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

<sup>180</sup> CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: livros de historiografia brasileira. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 98.

<sup>181</sup> Ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239.

produziram e da falta de senso crítico, em grande parte decorrente da leitura precipitada das fontes e das diversas histórias sobre os mais variados acontecimentos narrados, sendo: “dominados pela estreiteza desses pensamentos, os escritores antigos falsearam a história”.<sup>182</sup>

Com relação ao exercício crítico, Maria da Glória de Oliveira observou que a crítica no final do XIX: “(...) longe de se construir em especialização, representava uma perspectiva de abertura reflexiva para questões instituídas como nacionais”.<sup>183</sup>

Um exemplo de trabalho de crítica exemplar é o de Capistrano de Abreu, nas anotações da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, elaborando todo um trabalho de análise crítica da principal obra de história nacional até então escrita, a referência principal para todos aqueles que se dispusessem a escrever à narrativa brasileira.

Assim como Capistrano faz um inventário crítico daqueles que o precederam, os autores que analiso também o fazem, corroborando a ideia de que a crítica documental, assim como das obras produzidas, é importante elemento no trabalho do historiador.<sup>184</sup> Um exemplo dos sete letrados elencados é Candido Mendes de Almeida.

Mendes de Almeida era considerado por Capistrano de Abreu como um dos poucos que poderiam escrever a história dos três primeiros séculos do Brasil. Mendes de Almeida preocupava-se em inventariar os trabalhos produzidos anteriormente, com o intuito de produzir uma história mais "verdadeira".<sup>185</sup>

Nos artigos aqui analisados, intitulados "Notas sobre a história pátria", Mendes de Almeida analisa não apenas um conjunto de produção ou até mesmo de uma área de conhecimento, mas produz um trabalho de análise de mais de uma fonte, de diversos autores e de diversos campos do conhecimento.

Para Cândido Mendes de Almeida, a história do Brasil, no final do XIX, desconhecia muitos fatos, o que acarreta o recorrente “nada sabemos”, o qual mergulha a história na escuridão do conhecimento, causando inúmeros silêncios. Para Almeida: “a história do nosso país ganhará somente com o culto inteiro da verdade, mas a verdade singela, rigorosamente exposta em desnecessária e ridículos atavios, esse culto muito nos enobrecerá”.<sup>186</sup> Nesse sentido, essa história produzida no século XIX assemelha-se à produzida pelos historiadores da antiguidade clássica, os quais deixaram inúmeros elementos que compõem a vida humana no esquecimento, atendo-se especialmente aos fatos militares e políticos.

Acerca das fábulas, Mendes de Almeida defende que:

vivemos assim cercados de fábulas, que *deturpam a história*; fábulas que se dramatizam com detalhes de pura imaginação, *sentindo-se que por falta de verdadeira crítica* elas se reproduzam nos livros dos modernos cultores da história nacional.<sup>187</sup>

---

<sup>182</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290, p. 268.

<sup>183</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239, p. 23

<sup>184</sup> A preocupação com a questão dos procedimentos críticos fazem parte do que Manoel L.S. Guimarães, com um dos dois esforços que o historiador deve fazer. O outro que o autor aponta diz respeito ao estabelecimento de uma cronologia. Ver: GUIMARÃES, Op. cit.

<sup>185</sup> Em seus cinco artigos aqui analisados, essa preocupação é constante.

<sup>186</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 367.

<sup>187</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p. 5. Grifos nossos

Fazendo menção aos enganos, eles são comuns, como por exemplo, o de Ferdinand Denis, que disse que *peró* significava cão, enquanto era uma palavra indígena para referir-se aos portugueses. O não conhecer, nesse caso, a cultura indígena, assim como seus costumes, acaba gerando uma enormidade de erros. Deve-se ter o cuidado para que essas imprecisões não assumam o lugar de verdades, manchando diversos capítulos da história nacional. Um exemplo é o estudo da história dos primeiros séculos, nos quais, conseqüentemente, os indígenas, são figuras muito presentes e importantes de serem estudadas. Almeida afirma que:

(...) cheia de problemas difíceis de resolver, por demandarem fatigante e acusado exame, sendo incompletos, e muitas vezes sem realidade os fatos publicados.<sup>188</sup>

Mais uma vez, a crítica aparece como um elemento essencial na produção do historiador. Escrever história, nesse sentido, começa com o inventário de todo o material já produzido, assim como o levantamento das fontes acerca do tema. Percebe-se, assim, que o inventário crítico é um dos elementos que compõem a operação historiográfica para Candido Mendes de Almeida.

Ainda sobre as fábulas, em seu terceiro artigo, ele defende que:

Nestes dois trechos não há se não um tropel de fábulas criadas por sua imaginação ou aceitas em primeira mão de Pedro Taques, e por Fr. Gaspar *acrescentadas e embelezadas*.<sup>189</sup>

A análise é feita de forma comparativa, levando em consideração tanto os testemunhos daqueles que presenciaram os acontecimentos, assim como os trabalhos produzidos *a posteriori*. Ou seja, existem dois fatores que devem ser levados em consideração: o testemunho e as narrativas produzidas posteriormente. O estudo desses dois fatores tem o intuito de não repetir os mesmos erros cometidos pelos escritores anteriores (tanto os da Antiguidade, quanto os ligados ao Império no Brasil), ou melhor, os antigos,<sup>190</sup> o que pode acarretar uma “velha crônica exumada das cavernas em que habitavam aqueles antropófagos trogloditas (...)”.<sup>191</sup> Tal problema pode ser resolvido através do uso de documentos autênticos, de modo que a história “seria, verídica e sensata”.<sup>192</sup> Esses três critérios apontados são contrários à imaginação, tão criticada.

Ainda sobre os testemunhos é bom salientar, que o seu uso, assim como a constituição da prova como traço de sua intenção de verdade e cientificidade irão favorecer a história enquanto uma disciplina, que tem seus métodos próprios de análise e que pode ser encarada de acordo com os preceitos do conceito moderno de história.

Sobre os documentos, o Barão de Capanema adverte que:

---

<sup>188</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p. 137.

<sup>189</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p. 285. Grifos nossos.

<sup>190</sup> Antigo é uma categoria que aparece tanto para referir-se à Antiguidade clássica, assim como para a produção mais próxima, leia-se o Império.

<sup>191</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, p. 222.

<sup>192</sup> Idem, p. 232.

*a falta de documentos* históricos pode ser aparente, por se não ter encontrado o lugar onde existem; parece que já de longa data estavam tais documentos ou ocultos propositalmente, ou disseminados e esquecidos.<sup>193</sup>

E, para além de reunir os documentos, deve-se ter preocupação com a autenticidade dos mesmos, como observa Candido Mendes de Almeida ao referir-se aos documentos relativos às sesmarias, "não poucas vezes de duvidosa autenticidade".<sup>194</sup> Essa preocupação não parece ser relevante para Tristão de Alencar Araripe, ao menos no texto *Indicações sobre a história nacional*, no qual outras questões estão em jogo e são tratadas como de maior importância naquele momento para ele.<sup>195</sup> Algumas questões que são elencadas por Araripe como relevantes são: a instrução pública; o estudo das três raças: o branco, o negro e o indígena; a imigração; movimentos que buscavam ruptura e que para ele já possuíam o cerne da República, como por exemplo, a Revolução de 1817.

Lembrando dos cronistas, mais especificamente os portugueses, Mendes de Almeida defende que: "o que a este respeito nos legaram os cronistas portugueses é muito limitado, e mesmo muito confuso e imperfeito".<sup>196</sup> Continuando a crítica, faz uma análise dos cronistas do século XVI e início do XVII, entre eles: Gandavo, Anchieta, Cardim, Gerreiro, asseverando que " todos são deficientes".<sup>197</sup>

Segundo Maria da Glória de Oliveira, a reescrita da história era um modo de legitimação do projeto historiográfico, pois:

(...) É a partir desta perspectiva, que o próprio saber histórico, em sua acepção científica moderna, assume um caráter tanto cumulativo quanto provisório, na medida em que, ao pressupor acréscimos, revisões e retificações, apresenta-se como processo infindável de acumulação/separação de 'verdades' parciais e relativas.<sup>198</sup>

O conhecimento histórico é um eterno devir, nunca estará pronto e acabado, pelo contrário, há uma necessidade de se construir uma narrativa cada vez mais completa. O tempo é um elemento que pode ajudar na escrita da história ou, outras vezes, impor limites à escrita. Um exemplo é a República. A necessidade de manter-se no domínio da razão, buscando à neutralidade e a distância, gera dificuldade para a escrita de uma história relacionada à República, assim como o Império, principalmente o Segundo Reinado, eventos próximos temporalmente. Essa questão acarreta outra consequência: as disputas políticas, na qual a disputa pelo passado é central. Nesse sentido a história aparece como um meio de expor posicionamentos, assim como projetos. De acordo com Francisco Gouvêa de Sousa: "(...) De forma mais precisa, a escrita da história dos sócios do IHGB participava de uma disputa

---

<sup>193</sup> CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *Revista do IHGB*, tomo 52, I parte, 1889, pp. 499-509, p. 525

<sup>194</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p.335.

<sup>195</sup> Tristão de Alencar Araripe possui uma produção em grande escala na Revista do IHGB. Ver nota 19. A assertiva feita gira em torno do artigo aqui analisado, o que não exclui que em outro artigo e momento essa preocupação tenha sido discutida pelo mesmo.

<sup>196</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p.76.

<sup>197</sup> Idem, p. 78

<sup>198</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 70.

política por um vocabulário que organizava a vida dos governos; disputa essa entre diferentes grupos, dos quais os sócios do IHGB eram apenas um”<sup>199</sup>.

Os fatos averiguados devem possuir uma “reparação moralizadora e de rigorosa justiça”, com o intuito de tornar a história nacional afastada de conjecturas e informações cheias de erros e equívocos. Essa questão relacionada às conjecturas, erros e equívocos é recorrente nesse período.

É possível considerar que entra em jogo o peso do “tribunal da posteridade”, ligado tanto ao elogio, quanto às críticas feitas posteriormente. Um exemplo é o uso dos antigos nesse momento. Alguns são exaltados, enquanto outros são deixados de lado ou analisados de forma crítica. Entretanto, mesmo aqueles que são exaltados, não o são cegamente, pois há uma crítica levando em consideração os mecanismos e ferramentas tidos como importantes para o historiador moderno.<sup>200</sup>

Referindo-se ao moderno historiador, Mendes de Almeida pontua que: “o dever do moderno historiador é, armado de uma crítica, tão sensata como severa, expurgar de nossa história tais excrescências, que tanto a maculam”.<sup>201</sup>

Vemos, mais uma vez, a crítica sendo colocada como uma ferramenta essencial para o trabalho do historiador, principalmente no que diz respeito a toda a produção já concretizada, pois uma história com *excrescências*, pode *macular* a história.

E tais *excrescência* estão mais presentes nas narrativas dos primeiros séculos da colonização, mais especificamente os três primeiros. Candido Mendes de Almeida é um dos autores que analisamos que se preocupa com as origens do Brasil, os anos iniciais da colonização. Fazendo referência à história desse período, ele conclui que:

Em verdade, a nossa história, no século XVI, sobretudo, tem suma necessidade de ser bem e convincentemente expurgada. *Tem muita fábula ridícula e mesmo intolerável.*<sup>202</sup>

Ainda relacionado à forma de construir a narrativa história, Tristão de Alencar Araripe salienta que: “cumpre examinar com escrupulosa diligência a *verdade*, e não desprezar fatos expressivos do caráter patriota, que se consagrou ao bem do seu país”.<sup>203</sup> Ademais:

Convém pois ao *historiador não descer as minudências da crônica*, mas narrar com amplidão suficiente para fundamentar o seu juízo sobre os fatos e seus autores, de maneira que o leitor dos séculos futuros encontre elementos de crítica, e possa assegurar-se da exatidão da censura, ou do merecimento do louvor.<sup>204</sup>

Na passagem anterior observa-se a demarcação de diferenças no gênero histórico. A crônica é diferente da história, ou seja, são duas narrativas que informa sobre eventos históricos, mas que são distintas, que possuem métodos e preocupações diferentes.

---

<sup>199</sup> SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 158-159.

<sup>200</sup> A própria nomenclatura: historiador moderno já marca uma divisão com os antigos. São autoridades, porém precisam ser estudadas levando em consideração não apenas os seus méritos, mas os erros, equívocos e esquecimentos cometidos.

<sup>201</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24, p. 6.

<sup>202</sup> Idem, p. 15. Grifos nossos.

<sup>203</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, p. 263. Grifos nossos.

<sup>204</sup> Idem, p. 286. Grifos nossos.

Entretanto, as diferenças não devem apagar a importância da crônica para o trabalho do historiador. A crônica deve funcionar como uma ferramenta, pois a mesma apesar de ser essencial no trabalho do historiador não tem a capacidade de "conferir coerência, unidade e inteligibilidade aos acontecimentos narrados".<sup>205</sup> Apesar da distinção entre elas, para a boa história, de acordo com Candido Mendes de Almeida, a crônica é primordial, caso não seja utilizada, pode tornar a "*boa história impossível*".

Acerca dos inúmeros erros na história nacional, Mendes de Almeida pontua que: "se todos os fatos históricos repousassem em fundamentos desta espécie, o estudo da história seria uma grande inutilidade".<sup>206</sup>

João de Barros,<sup>207</sup> segundo Mendes de Almeida, tentou ser historiador e cronista, duas instâncias e papéis distintos, acabando sendo mal sucedido em ambos os empreendimentos. Tal assertiva de Almeida já demonstra que a preocupação em definir fronteiras para os diferentes letrados é uma exigência e meio de consolidar uma determinada forma de saber e produção que deve ocupar-se de questões muito próprias e com métodos muito particulares.

Portanto, há necessidade de ser construir uma história baseada em procedimentos que possam averiguar os *erros e imprecisões*. Cândido Mendes de Almeida, assim como Tristão de Alencar Araripe, define esse historiador como "*historiador moderno*", que deve ter como uma das suas principais ferramentas de trabalho a análise crítica, além de ser necessária a elaboração de uma ordem e definição de critérios.<sup>208</sup>

A própria nomeação "historiador moderno" marca uma diferenciação relacionada aos "historiadores antigos". O historiador da Primeira República deve produzir uma prática historiográfica baseada em procedimentos novos e em decorrência das exigências do tempo em que está situado. Entretanto, o "novo" não é algo totalmente desligado do produzido anteriormente, como já pontuei anteriormente.

Um exemplo de deslocamento produzido diz respeito ao movimento amplo de criação de heróis cívicos e de "elogio dos grandes homens".<sup>209</sup> Esse movimento se deu por meio de diversas disputas em torno dos personagens que deveriam figurar e servir de exemplo para o panteão nacional republicano. Ainda nesse movimento de criação de heróis e consagração, nos adverte Rebeca Gontijo: "no 'movimento geral de criação de heróis cívicos', observado na Primeira República, esses intelectuais desempenharam importante papel na consagração de si mesmos".<sup>210</sup>

Esse movimento apontado anteriormente faz parte dos diferentes posicionamentos acerca de qual figura do herói deveria compor a narrativa acerca da história nacional. Ou seja, muito além da escolha de um personagem, observa-se a preocupação relacionada à forma como tal figura é utilizada, quais as estratégias em volta do seu nome e possíveis consequências que o mesmo pode ter, por exemplo, para o campo político.

---

<sup>205</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 83.

<sup>206</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373, p.340.

<sup>207</sup> João de Barros chamado de o Tito Lívio português, tem como um dos seus trabalhos de maior expressão: *As décadas*. Nesse trabalho ele narra os feitos dos portugueses na Ásia. O nome décadas é devido ao agrupamento dos livros por período de dez anos. A primeira foi publicada no ano de 1552, a segunda em 1553 e a terceira em 1563. A quarta só veio a ser publicada no ano de 1615, sendo a mesmo incompleta e sendo terminada por João Baptista Lavanha (engenheiro e matemático português).

<sup>208</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005

<sup>209</sup> GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013, p.39.

<sup>210</sup> Idem, p. 52

De acordo com José Murilo de Carvalho, os símbolos são importantes na construção dos valores sociais e políticos. No início do período republicano há uma grande disputa sobre qual herói deve ser posto no panteão. Referindo-se à figura do herói, Carvalho salienta que: "(...) por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz".<sup>211</sup> A figura do herói, portanto, não está dada, deve ser construída. Portanto, a escolha de qual personagem deverá ser lembrado e exaltado pela história e na história, assim como inúmeros outros assuntos, são objetos de disputa e são constituintes do tipo de história que se pretende construir.

Portanto, a história deve ser escrita, mas antes da produção do texto, há uma necessidade de produzir todo um inventário crítico sobre os trabalhos já produzidos, assim como as fontes utilizadas na análise, com o intuito de produzir uma história mais *verdadeira* e mais afastada de *conjecturas*. Uma das formas de tal empreendimento concretizar-se ocorre pelo diálogo da história com as diversas outras áreas do saber, dentre elas, a geografia e a sociologia, levando em consideração uma gama maior de saberes e ferramentas para a construção da narrativa histórica. O saber histórico sozinho não consegue informar sobre o todo, é necessário o contado com outras disciplinas.

## 2.2. Os diversos saberes em jogo na escrita da história

No século XIX, assim como no começo do XX no Brasil, existe uma preocupação em se construir a história utilizando diversos outros saberes como elementos que ajudariam na construção do saber historiográfico. Ou seja, diversos outros conhecimentos são tidos como importantes para compor o trabalho do historiador, lembrando que o século XIX é momento por excelência de cientificização e disciplinarização, no qual a moderna história estava ligada ao diálogo com a ciência e, em especial, com a ciência social.<sup>212</sup>

A história deve utilizar diversos saberes na sua prática, entre eles: a geografia, a etnografia, a sociologia, a paleografia e a estatística. Essas são algumas das ciências que podem ajudar o historiador no seu trabalho, sendo tais saberes de suma importância na etapa anterior à escrita da história, para a sua própria averiguação. Segundo Angela de Castro Gomes, a produção do conhecimento significou entre outras coisas o intercâmbio com outros saberes.<sup>213</sup> Ainda nessa direção, defende ela:

(...) havia uma clara consciência da importância do diálogo com as novas ciências sociais, entre as quais figuravam *a sociologia, a geografia e a etnografia*, entre outras, com destaque para a primeira, que se fortalecia como “a” grande ciência social do momento.<sup>214</sup>

O historiador brasileiro comprometido com a República tem o dever de estudar ramos diversos, não se atendo somente à questão política, principal foco da historiografia imperial. Diversas manifestações da atividade humana devem servir de objeto de análise, pois, assim, a história de um povo tornar-se-á mais completa e mais afastada de conjecturas. Para Araripe:

---

<sup>211</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p 14.

<sup>212</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem, p. 9. Grifos nossos.

O historiador, que apresentar-nos apenas o lado político e o lado guerreiro do povo, e deixar nas sombras o lado dos costumes e o lado da indústria, deixa-nos incompleta a notícia, e força-nos às *probabilidades da conjectura* para crer, que esse povo nem curou dos bons costumes, nem honrou o trabalho, quando representa-nos os seus males e a sua precipitada decadência.<sup>215</sup>

Segundo Araripe, os principais assuntos que o historiador brasileiro deve estudar são: a colonização, a mestiçagem e a imigração europeia. A colonização deve estar mais atenta às características de origem, aos povos que aqui chegaram primeiro e, posteriormente, como se deu a mescla com os indígenas que aqui já viviam.<sup>216</sup> Como a imigração europeia influenciou na formação do nosso povo (lembrando que esse fato era contemporâneo a Araripe, sendo assim, o mesmo não sabia qual seria o resultado) para futuramente entender o “molde definitivo do Brasileiro”<sup>217</sup>.

Acompanhando essa análise, Pedro Lessa critica a pouca abrangência temática dos historiadores antigos. De acordo com ele:

(...) Preocupados com os feitos bélicos e as ações dos políticos, os historiadores do período Greco-romano poucas ou nenhuma informação ministravam sobre a indústria, o comércio, os costumes domésticos, a religião, a ciência, as letras, as artes liberais e mecânicas, sobre todos aqueles fatos estudados hoje pelos historiadores, como o conteúdo principal da história.<sup>218</sup>

Levando em consideração que diversos elementos devem servir de norte para a escrita da história, o historiador deve utilizar outros métodos, mesmo que não oriundos da história para produzir a narrativa histórica. Um exemplo é a questão econômica, ligada ao *comércio*, temática pontuada acima por Araripe.

E, para se escrever essa história nacional, diversos aspectos devem ser levados em consideração e dois dos principais são: a utilidade da mesma e os métodos formulados, ou seja, existem duas dimensões para uma escrita da história. A primeira remete à função pedagógica da história, a sua utilidade para a formação da nação, assim como, para o seu progresso.

Sobre a aproximação entre diferentes campos do saber, João Ribeiro faz uma aproximação entre arqueólogos, historiadores e geólogos, sobre os três menciona:

os arqueólogos e historiadores que, como os geólogos, sabem descobrir os horizontes antigos e sabem deles se orientar, podem desmentir todas as *sintese inábeis* dos que são apenas simples curiosos como eu sou.<sup>219</sup>

---

<sup>215</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 271. Grifos nossos. Essa mesma conjectura é um dos elementos que o historiador do período estudado busca afastar, buscando os mecanismos que o façam não incorrer novamente nesse mesmo erro.

<sup>216</sup> Sobre os indígenas, o estudo das suas mais variadas línguas, antes de ser defendido por Capistrano de Abreu, já era defendido, por exemplo, por Antonio Gonçalves Dias e José de Alencar. Ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Lembrando que os indígenas foram símbolos da nacionalidade pelos escritores românticos.

<sup>217</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 271.

<sup>218</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 211

<sup>219</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 624. grifos nossos.

Piero Detoni aponta como uma das funções da história o ensinamento moral, ligado à sua função pragmática, que se relaciona ao primeiro aspecto apontado.<sup>220</sup> Já a segunda, faz menção a um estatuto que busca construir métodos científicos que identifiquem a história como uma ciência, que no caso da nossa disciplina passa em grande parte pelas fontes, ou seja, os documentos a partir dos quais torna-se possível construir a narrativa histórica<sup>221</sup> e, ao mesmo tempo servem de prova documental e são tidos como elementos que atribuem veracidade a um determinado fato. Nesse mesmo caminho, Rodrigo Turin ressalta que a história Oitocentista faz uma dupla exigência: a da cientificidade e a da afetividade, ambas relacionadas aos dois aspectos apontados anteriormente.<sup>222</sup>

Ainda tratando da questão documental, Angela de Castro Gomes adverte que:

Os historiadores ‘modernos’, como se começa a qualificá-los, são os que, ainda interessados em ‘fatos’, sabem a eles dar sentido processual. Sabem, portanto, ‘aproveitar’ os documentos consultados e como que ‘pintar’ um quadro da vida da comunidade (local, regional, nacional) que estão examinando.<sup>223</sup>

Partindo para as disciplinas que podem auxiliar o historiador, começaremos abordando a estatística. De acordo com Araripe, ela é uma ferramenta muito útil para a história. Através dessa nova ciência, seria possível fazer progredir a história, diferentemente dos antigos que não utilizaram esse recurso para o progresso de sua escrita. Além disso, tal ciência, segundo Araripe, dispensa a parcialidade do historiador, ou seja, favorece a tão almejada imparcialidade (objeto pelo qual os historiadores do século XIX e do início do XX tanto ansiavam).<sup>224</sup> Nas palavras de Araripe:

(...) temos a estatística, que os antigos ignoravam, porque não faziam do estudo complexo, e confrontação dos fatos sociais essa nova ciência, que tão luminoso auxílio presta ao historiador. A boa estatística é, para assim dizer, a mais completa e perfeita história de um país; *porquanto ela não é se não a exibição dos fatos resultantes da atividade de um povo em todas as suas manifestações, sem o enredo do drama, e sem o interesse das reflexões do escritor.*<sup>225</sup>

---

<sup>220</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014. De acordo com Detoni, além da função apontada acima, outras duas fazem parte do trabalho do historiador, são elas: a descrição factual (narrativa) e a orientação do processo histórico (filosófica).

<sup>221</sup> Há uma constante preocupação em se transformar esses mesmos documentos em arquivos, que necessitará das ciências auxiliares para a sua constituição, assim como as etapas posteriores. Como nos adverte Paul Ricoeur: "(...) o arquivo mantém-se em construção, continua a funcionar, a se transformar". RICOEUR Apud OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239.

<sup>222</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>223</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 123.

<sup>224</sup> De acordo com Rodrigo Turin, a imparcialidade para Sílvio Romero é representativa da maturidade intelectual, sendo a última etapa do processo de formação pessoal demarcada pelo próprio Romero. TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, nº 2, março de 2009, p 12-28.

<sup>225</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 267. Grifos nossos.

Observa-se, também, a importância da geografia,<sup>226</sup> como um dos saberes que podem agregar valor ao conhecimento histórico. A geografia é um fator de integração do território nacional, que tem em toda a extensão territorial uma forma de congregação dos diferentes aspectos do ser nacional, como salienta Maria da Glória de Oliveira: “a insistência no uso da geografia e das fontes cartográficas aponta para a relevância que o problema da unificação do espaço territorial brasileiro assumiria na escrita do Brasil desde, pelo menos a fundação do IHGB”.<sup>227</sup> Outra autora, Lúcia Lippi de Oliveira, salienta que: “é a terra, é a geografia que estabelecem os parâmetros para a ação política que visa a organização da nação”.<sup>228</sup> Portanto, a geografia funciona como integradora do social. A história do povo e do território brasileiro eram construídas indissociavelmente.<sup>229</sup> Ainda relacionada geografia e história, o IHGB em seu primeiro estatuto já pontua que:

proporcionar o conhecimento destes dois ramos filológicos [a história e geografia] por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcionar esta despesa.<sup>230</sup>

Fazendo referência à questão indígena como componente da história nacional, é bom lembrar os diversos debates ocorridos no IHGB, entretanto, o mesmo não restringia-se somente a tal espaço. O elemento indígena, assim como o fundamento geográfico eram elementos essenciais na história do Brasil.<sup>231</sup>

Um debate sobre os indígenas conhecido foi travado entre Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Norberto Souza e Silva. Para o primeiro, os índios encontravam-se em um estado de barbárie, não podendo sair do mesmo; enquanto Souza e Silva entende o estado atual dos indígenas como decorrente da ação do homem branco e que poderia ser mudado.

Ainda sobre os indígenas, é bom lembrar que o estudo das suas línguas é de suma importância, uma vez que:

as pesquisas linguísticas, menos que uma concessão ao ideário indianista, seriam muito mais uma exigência do próprio trabalho do historiador, por permitirem a constituição de "provas históricas" acerca das origens dos povos tupis- tidos como "invasores" do território americano.<sup>232</sup>

Nesse contexto, a etnografia torna-se um instrumento útil para se compreender a real história dos indígenas.<sup>233</sup> Nas palavras de Maria da Glória de Oliveira:

---

<sup>226</sup> No século XVII, a geografia e a cronologia eram consideradas os “dois olhos da história”. Ver BRUTER, Anne. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: a História ensinada no século XVII. *História da Educação*, UFPEL, n. 19, abril 2006, p. 7-21.

<sup>227</sup> Idem, p. 52.

<sup>228</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990, p. 124.

<sup>229</sup> Ver: GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

<sup>230</sup> MATTOS, Raimundo da Cunha e BARBOSA, Januário da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *R.IHGB*, tomo I, 1839.

<sup>231</sup> Ver idem. Capistrano tem essa preocupação.

<sup>232</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 144

<sup>233</sup> Essa questão da etnografia é um dos temas que o trabalho contempla e será abordado mais nas páginas posteriores.

campo do conhecimento em gestação na primeira metade do Oitocentos, constitui-se então, em espaço privilegiado para o estudo dos índios e de seu passado remoto no movimento de construção de uma história nacional.<sup>234</sup>

Considerando a sociologia, Lessa afirma que ela foi precedida pela filosofia da história. E faz uma distinção entre a história e a sociologia, ao dizer que: “a história contém os fatos, cuja comparação nos leva às induções da sociologia e das ciências sociais particulares”.<sup>235</sup> Compreende-se que a sociologia é um saber que possui a sua base na história e se detém nas generalizações. Apresenta os fatos que serão os objetos das generalizações tratadas pela sociologia.

Piero Detoni chama atenção para o modo como Oliveira Lima aborda a relação entre história e sociologia, consideradas como essenciais para um trabalho maior. A história era compreendida por Lima como necessária para um: “(...) grande trabalho de natureza interdisciplinar”.<sup>236</sup> Ademais, segundo Detoni: “(...) trabalho este, ao fim e ao cabo, organizado pelas artimanhas especulativas promovidas pelo saber sociológico”.<sup>237</sup>

Capistrano de Abreu, no necrológio de Varnhagen já aponta a necessidade de se estudar a sociologia. A sociologia deve ser uma ferramenta auxiliar no trabalho do historiador, um dos saberes que deve prover bases para a escrita da história.

Ainda de acordo com Lessa, o ideal da sociologia é mais modesto e realizável. Segundo ele:

O estudo das *leis* a que está sujeito o organismo social faz o objeto da sociologia e das ciências sociais particulares. Se estudamos o que há de uniforme, geral e permanente, na gênese, na estrutura e na evolução das sociedades, temos a sociologia, ou ciência social fundamental.<sup>238</sup>

Entretanto, buscar leis não é um fator capaz de elevar um saber. O autor atenta para o fato de que, devido à complexidade dos fatos históricos, não é possível criar generalizações que se apliquem aos mais diferentes locais e tempos. Usa um exemplo para comprovar essa sua tese: o economista Adam Smith, que não conseguiu descobrir um “deus do peso”, sendo assim, não conseguiu formular uma lei que encaixou-se nos mais diferentes tempos e espaços. Da mesma forma, a história como um saber que produza leis, para Pedro Lessa é impossível.

A missão da história, para Lessa:

(...) não se restringe fornecer os materiais, metodicamente dispostos, para induções sociológicas subsídio precioso, (e aqui nos parece impossível qualquer contestação por aqueles mesmos que negam a existência de uma ciência social e fundamental), abundantes e seguros recursos para as induções, ou para as verificações, das ciências sociais especiais ainda nos proporciona a história.<sup>239</sup>

---

<sup>234</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 138. Ver também: TURIN, Rodrigo. TESE

<sup>235</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 282.

<sup>236</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 39

<sup>237</sup> Idem, p. 39

<sup>238</sup> Idem. Grifos nossos

<sup>239</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p.273-274.

Ainda tratando da sociologia, Detoni defende que:

(...) as induções empíricas ofertadas pelo conhecimento histórico e as generalizações hipotético-dedutivas provenientes da sociologia seriam os elementos epistêmicos que confeririam tais foros de cientificidade a ambas as disciplinas.<sup>240</sup>

Outra ciência auxiliar para a história é a paleografia, um importante instrumento para compreender as origens e que ajuda na construção da narrativa histórica. Segundo Candido Mendes de Almeida:

Se a paleografia fosse uma ciência tão bem cultivada no século XVIII, como é no presente, talvez a imaginação dos escritores não trabalhasse tanto em organizar cronistas e cenas dramáticas no intuito de explicar as origens e o começo do maravilhoso de sua pátria. Mas não era assim.<sup>241</sup>

Compreende-se, pois, que a história é um saber incapaz de, sozinho, construir o grande livro da história nacional, pois necessita de outras ciências auxiliando-a. Ela precisa congrega diversos outros saberes em sua construção, com o intuito de produzir uma narrativa mais afastada de conjecturas e mais próxima da verdade.

### 2.3. É a história uma ciência?

Será a história uma ciência? E, em caso afirmativo, que tipo de ciência? Uma ciência moderna? Quais foros permitem defini-la dessa maneira? Ou essa definição de ciência é incapaz de referir-se ao trabalho historiográfico? Essas são algumas das indagações que podem ser respondidas a partir do texto do sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Augusto Carneiro Lessa, intitulado *Reflexões sobre o conceito de história*. Ele se tornou bacharel no ano de 1883, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1907, foi nomeado pelo Presidente Afonso Pena, ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo seu cargo em 20 de novembro de 1908, o maior cargo na hierarquia que um bacharel em Direito poderia alcançar. No mesmo ano de sua nomeação para presidente do STF, foi admitido no IHGB e, três anos depois, tomou posse da cadeira de Lúcio Mendonça na Academia Brasileira de Letras (ABL). Essa posição de Lessa já demonstra o tamanho da sua importância, prestígio e lugar ocupado no Brasil da Primeira República, ocupando o papel destinado aos “homens distintos”,<sup>242</sup> um importante lugar nas redes de sociabilidade do ciclo político-intelectual antes mesmo da Proclamação da República em 1889.

*É a história uma ciência? Introdução à História da Civilização de Buckle* é a pergunta título original do trabalho de Lessa, que apresentou o mesmo texto ao pleitear sua admissão no grêmio com um novo título: *Reflexões sobre o conceito de história*. A primeira publicação do texto em questão tinha o objetivo de apresentar a obra de Buckle ao público brasileiro. A respeito desse texto, Angela de Castro Gomes pontua que: “Nesse sentido, suas ‘Reflexões

<sup>240</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 38.

<sup>241</sup> Idem, p. 236-237.

<sup>242</sup> Sobre essa questão de homens distintos ver: SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

sobre o conceito de História' são tanto uma exceção no conjunto de sua produção, como um complemento muito pertinente e revelador do universo mental dos intelectuais da virada do século XIX para o XX".<sup>243</sup>

A preponderância da análise ocorrerá sobre o referido texto, que nos traz um posicionamento muito interessante não só sobre a conceituação do que é a história, mas também acerca do papel e função que a história, assim como os historiadores, devem levar em consideração. A última questão já foi abordada mais profundamente em outro momento, especificamente, quando falamos da composição do *ethos* do historiador republicano, especificamente no primeiro capítulo.

Com relação à constituição do *status* de cientificidade, assim como a instauração da República, Angela de Castro Gomes nos adverte:

A Primeira República constitui-se, assim, em um momento estratégico, para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador, o que só poderia acontecer tendo como cenário do fundo de uma discussão sobre ciência e cientificidade.<sup>244</sup>

O entendimento da história como detentora ou não de um estatuto de cientificidade suscita inúmeros debates no período que nos propusemos analisar. De todos os letrados estudados, apenas Lessa não compreende a história como ciência. Para ele: "(...) a história provavelmente nunca se elevará às vastas generalizações, que debate tentaram os seus filósofos. A ciência que o gênio arrojado de Buckle supôs ter constituído, ainda hoje não é ciência".<sup>245</sup> O autor aponta que, mesmo após os inúmeros esforços em se construir uma história científica, os produtos resultantes desses mesmos esforços, não podem ser considerados como uma ciência. Ciência é apresentada por Lessa como um saber capaz de generalizar, que consegue construir leis, logo, segundo ele, a história não pode encaixar-se nesse modelo, pois trabalha com o mutável, o específico e o único.

Entretanto, o fato da história não ser considerada ciência não me parece um fator de redução da importância do conhecimento histórico para Lessa, pois ele defende que: "não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta".<sup>246</sup> A história seria essencial para outros saberes, um desses saberes seria a sociologia, pois de acordo com ele:

Esse mesmo método e esse mesmo princípio, aplicados ao estudo dos fatos históricos, têm sido fecundos em resultados, *mas para o domínio de outras ciências*.<sup>247</sup>

Ainda nesse caminho, Lessa defende que a função da história:

(...) consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos, para ministrar, os materiais que *servem de base as induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais*.<sup>248</sup>

<sup>243</sup> GOMES, Angela de Castro. Essa citação aqui utilizada foi retirada de um livro ainda não publicado.

<sup>244</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 25.

<sup>245</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. *Fonte para o estudo da história da historiografia brasileira*, p. 121. Essa referência foi retirada de um livro ainda não publicado. Se até o final da dissertação o mesmo não for publicado, utilizarei as referências do texto publicado na Revista do IHGB.

<sup>246</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 52.

<sup>247</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 262. Grifos nossos.

<sup>248</sup> Idem, p. 280. Grifos nossos.

Continuando a tratar de Lessa, em seu trabalho publicado na *Revista do IHGB* em 1906, intitulado *Reflexões sobre o conceito de história*, ele preocupa-se com questões referentes à natureza do conhecimento histórico, fazendo um balanço desde a Antiguidade até os dias contemporâneos e focalizando a obra de Henry Thomas Buckle.<sup>249</sup> Para Lessa, o livro de Buckle, *História da civilização na Inglaterra*, possui três objetivos: descobrir as leis da história, alçar a história à dignidade de ciência e constituir a ciência da história. Apesar do esforço do autor inglês, o bacharel defende que: “Buckle não constituiu a filosofia da história. As suas generalizações não traduzem leis históricas”.<sup>250</sup>

Um das teses de Lessa é que a história não pode ser considerada ciência porque seus fatos não correspondem a leis, sendo assim, não há uma constante nos fatos. Segundo ele: “os fatos históricos estão sujeitos ao acaso”,<sup>251</sup> além disso: “o acaso é a antítese da lei”.<sup>252</sup> Ademais: “indiscutivelmente não temos aqui uma teoria que possa pretender os foros da ciência”.<sup>253</sup> Assevera que:

Os fenômenos históricos não se repetem, com os dos corpos inorgânicos, os dos organismos individuais, e os dos próprios organismos sociais.<sup>254</sup>

O acaso está ligado à Providência, que não oferece um fundamento racional e uma explicação científica. Pois: “admitir leis na história é admitir na história o fatalismo, a negação de Deus e do livre arbítrio”.<sup>255</sup> Além da questão da Providência, é importante lembrar que os fenômenos históricos não se repetem, sendo assim, é impossível fabricar leis sobre os fatos históricos.

O próprio conceito de ciência, segundo o mesmo autor, sofre de preconceito e inexatidão acerca do que realmente seria. Falando de Buckle, Lessa critica o argumento de ciência utilizado pelo inglês, dizendo que o mesmo deveria aproximar-se do preceito científico de Du Bois-Reumond e Virchow.<sup>256</sup>

Fazendo menção aos escritores antigos, o autor em destaque aponta que a história para os gregos e os romanos era repleta de heroísmo e patriotismo, características que não devem necessariamente ser seguidas no mundo moderno.<sup>257</sup> Para ele: “a antiguidade clássica não fez da história uma ciência”.<sup>258</sup>

De acordo com Lessa, o trabalho de Buckle: “(...) é um dos ensaios mais admiráveis no sentido de determinar as leis da história, de alçar a história à dignidade de ciência, ou de constituir a ciência da história”.<sup>259</sup>

---

<sup>249</sup> Buckle era uma referência para Capistrano de Abreu.

<sup>250</sup> LESSA, op. cit., p. 262.

<sup>251</sup> Idem, p. 220.

<sup>252</sup> Idem, p. 220.

<sup>253</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 205.

<sup>254</sup> Idem, p. 268.

<sup>255</sup> Idem, p. 267-268.

<sup>256</sup> Rudolf Virchow (1821-1902) é um médico patologista alemão. Du Bois-Reumond (1818-1896) foi um fisiologista alemão

<sup>257</sup> Entretanto, a questão do patriotismo é uma característica muito importante para a escrita da história dita “moderna”, sendo um dos elementos que irá compor o trabalho do historiador. Mais uma vez Lessa rompe com o que os outros letrados que estudo defendem. Para ele o patriotismo não é uma ferramenta essencial para o trabalho do historiador.

<sup>258</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 209. O patriotismo será um tema desenvolvido em umas das secções do próximo capítulo.

<sup>259</sup> Idem, p. 233.

O questionamento lançado por Buckle gira em torno dos fatos históricos, se eles são resultados de leis fixas ou não, sendo produtos do *livre arbítrio*. Entram em cena com isso duas variáveis: a ação do homem sobre a natureza e da natureza sobre o homem.

Para o autor inglês existem quatro leis fundamentais da história. A primeira delas diz respeito ao progresso do gênero humano que está diretamente ligado às leis no fenômeno da natureza. Partindo para a segunda, refere-se ao espírito de dúvida, o impulsionador das investigações históricas. Já a terceira remete às descobertas científicas, dizendo que o aumento de seu número acarreta uma preponderância sobre as verdades morais. E, por fim, o espírito protetor exercido pelo Estado e pela Igreja, encarados como negativos. O principal argumento de Buckle era: “(...) a favor da tese científica do determinismo na regularidade de certos fatos, que, se fosse uma verdade o livre arbítrio, seriam absolutamente inexplicáveis”.<sup>260</sup>

Esse determinismo deve levar em consideração a ação dos grandes homens, através de uma articulação entre a natureza e o homem. Segundo Lessa: “(...) bem sabemos que os grandes homens são produtos do meio social: antes que um grande homem possa refazer uma sociedade, é preciso que a sociedade o faça”.<sup>261</sup> Portanto, estudar apenas os grandes homens não é suficiente, tendo em vista que apenas algumas personalidades não conseguem abarcar o todo. Essa questão dos grandes nomes é uma preocupação dos letrados desse período, existindo a necessidade de uma *reescrita* da história que narre a ação do povo, como elemento de importância e ao mesmo tempo de coesão da *História pátria*. O povo nesse sentido funciona como destinatário e protagonista da história.<sup>262</sup>

Essas leis apontadas por Buckle, segundo Lessa, possuem um grande defeito, apontado por ele da seguinte forma:

Se a lei de Buckle somente compreende o progresso intelectual, o desenvolvimento das ciências, começa pelo defeito de não ser uma lei universal, e muito menos fundamental, da história da humanidade.<sup>263</sup>

Para Lessa, o progresso da humanidade não deve ser resumido à ciência, pois esse mesmo progresso do gênero humano é apontado como dependente das verdades científicas. A ciência não deve ser o elemento que domina a história, pois ela é apenas uma das faces da vida da humanidade, não o fator sob o qual a vida humana deve ser resumida. Segundo ele: “reduzir a civilização ao progresso das ciências que se ocupam com o mundo físico é mutilar essa ideia complexa”.<sup>264</sup> Ademais: “Buckle não constitui a filosofia da história. As suas generalizações não traduzem leis históricas”.<sup>265</sup> Para além da figura de Pedro Lessa, salientamos que a história, a ciência e o progresso são termos de uma mesma operação no começo do século XX no Brasil.<sup>266</sup>

A voz de Lessa, entretanto, não é um unanimidade dentro do Instituto, pelo contrário, inúmeros letrados defendem o oposto, o que demonstra o Instituto como um espaço de múltiplas ideias acerca da história. Nesse período, há preocupação em definir a prática

---

<sup>260</sup> Idem, p. 235.

<sup>261</sup> Idem p. 273.

<sup>262</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>263</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 250.

<sup>264</sup> Idem, p. 261.

<sup>265</sup> Idem, p. 262.

<sup>266</sup> Ver: GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

historiográfica através de um estatuto científico, identificando o trabalho do historiador como uma ação dotada de regras que a identifiquem como científica.<sup>267</sup>

Piero Detoni, em sua dissertação, trabalha com um letrado situado na virada do século XIX para o XX, o também sócio do IHGB, o paranaense Rocha Pombo, um dos homens que foram renegados ao esquecimento pela historiografia, não ocupando um espaço de proeminência nas narrativas.<sup>268</sup> Exemplo opostos podem ser representados nas figuras de Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo de Varnhagen.<sup>269</sup>

O paranaense produziu uma obra de 10 volumes, intitulada *História do Brasil*, publicada entre os anos de 1905 e 1917. O autor em questão, diferentemente de Pedro Lessa, defende que a história era uma ciência. O que demonstra, mais uma vez, os diversos posicionamentos existentes na cena letrada do final do XIX e início do XX no Brasil.

Outro exemplo de voz contrária à de Lessa é a do sócio Tristão de Alencar Araripe. Este autor, ao mesmo tempo em que defende que a história é uma ciência, argumenta que ela possui traços ligados à uma concepção antiga, marcada pela exemplaridade, podendo ensinar os cidadãos a agir, sendo uma escola repleta de lições que podem e devem ser imitadas.<sup>270</sup>

De acordo com Alencar Araripe:

Ninguém duvida da utilidade da história, a quem um ilustre escritor antigo denominou luz da verdade e mestra da vida. Nestas palavras está o elogio da história, *que não constitui uma ciência de mero deleite e recreação, mas uma escola de proveitosa lição para o homem e para a sociedade.*<sup>271</sup>

A República é entendida por alguns como um fato inevitável e ao mesmo tempo como necessário. Relacionado aos fatos, de acordo com Herbert Spencer, há dois conjuntos de fatos. O primeiro é caracterizado por acontecimentos contingentes e imprevisíveis. Já o segundo grupo é composto por fatos necessários e previsíveis. Nesse sentido, a República era compreendida como um fato previsível, como já foi dito, par alguns, na medida em que era considerada um evento inevitável, ou melhor, como um processo que deveria acontecer.

Entretanto, para Lessa, o progresso é uma ideia vaga, uma vez que o resultado final não pode ser previsível, logo, esperar determinado progresso por determinadas ações não é uma atitude das mais proveitosas. Uma forma de comprovar tal questão diz respeito aos eventos identificados como merecedores de serem narrados, de serem incluídos na história pátria. A revolução de 1817 é um desses eventos, por possuir características que serão reavivadas na República em 1889.

A República é exaltada como um evento que merece destaque no livro da história nacional, ao mesmo tempo em que é projetada através de uma visão teleológica, atribuindo ao evento de 1817 o cerne do que iria se desencadear em 1889. Porém, essa visão teleológica e

---

<sup>267</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>268</sup> DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014.

<sup>269</sup> Segundo a autora Angela de Castro Gomes não conhecemos nossa tradição de estudos históricos. A exceção do nome de Varnhagen e de Capistrano, não conhecemos, muito menos cultuamos outros autores. Sendo assim, não existe panteão.

<sup>270</sup> Outro exemplo de voz favorável a de Lessa, é a de Fausto Cardoso, que não considerava a história uma ciência. Segundo Detoni há dificuldades: "(...) em se estabelecer os nexos causais que guiarão a consecução de uma teoria geral e científica a qual pudesse abarcar a experiência histórica nacional em uma perspectiva generalista." DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 85-86.

<sup>271</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 263. Grifos nossos.

de projeção de futuro é questionada por Lessa, uma vez que não é possível saber como o desenrolar da história se dará.

De acordo com Lessa, a filosofia da história é impossível. Isso porque a filosofia da história seria: “a doutrina que pretende ensinar-nos as leis que presidem a evolução da humanidade”,<sup>272</sup> sendo essas mesmas leis impossíveis de serem detectadas pelos historiadores, tendo em vista os objetos que a história estuda: o humano, que é múltiplo e mutável. E ainda, salienta que a filosofia da história “foi substituída pela sociologia”.<sup>273</sup>

Os fenômenos históricos não são repetíveis, portanto, se não há leis, não há fatalismo e se não existe fatalismo, Deus e o livre-arbítrio podem exercer sua influência, salientando que o livre-arbítrio e a determinação são dois princípios opostos. Sendo assim, construir uma história nacional não é uma ação científica, pois os fatos humanos não produzem leis.

Buckle possui uma teoria do determinismo de acordo com a qual o homem está sujeito às forças da natureza. Segundo o autor:

(...) A hereditariedade, ou meio interno, determina-lhes o caráter e o temperamento. O meio cósmico, o meio individual e o social, atuam sobre o caráter e o temperamento, e os modificam.<sup>274</sup>

Lessa rompe com o argumento de Buckle, não acreditando no determinismo, além de defender que o mesmo não destrói o *individualismo*. Nesse sentido, ele concorda com Spencer, que refuta a possibilidade de previsão dos fatos sociais, pois: “(...) o processo geral do fenômeno pode ser conhecido previamente; as particularidades não”.<sup>275</sup>

Essa perspectiva de Lessa permite pensar uma história do Brasil em que o espaço para atuação do homem é muito maior, não diminuindo suas possibilidades de ação e transformação ao refutar a ideia de que os fatos estão condicionados aos fenômenos naturais. Portanto, o determinismo é um dos perigos que deve ser evitado.<sup>276</sup>

Buckle divide a civilização em europeia e não europeia. Essa divisão é muito insatisfatória para Lessa, pois não leva em consideração todas as evidências históricas que atestam à importância de diferentes civilizações ao longo do tempo e do espaço. Para o autor inglês, na Europa a natureza está subordinada ao homem, enquanto os países não europeus têm os homens subordinados à natureza. A esse respeito, salienta Lessa:

Os fatos da história antiga e os factos da história contemporânea opõem-se formalmente a divisão de toda a história da humanidade em europeia e não europeia. *A civilização da Europa foi precedida da civilização das nações do Oriente.*<sup>277</sup>

Essa tese para Lessa é, no mínimo, repleta de incongruências. Segundo ele: “Não poucas as induções de Buckle sobre a influência dos fatores físicos são exageradas”.<sup>278</sup> O autor considera que diversas outras civilizações se desenvolveram antes dos países europeus e com muita qualidade. A Europa não é o que de melhor e mais desenvolvido há no globo, de acordo com Lessa:

---

<sup>272</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p.265

<sup>273</sup> Idem, p. 282.

<sup>274</sup> Idem, p. 238.

<sup>275</sup> Idem, p. 245.

<sup>276</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990.

<sup>277</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 261. Grifos nossos.

<sup>278</sup> Idem, p. 256.

Com toda razão diz Littré que o asserto de Buckle longe de ministrar a base da filosofia da história é um erro. (...) Foi na extremidade da Ásia, nessa Grécia meio europeia, meio asiática, que surgiu a civilização europeia, destinada a se tornar visível.<sup>279</sup>

O autor inglês atribui importância ao calor como fator de desenvolvimento de um povo, de acordo com ele: “todas as civilizações primitivas tiveram seu berço em regiões favorecidas por um alto grau de calor, e onde, conseqüentemente a terra é mais fértil”.<sup>280</sup> Porém, quando trata do Brasil, entende-o como um país que ainda não alcançou o grau de civilização esperado e que não se desenvolveu como deveria. Esse argumento de Buckle gera uma questão: por que, no Brasil, isso não ocorreu? De acordo com Lessa, Buckle apresenta uma noção falsa da geografia física do nosso país, ao afirmar que “em meio dessa pompa, desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem, reduzindo à insignificância pela majestade que o cerca”.<sup>281</sup> Mais uma vez a geografia aparece como um saber importante na escrita da história nacional.

Outro exemplo é o bacharel Tristão de Alencar Araripe, que na hora de escolher um país para servir de exemplo para a nação brasileira, não escolhe países do continente europeu, mas sim um país que faz parte do continente americano: os Estados Unidos da América do Norte, destacando, sobretudo, o patriotismo. A perspectiva é a de que se deve levar em consideração é a pouca idade que o Brasil tem. Trata-se de um país novo, que em grande parte deve espelhar-se em exemplos de patriotismo vindos de outros países, como por exemplo, os E.U.A.<sup>282</sup> Essa “juventude nacional” permitia pensar o Brasil como um país em construção, o que fazia com que o futuro fosse um tempo repleto de esperanças e, ao mesmo tempo, incerto.<sup>283</sup> Ainda nesse caminho de análise, Tânia Regina de Luca demonstra que: “a crença na imaturidade dava margem a um julgamento condescendente do presente e postergava, com tranquila confiança, a solução de todos os males para um futuro, naturalmente não datado”.<sup>284</sup>

Araripe, ainda nesse caminho de exemplos, utiliza um personagem da história do novo mundo para exemplificar as ações que devem servir de inspiração. Usa o exemplo de um homem que utilizou fatos não belicosos (diferentemente dos homens exaltados pelos historiadores antigos) para marcar seu nome na história e, muito, além disso, ajudar no progresso de seu país, praticando um “verdadeiro bem”. Este homem chama-se George

---

<sup>279</sup> Idem, p. 255.

<sup>280</sup> Idem, p. 257.

<sup>281</sup> Idem, p. 257. Novamente aparece a importância de se conhecer a geografia nacional, com dois intuitos: saber sobre a própria geografia nacional e não causar equívocos sobre os mais diferentes temas relacionados a tal dimensão.

<sup>282</sup> Sobre a ideologia do Brasil como país jovem, ver: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>283</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>284</sup> Idem, p. 90. Nos primeiros anos do século XX, alguns intérpretes do Brasil pensavam a realidade como “fruto das condições naturais da terra” e não como resultado de ações ou regimes políticos. Essa vertente tornou-se conhecida posteriormente como ufanista, devido à obra que servira de referência para esse modelo de interpretação: *Por que me ufano do meu país* (1900), do conde Afonso Celso. Para Lucia Lippi de Oliveira, o pensamento ufanista supunha que “a natureza prodigiosa e abençoada garantiria um futuro para além e independente dos regimes políticos e das querelas partidárias. O ufanismo – juntando às qualidades da terra os valores das três raças originárias – operava assim a paz dos espíritos prometendo dias melhores no futuro, já que a natureza dava fundamento a tais esperanças”. Segundo a autora, a vertente ufanista foi a que teve maior constância e penetração no pensamento social brasileiro da Primeira República. Ver OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 24. Além de Afonso Celso, outro notório representante desse corrente é Olavo Bilac.

Washington.<sup>285</sup> O que já nos diz muito devido ao fato do “herói” escolhido por Araripe não ser um personagem do velho continente, mas um cidadão do Novo Mundo, visto que “os novos” também devem ocupar espaço como personagens principais da narrativa histórica e não mais estrondosos estadistas belicosos. Além disso, a história do Brasil deveria ser encarada como uma parte integrante da história universal. Fala-nos a respeito de tais personagens históricos:

Se Alexandre Magno, se Julio Cezar, e se o próprio Napoleão Bonaparte apenas deixaram após si, pelas heroicas façanhas da guerra, o estrondo das batalhas, que a distância dos tempos diminui, Jorge Washington deixou após suas ações um povo generoso, que diariamente cresce para exaltar o seu nome, o seu desinteresse, e o seu patriotismo. *Jorge Washington é o tipo verdadeiro do herói*. Assim foi na América, que formou-se o *modelo perfeito do patriota e da grandeza política*.<sup>286</sup>

Essa previsão do futuro é outro motivo de divergência. Alguns acreditam que o entendimento do passado, assim como do presente pode acarretar uma compreensão do futuro. Para Lessa é possível conhecer a sociedade e não prever o futuro, entretanto, ele não exclui que a história possa possuir uma aspiração científica. Para ele:

(...) não podemos conhecer os conjuntos de fatos que formam o todo da história da humanidade, nem induzir, ou generalizar, para prever o futuro, tomando por base todos os fatos do passado e do presente.<sup>287</sup>

Segundo Lessa, o que determina a história é a verificação das influências gerais e fixas que determinam o fato histórico. A história, para ele, é um eterno *dever*, sendo assim, o futuro é algo sempre incerto. Em suas palavras:

(...) A história é um contínuo *dever*, um *fueri* perpétuo: e pois, pela sua própria natureza espacia à determinação de um princípio diretor. Os fenômenos históricos não se repetem, como os dos corpos orgânicos, os dos organismos individuais, e dos próprios organismos sociais.<sup>288</sup>

Esse eterno *dever* da história, nos coloca outra questão ligada à recente forma de governo instaurada: a República. De acordo com Lessa, alguns tentam buscar na República uma evolução histórica, um progresso inevitável, então, como defender que a República era um futuro esperado?

Em tese recente, Francisco de Sousa analisa as recepções da República. Segundo ele, existiam dois posicionamentos preponderantes acerca desse acontecimento. O primeiro o

---

<sup>285</sup> Essa relação de exemplaridade atribuída aos E.U.A. é também utilizada por José Veríssimo quando trata da questão da educação nacional, ao defender que: “foi pensamento preeminente dos pais da Republica, de Washington, particularmente, como havia sido o dos fundadores daquelas colônias, a disseminação da instrução popular, e da realização deste pensamento nasceu, cresceu e desenvolveu-se o admirável sistema escolar norte-americano, precursor e modelo do ensino público e primário em todo o mundo”. Cf. VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª. edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição, p. 30-31.

<sup>286</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 278. Grifos nossos.

<sup>287</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 265-266.

<sup>288</sup> Idem, p.258.

encara como um momento de surpresa, prevalecendo a não aceitação da República; enquanto o segundo o encara como inevitável, e, portanto, necessário para a nação.<sup>289</sup>

Por fim, Lessa aponta duas características da história: ela possui uma série de verdades gerais e um conjunto de observações que não constituem leis. A dificuldade e impossibilidade de formular leis está ligada à complexidade dos fatos sociais, nos quais um efeito pode ser derivado das mais inúmeras causas. De acordo com Lessa:

Descobrir a causa de um fato social não é descobrir uma lei científica. Dada a extrema complexidade dos fenômenos históricos, a causa de um fato pode ser um conjunto especial e único de fatores, ou de circunstâncias, o qual não se tenha reproduzido, *nem seja provável venha a se reproduzir*.<sup>290</sup>

O estatuto científico, portanto, não é um consenso no universo letrado aqui analisado. Diferentes posicionamentos sobre a natureza do conhecimento histórico estão em disputa. Mas os diferentes posicionamentos devem versar sobre algumas questões bem pontuais, são elas: uma narrativa que trate de questões nacionais, temática que será abordada no próximo capítulo.

Um dos meios de tornar a narrativa nacional útil para a nação, seria através da educação, umas das formas de divulgação dos feitos dos homens, das glórias e também dos erros. E por fim, essa história deve ser escrita com o sentimento patriótico. Essas duas temáticas serão melhor trabalhadas no último e seguinte capítulo.

---

<sup>289</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

<sup>290</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 292. Grifos nossos.

### Capítulo III- O VALOR DA HISTÓRIA

Considerando a nacionalidade enquanto um sistema de ideias centrado na identidade e na autoconsciência e reconhecendo que a mesma, necessariamente, dialoga com a tradição vigente em dado momento,<sup>291</sup> o presente capítulo analisa um conjunto de exigências dirigidas à historiografia no início da república, que permitem compreender o valor atribuído à história. Em meio ao diálogo com a tradição historiográfica anterior, compreende-se que prevalece a necessidade de repensá-la, de modo a construir uma nova versão sobre o passado, “uma história republicana para substituir a imperial”. Para Lúcia Lippi de Oliveira, “esta nova história da nação, porém, teve que dialogar com outra, não mais defensora do regime monárquico, mas organizada a partir de valores naturais e de longa duração como a terra e o caráter do ser humano que a habita”.<sup>292</sup>

A partir da leitura dos textos de Tristão de Alencar Araripe, Pedro Augusto Carneiro Lessa, João Ribeiro, Alfredo do Nascimento Silva, Henrique de Beaurepaire-Rohan e Cândido Mendes de Almeida, procura-se identificar alguns tópicos recorrentes relacionados à reescrita da história nacional.

O primeiro tópico diz respeito à história como fator essencial para a formação dos homens por meio de um processo educativo. O segundo diz respeito à dimensão nacional da história e aos elementos que devem compor a narrativa. O terceiro aborda a importância do patriotismo para a escrita da história de um ponto de vista republicano. E a quarta trata da natureza como um elemento importante para a formação da identidade nacional e um aspecto que também deve estar presente na narrativa do historiador por meio da articulação entre história e geografia.

Uma primeira pergunta se coloca: o valor e o papel atribuído à história foram sempre os mesmos? A resposta é, certamente, não. A história enquanto um saber que pretende compreender as ações dos homens no tempo é um mosaico em movimento, que tem nos diversos tempos e espaços formas de identificação, de utilização, de diálogo, entre outras formas distintas.

Uma das formas que a história pode e, no momento aqui analisado, deve utilizar é a educação, tornando-a um elemento importante e necessário na construção da nação brasileira. A educação é uma das formas de divulgação do conhecimento histórico, das diversas glórias e feitos passados, que nesse momento devem estar ligados essencialmente a um passado nacional. Cabe ao ensino de história voltar seu olhar sobre os acontecimentos, fatos e personagens que ajudaram a compor a nação brasileira.

Outro aspecto necessário à escrita da história é o patriotismo. O ser patriótico aparece, então, como uma exigência. Entretanto, os posicionamentos são diversos sobre os mais variados temas, o que também acontece quando o tema é o patriotismo. Defendido por uns, deixado de lado ou criticado por outros, o problema que envolve o patriotismo na escrita da história remete a um universo que engloba vários argumentos e posicionamentos, que estão em constante disputa.

E, para além da educação e do patriotismo, a natureza deve ser lembrada como um aspecto essencial para a construção nacional, servindo como um elemento de integração ao mesmo tempo em que funciona como um fator de diferenciação, principalmente através do enaltecimento das grandezas naturais e únicas que compõem o território do Brasil.

Portanto, a construção da narrativa histórica do Brasil, além de seguir os procedimentos elencados nos capítulos anteriores como essenciais, deve articular

---

<sup>291</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 142.

<sup>292</sup> Idem, p. 143.

os aspectos educativos, o sentimento patriótico e a exaltação da natureza, todos ligados à uma dimensão essencialmente nacional. Começaremos pela educação, buscando compreender como a mesma deve servir para a história.

### 3.1. A história ensina

*A história é um meio instrutivo do povo: a lição dos fatos nacionais ensina aos cidadãos a eficácia das máximas políticas, e o esclarece sobre a marcha dos públicos negócios, dando-lhes experiência e tino preventivo. Convém por tanto sugerir a instrução nacional pelo doutrinamento da história.*<sup>293</sup>

Doutrinar pela história é umas das tarefas que o historiador deve desempenhar, mas para tanto é necessário saber por meio de quais doutrinas isso será feito. O passado que é escolhido para tal função é de suma importância, pois será através das lições deixadas é que o povo poderá ser instruído. O passado é uma fonte de exemplos.<sup>294</sup> E essa compreensão permite definir duas exigências que Tristão de Alencar Araripe impõe aos historiadores: premiar o mérito dos benfeitores e excitar novos estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo, através do “sacro fogo do amor da pátria”,<sup>295</sup> que deverá ser estimulado pelo ensino das letras, divulgado pelo ensino popular.<sup>296</sup>

As disputas pelo passado denotam uma forte razão política e pragmática presente na escrita da história. Narrar o passado não é apenas lembrar o já acontecido, mas participar do desenrolar da história contemporânea e das disputas sobre o que narrar. Sendo assim, há uma ligação estabelecida entre: passado, presente e política.<sup>297</sup>

Os próprios fatos não são vistos como algo dado, mas como algo construído historicamente, por meio das diversas exigências que o tempo e o espaço impõem ao trabalho do historiador. Segundo Pedro Lessa: “a história não tem um conteúdo científico próprio, leis do seu domínio, induções, princípios e deduções, que lhe sejam peculiares, generalizações que dela façam uma ciência”.<sup>298</sup> Tudo pode ser transformado em história, desde que justificado em

---

<sup>293</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290, p. 262-263. Grifos nossos.

<sup>294</sup> Sobre o passado como fonte de exemplos, ver: ARENDT, Hannah. *O conceito de história – antigo e moderno*. 1ª edição 1954. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 2000, p. 69-126. Coleção Debates, 64; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC, 2007.

<sup>295</sup> ARARIPE, op.cit, p. 289. Essa expressão relacionada ao amor pátrio não é um traço apenas presente em Araripe, mas, também em outros letrados desse período como, por exemplo, o Sr. Dr Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que diz: “fogo sagrado do amor da Pátria”. RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915.

<sup>296</sup> A questão do ensino já está presente no primeiro número da Revista do IHGB, lançado no ano de 1839, no qual a preocupação em proporcionar o ensino é pontuado em seu primeiro artigo do estatuto. O mesmo diz: "Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover conhecimentos destes dois ramos *filológicos por meio do ensino público logo que o cofre proporcionar esta despesa*." "Extrato dos Estatutos". *RIHGB*, tomo I, p.18, 1839. Grifos nossos.

<sup>297</sup> Pascal Payen trata esse três elementos apontados anteriormente como constituintes da formação da história moderna ao longo do século XIX, abordando a relação entre: história, política, método e ciência. PAYEN, Pascal. "A constituição da História como ciência no XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?", In revista *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, março de 2011.

<sup>298</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285, p. 287.

função de sua utilidade para o presente e de sua submissão aos procedimentos que regem o trabalho do historiador e lhe garantem certa legitimidade.

Entretanto, essas duas exigências apontadas anteriormente por Tristão de Alencar Araripe não são fáceis de serem concretizadas e aceitas, uma vez que a escolha dos benfeitores, assim como dos grandes modelos de patriotismo não está dada, pois se reconhece que eles estão sendo construídos e escolhidos, através de diversas disputas e posicionamentos divergentes, para figurarem no grande livro da história nacional.

De acordo com Araripe, os assuntos que devem figurar sob a pena do historiador são: a colonização, a mestiçagem e a imigração europeia. Esses elementos, se explicados e analisados pelos historiadores, deverão compor a história nacional e ao mesmo tempo ajudar na sua compreensão.

Percebe-se uma preocupação com as origens, temática tão cara a esses homens do final do Império e da Primeira República no Brasil. Há a necessidade de um passado em comum, capaz de ligar e dar coesão a diversos elementos constitutivos da origem e natureza nacional brasileira.

Com relação à questão das origens, consideram-se duas hipóteses: uma diz respeito ao fato de que a escolha de acontecimentos mais afastados temporalmente permite estabelecer uma distância em relação ao presente, leia-se o Segundo Reinado, marcado, principalmente, pela figura de D. Pedro II;<sup>299</sup> já a segunda hipótese, gira em torno das confluências que existiram entre os diversos povos que aqui habitavam. Supostamente, seria mais fácil identificar como foi formado o “molde do brasileiro” levando em consideração os diversos elementos que, concatenados, confluíram para a formação do ser brasileiro (desde os tempos primitivos até o presente), sendo possível compreender o “molde definitivo” a partir de tais componentes. Esse mesmo “molde” é umas das temáticas que Araripe compreende como importante para os historiadores, por estar relacionada a três temáticas muito específicas. São elas: a colonização, a mestiçagem e a imigração europeia.<sup>300</sup>

Observa-se a exigência de explicar a mestiçagem como parte de um processo de transformação da natureza ocorrida mediante a fusão das diversas raças. O ser brasileiro é compreendido como resultado da mescla de três raças: a branca, a ameríndia e a negra. Ou melhor, a junção das três deu forma ao brasileiro, que ainda está em vias de consolidação. Carl Friedrich Philipp von Martius, em sua dissertação sobre o melhor plano de se escrever a história nacional, de 1844, foi um dos primeiros trabalhos<sup>301</sup> a apontar as três raças como questão central para a formação da nação brasileira.

Martius também atentou para outras dimensões até então deixadas de lado, abordando à necessidade de preocupar-se com os indígenas, considerados por muitos como “impróprios” à composição do livro da história nacional. Um exemplo de visão negativa acerca dos indígenas é de um dos sócios do IHGB, o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen. Para ele os indígenas encontravam-se em estado de decadência, o que só prejudicaria a história nacional. Essas questões apontam para outra dimensão também presente na obra de Varnhagen, que é o entrelaçamento entre a prática historiográfica e a escrita da história, duas etapas que compõem uma mesma operação.<sup>302</sup>

---

<sup>299</sup> Entretanto, a compreensão da recusa da história Imperial e do presente mais recente como parte da escrita da história nacional não se deve esquecer os debates que estavam ocorrendo. Ou seja, essa recusa não era um consenso, mas objeto de discussão. Ver CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 43-80.

<sup>300</sup> Ver ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290.

<sup>301</sup> Essa afirmação é pautada na assertiva de Maria da Glória de Oliveira.

<sup>302</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

Tratando da formação da nacionalidade, Araripe afirma que, “em tudo isso opera-se a transformação das cinco principais raças por via da colonização”.<sup>303</sup> Para o conselheiro, se o historiador brasileiro tiver tal preocupação e levá-la em consideração, não cometerá o mesmo erro que as nações europeias cometeram, na qual os “elementos de formação oriundos da Ásia não são distinguíveis e apreciáveis”.<sup>304</sup> Portanto, todos os elementos que coadunados fazem parte da colonização brasileira devem ser levados em consideração e entendidos como fatores de formação da nacionalidade. Com isso:

As colonizações assemelham-se aos rios confluentes, que entram na corrente principal, misturam as suas águas, sem que depois possamos bem distinguir as águas de uma e outra procedência; e si não conhecermos os rios confluentes, não atinaremos *com as variedades de origem*.<sup>305</sup>

Quanto às origens, ao mesmo tempo em que podem explicar o nacional, apresentam um obstáculo que torna difícil a sua pesquisa e posterior utilização em texto historiográfico: a ausência de documentos, pois muitos dos fatos, personagens e eventos não podem ser totalmente verificados, uma vez que não existem documentos, assim como há várias incongruências entre eles e, também, nos escritos daqueles que narraram tais fatos, principalmente os cronistas. Estes últimos são criticados, principalmente, por Candido Mendes de Almeida.<sup>306</sup>

Outro tópico recorrente é relacionado à educação e diz respeito à difusão de ideais pacíficos, por oposição à cultura bélica vigente no passado. Para Tristão de Alencar Araripe, Tito Lívio é o historiador antigo mais completo, porém também comete o mesmo erro tão característico aos antigos: ater-se somente aos fatos belicosos e políticos. As temáticas que devem ser tratadas pelos historiadores não devem apenas se restringir aos temas valorizados pelos antigos, que eram, como foi dito, os fatos militares e políticos.

Tristão de Alencar Araripe exalta as ações não belicosas e não ligadas à guerra, através de uma diferenciação entre os historiadores antigos e modernos. Ele defende que a história moderna deve ater-se aos heróis da paz, que melhoram as condições dos homens, enquanto a história antiga detinha-se nos fatos estrondosos, nos heróis de guerra, nas devastações e mortes. De acordo com Araripe, nem todas as questões focalizadas pelos historiadores antigos precisam ser focalizadas, uma vez que a história moderna deve exaltar sentimentos que elevem à moral, tratada por ele como o verdadeiro elemento. Nas palavras do autor acerca da narrativa do historiador antigo e moderno, ele pontua: “que diferença na magnitude dos fatos e na vastidão da experiência”.<sup>307</sup> Magnitude e vastidão que estão

---

<sup>303</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 273.

<sup>304</sup> Idem, p. 272.

<sup>305</sup> Idem, p. 273. Grifos nossos. Essa mesma metáfora do rio é usada por Martius em seu trabalho já citado. “O rio português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”. MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1982, p.88. As metáforas ligadas à natureza são uma constante nesse período e esta que associa a mestiçagem racial ao rio e seus afluentes é uma delas.

<sup>306</sup> A exigência documental irá criar um problema para a construção da história indígena, que não deixa registros escritos, uma dos principais tipos de fontes com a qual o historiador trabalha. Será um desafio para os homens do XIX integrar os índios na história nacional, que tem nesse elemento um fator de importante influência na construção do ser nacional. CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Letras, 2006, p. 30-41.

<sup>307</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290, p. 264.

presentes na escrita do historiador moderno, que são construídas através da exaltação de fatos de caráter não belicoso. Além disso, *fatos e experiências* que deveriam ser comprovados através de documentos.

Outro autor que considera os fatos belicosos como desnecessários para o grande livro da história nacional é Joaquim Nabuco. Ele representa a paz através dos E.U.A, enquanto a guerra é uma ação característica do velho mundo.<sup>308</sup> Ou seja, nesse momento há uma exaltação das proezas que não necessitam destruir para fazer-se lembrar.<sup>309</sup> Esquecer os eventos que causaram destruição e lembrar aqueles que vieram pela via pacífica, lembrando que a República foi um desses eventos.

Outro tópico recorrente, relacionado ao que deve ser ensinado, diz respeito ao tema dos movimentos contestatórios, que é um dos mais frequentes na Revista do IHGB entre os anos de 1889 e 1912.<sup>310</sup>

Maria Teresa Chaves Mello lembra que a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão foi fundada em 7 de setembro de 1880 com o intuito de construir uma narrativa emancipacionista da nação e utilizou, como um dos seus elementos, a Revolução de 1817. Nas palavras de Mello, essa Sociedade buscou: “(...) inventar uma narrativa emancipacionista da nação que começa com José Bonifácio, passava pela revolução de 1817 e continuava através de parlamentares brasileiros”.<sup>311</sup>

Outro exemplo é a geração reformista de 1870, que teve como uma de suas ações trazer ao palco eventos e personagens antes excluídos, como por exemplo, a Regência, que é recuperada.

Ainda nesse caminho de discussão, lembramos que Lucia Guimarães aponta que o Instituto, procurou esquecer as contestações, no qual forjava, por exemplo, a passagem da colônia para o império como um "processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas".<sup>312</sup>

A proclamação da República, nesse sentido, foi construída como um evento natural e inevitável, ou melhor, como uma etapa primordial, necessária e constituinte do processo de formação histórica nacional, que tem no dia 15 de novembro de 1889 a concretização de uma mudança inerente ao desenrolar da história do Brasil. Além disso, os momentos de *ruptura* e de *traumas* ligados ao Império serão ressignificados e atenderão a um projeto de solidificação e enaltecimento da República, sendo postulários, em certa medida, de uma visão escatológica da Proclamação em 1889.

Ainda nesse campo de análise, é bom lembrar que as escolhas feitas sobre quais acontecimentos deveriam ser narrados estão diretamente ligadas às disputas pelo passado e por qual presente deve ser exaltado pela memória coletiva, servindo de inspiração para o futuro ainda incerto. Tais disputas estão ligadas ao que Manoel Luiz Salgado Guimarães

---

<sup>308</sup> Ver SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

<sup>309</sup> Além de Joaquim Nabuco, Alberto Torres fala a respeito da paz. Para o mesmo: “(...) o capital é essencialmente pacífico, já que só a paz assegura o crescimento das atividades econômicas. A guerra representa a mais terrível ameaça à estabilidade do trabalho.” OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990, p. 122-123.

<sup>310</sup> Ver HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007.

<sup>311</sup> MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 27.

<sup>312</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, tomo 156, vol. 388, 1995, p.523.

aponta como as disputas pela significação do próprio presente,<sup>313</sup> salientando que: “a produção de conhecimento sobre o passado não deve ser percebida sem suas articulações com o presente em que se realiza”.<sup>314</sup> Presente que tem na República todo um horizonte que liga-se ao já ocorrido, às formas pelas quais a história nacional deve ser escrita.

Essas disputas apontam para outra dimensão muito importante, não só no período escolhido pela pesquisa, mas em diferentes tempos e espaços nos quais os historiadores produzem história: é o questionamento acerca dos rumos do fazer história. Precisamente no período analisado, há uma ruptura com uma longa tradição e instaura-se outra, que precisa definir as bases sobre a qual irá erguer-se. E como será essa base? Totalmente nova ou com aspectos ligados à tradição? Essa é uma preocupação e ocasiona os mais diferentes posicionamentos sobre a melhor forma de se construir à narrativa nacional brasileira.

Uma das formas de constituição dessa base será a educação, tratada como uma importante ferramenta no progresso do povo e da nação brasileira, pois através dela acreditava-se que seria possível chegar aos níveis civilizacionais buscados no período que analisamos. Através da educação poderá ser feita a higiene social, que segundo Alfredo Nascimento e Silva consiste em fortificar os espíritos por meio da instrução e da moralização.<sup>315</sup>

Henrique de Beaurepaire-Rohan, também preocupa-se e deixa documentada a importância da educação, em seu trabalho aqui analisado, *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*, o qual atenta para a dimensão da instrução pública como um dos assuntos constituintes da descrição política do Brasil.

Ele aponta à necessidade de um estudo da instrução pública desde os tempos coloniais, passando pelas diversas etapas, até chegar ao seu estado atual. Quais os serviços prestados pelas diversas instituições ao ensino do país, com o propósito de pensar o lugar da educação e da instrução no presente.

O local por excelência no qual a educação se colocará a serviço dos cidadãos brasileiros é a escola. A escola, para Nascimento e Silva, é um local de excelência, sendo que “(...) a cada escola que se abre corresponde uma masmorra que se fecha”.<sup>316</sup> A escola nesse sentido, exerce o papel de promotora das luzes,<sup>317</sup> sendo que através dela compreende-se que o Brasil conseguirá atingir o triunfo em prol do desenvolvimento.

O intuito de seu artigo, *Um átomo para a história pátria*, é: “(...) historiar resumidamente nestas páginas uma dessas pias e beneméritas associações, e assim procedendo trazemos um contingente a história de nossa pátria”.<sup>318</sup> O autor se refere à

---

<sup>313</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação: Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, p. 9-16.

<sup>314</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 11. Ainda sobre a questão do presente e passado, Manoel Luiz Salgado Guimarães em outro momento salienta: “aproximar os homens do passado ao presente pela via da história e da sua visualização, eis a definição deste projeto historiográfico próprio da cultura das Luzes e cujos desdobramentos e heranças para nossa concepção de história são evidentes”. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da história. In: Rios, Kenia e Furtado, João E. (orgs). *Em tempos de história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p.57.

<sup>315</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 102

<sup>316</sup> Idem, p. 102.

<sup>317</sup> Essa expressão é de Cícero, que cunhou a célebre expressão “*história magistra vitae*”. Cícero viveu de 3 de Janeiro de 106 a.C. até 7 de dezembro de 43 a.C., exercendo as funções de filósofo, orador, escritor, advogado e político. Sobre o conceito de história como *mestra da vida* Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC, 2007.

<sup>318</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 103.

Associação Amante da Instrução Pública.<sup>319</sup> Essa benemérita associação é um importante capítulo da história do Brasil, ou melhor, como diz no título do texto: “um átomo para a história pátria”. A esse respeito ele diz: “estudar um átomo da história é levar, portanto um contingente ao seu todo, fornecer um substrato à sua apreciação e colocar uma pedra nos seus alicerces”.<sup>320</sup> Vê-se, através dessas palavras de Silva, a importância atribuída às partes como necessárias e integradoras do todo, como componente essencial de formação da nação.

A Associação Amante da Instrução Pública foi uma instituição criada durante o Império, precisamente no dia 5 de setembro de 1829, sob a denominação de *Sociedade Jovial e Instrutiva*. Recebeu nova denominação em 1831, após a reforma estatutária aprovada pela Assembleia Geral no dia 1 de maio do mesmo ano. A partir dessa reforma, ela adquiriu o seu caráter filantrópico, sem fins lucrativos.<sup>321</sup>

Amparar os pobres é uma das preocupações mais proeminentes que Nascimento Silva aponta sobre a referida Sociedade Amante da Instrução Pública, sendo tratada quase como um dever moral: prover o sustento daqueles que não o tem. Segundo o autor: “(...) a Amante da Instrução é uma associação de caridade que vive e vence a custa mesmo da caridade”, além de ser: “uma casa de educação completa e de instrução”.<sup>322</sup>

E a preocupação em contar a história das associações não está presente apenas no texto de Nascimento Silva, mas no de Henrique Bearapaire-Rohan, no capítulo dois, referente à descrição política, na parte da história, na qual o *Espírito de associação* é a última temática tratada como importante para o grande livro da história nacional.

Para falar dessa associação, Nascimento e Silva aponta que:

(...) Do nada surgia esse gigante, e em cinco anos de existência a modesta e pobre Sociedade do sótão do beco do propósito transformava-se na grande, rica e poderosa protetora da infância pobre, disseminando por toda parte, em oito escolas, o ensino, a educação, o vestuário, os cuidados médicos e os medicamentos a 436 alunos dos dois sexos.<sup>323</sup>

Para Silva, os dois fins principais seriam: *instruir e amparar*. Entretanto, essa instrução tem um fim muito específico quando diz respeito à educação feminina. As meninas que são atendidas por essa instituição são tratadas pensando na sua posterior entrada na vida de casada, no exercício do papel de esposa, conforme as características da época, exercendo um papel de mulher, que tem na função progenitora do lar, um dos seus locais de ação por excelência.

A convicção de que os povos devem instruir-se e de que a instrução pública seria a base para o progresso e a prosperidade do país, coadunava-se com a ideia de que o desenvolvimento pelas letras, também defendido por Januário da Cunha Barbosa, seria um “poderoso instrumento de civilização”. Nesse mesmo caminho atribuído às letras, ou seja, à educação, José Veríssimo<sup>324</sup> atenta para a importância do ensino público para o avanço do Brasil.<sup>325</sup>

---

<sup>319</sup> Idem, p. 103

<sup>320</sup> Idem, p. 108

<sup>321</sup> Ver [www.sociedadeamante.org.br](http://www.sociedadeamante.org.br).

<sup>322</sup> SILVA, op. cit., p. 127 e p. 131. Instruir é uma das preocupações recorrentes nesse período, umas das formas do Brasil buscar o seu lugar no rol das grandes nações.

<sup>323</sup> Idem, p. 117. Grifos nossos.

<sup>324</sup> VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição.

<sup>325</sup> Olavo Bilac é um dos letrados que também defende a educação e a tem como uma das suas maiores preocupações. Defende que sem ela não há povo, nem civilização, sendo um elemento central no processo de

A instrução pública é entendida nesse sentido como um meio pelo qual a educação nacional poderá obter êxitos e aperfeiçoar-se, atingindo níveis comparados aos do E.U.A., exemplo de país que efetivou uma administração pública educacional pautada em níveis de verdadeira doação ao bem maior da pátria, visto que o Estado é um fator “preeminente na educação nacional”. A educação seria propícia, segundo Veríssimo: “para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, e a educação, no mais largo sentido, na mais elevatada acepção destas palavras”.<sup>326</sup>

Tal progresso se daria através da instrução popular, que seria a luz da pátria. Percebe-se com isso que uma das formas de difusão do patriotismo seria o ensino. Instrução e ilustração que colocariam o Brasil no rol das grandes civilizações. Civilização essa que é republicana, sendo assim, há a: “necessidade de uma cultura cívico-patriótica, capaz de produzir novos cidadãos”.<sup>327</sup> A esse respeito, Ângela de Castro Gomes salienta que:

(...) existe uma convergência quanto a urgência da República de produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívicos-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria tinha um lugar estratégico. Ou seja, em função desse fundo político-ideológico, a questão da educação nacional (...), *a questão da educação cívico-patriótica têm seu peso e importância nada desprezíveis*.<sup>328</sup>

Ainda nesse caminho de importância atribuída à educação, Gomes também afirma que:

(...) a educação era vista como a mais segura das estratégias para se transformarem os comportamentos e valores das sociedades rurais, patriarcais e tradicionais, *criando uma nova mentalidade*, mais conforme aos valores das consideradas modernas sociedades urbano-industriais.<sup>329</sup>

Essa *nova mentalidade* passava pela revisão da história do Brasil, que fazia parte de projetos políticos, com o intuito de: "(con)formar um tipo de 'cidadão' e em última instância, de 'nação'", que se dava por meio de imagens e valores.<sup>330</sup> Ainda sobre o novo, a Proclamação da República em 1889 colocou acerca da educação: "principal preocupação do programa e do ensino, na história pátria particularmente, instituir-se a história verdadeiramente educativa e vivificadora do sentimento nacional".<sup>331</sup>

Esse “amor ao ensino” é o que deve impulsionar os que se ocuparem da tarefa de instruir como um elemento de primordial importância para o progresso do país. A história deve ser uma das temáticas que o ensino tem como questão central, a qual tem nos temas nacionais a sua principal preocupação.

Segundo Araripe, para o Brasil ser incluído na senda das grandes nações deveria passar por um processo visando o progresso do país. Nesse processo, a instrução, juntamente com a história, seria útil ao povo brasileiro. Vemos aqui, dois posicionamentos divergentes

---

construção da consciência do cidadão. Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990.

<sup>326</sup> VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª. edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição, p. 60.

<sup>327</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 85.

<sup>328</sup> Idem, p.85. Grifos nossos.

<sup>329</sup> Idem, p.95. Grifos nossos.

<sup>330</sup> HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & Fisonomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Access, 2000.

<sup>331</sup> Idem, p. 52.

acerca da ideia de progresso, compreendido de maneiras distintas e ocupando lugares de proeminência diferentes na história projetada por Lessa e Araripe.<sup>332</sup>

Entretanto, não se deve confundir civilização com progresso. Essas duas ideias são diferentes. De acordo com Maria Teresa Chaves de Mello, as noções de ciência, progresso e modernidade começam a modificar a própria forma como o tempo é referenciado, ou seja, a própria experiência do tempo, diretamente ligada à relação com o presente, o passado e o futuro. A ideia de que a República era uma fatalidade histórica inevitável é uma das diversas formas de discurso que estiveram em voga na Primeira República. E a noção de democracia também ganha esses contornos, adquirindo toda uma conotação social que permite pensá-la como algo inevitável.<sup>333</sup> Essa noção da República como algo inevitável implica em um espaço de atuação reduzido para o homem. Atribuindo ao evento narrado um desenrolar necessário e de ocorrência certa, inevitável, portanto, o homem não teria a força para intervir e mudar os acontecimentos que fazem parte das etapas do processo pelo qual a história de determinada nação deve passar. Acerca da República, o Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão assevera que:

A República implantou-se em 1889 sem os horrores desencadeados em outras nações, quase com uma transição natural do regime liberalíssimo, que nos felicitaria pôr cerca de meio século.<sup>334</sup>

Tratando da ideia de República, segundo Lucia Lippi de Oliveira existiam duas grandes interpretações sobre o Brasil: uma delas avaliava positivamente o passado colonial e imperial; a outra via a república como uma ruptura necessária com esse mesmo passado.<sup>335</sup>

A própria noção de tempo após a instauração da Primeira República não é um tempo acabado e formado, pelo contrário, podemos entendê-lo como um “tempo desorientado” ligado à República como algo incerto, duvidoso e sem suas bases bem alicerçadas.<sup>336</sup> O “tempo desorientado”, nesse sentido, remete as três temporalidades, considerando que tanto o passado, quanto o futuro encontram-se “caóticos” no presente, causando um descompasso do tempo e necessitando encontrar uma orientação.

A escrita da história é umas das formas pelas quais o tempo pode ser reorientando, vindo a assumir traços que ajudem a definir a temporalidade da nacionalidade brasileira, demonstrando que “(...) a escrita da história condena posturas e palavras que não são apenas suas”,<sup>337</sup> ou seja, escrever história faz parte de um projeto que congrega diversas posições,

<sup>332</sup> Relacionada à história, para João Ribeiro ela tinha uma função bem definida. Era: "um discurso capaz de ressuscitar o passado" e para além dessa função, tinha uma função prática na educação, seria uma escola de "educação cívica". De acordo com ele: "Ela [dilatária], ela [robusteceria], ela [esclareceria] a consciência do patriotismo em cada um de nós, [aumentando] o sentimento do respeito para com os nossos maiores." RIBEIRO Apud DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014, p. 71.

<sup>333</sup> Nessa linha interpretativa de que a República e a democracia eram algo natural, essa mesma autora salienta: “A República como democracia era a superação histórica de uma sociedade baseada no privilégio, adequada, já agora, às premissas científicas da “seleção natural”. MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV; Edur, 2007, p. 145.

<sup>334</sup> Parecer da comissão para a admissão de João Ribeiro. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, pp. 623-632, p. 630.

<sup>335</sup> Outro autor que trata das diferentes recepções e leituras da República é Francisco Gouvea de Sousa. Ver: SOUSA, Francisco Gouvêa de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

<sup>336</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

<sup>337</sup> SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012, p. 215.

que não são apenas oriundas do meio letrado, mas sim do universo político e social, locais nos quais os homens atuam, de formas distintas e próprias.

E a República instaurada era entendida, segundo Ilmar de Rohloff de Mattos, como expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional.<sup>338</sup> Ela ainda impunha novos compromissos, diferentes daqueles trazidos pela Monarquia. Um desses novos compromissos, por exemplo, é com a questão “do povo brasileiro”.

Portanto, as mudanças eram necessárias. Segundo Gomes:

(...) tornava-se imperativo realizar transformações naquilo que se narrava e no como se narrava a história do Brasil, negociando com o que já havia sido feito, quer dizer, com o que fora e com o que se escrevera sobre o passado colonial e imperial do Brasil.<sup>339</sup>

Percebe-se, com isso, que a história tem a função de buscar um sentido para a nação republicana instaurada, compondo um repertório de tradições a serem partilhadas pela nação, que acaba por privilegiar certos indivíduos e fatos,<sup>340</sup> levando em consideração os elementos anteriores, assim como a tradição que está sendo forjada. Trata-se, portanto, de compreender a construção do cânone republicano. O conceito de cânone compreendido como um conjunto de modelos sobre determinado assunto. A construção desse cânone pode ser entendida como estando sujeita aos debates intelectuais e aos projetos políticos observados em cada período, que no momento investigado estão ligados ao conceito de nação, assim como ao de brasileiro, sendo tanto a história, quanto a nação referências primordiais desses mesmos projetos políticos.<sup>341</sup>

A historiografia contribui para essa construção, seja por meio das histórias nacionais ou das histórias didatizadas nos manuais escolares. Dois exemplos são as histórias produzidas por Varnhagen e Joaquim Manoel Macedo, que começam a ser vistas como insatisfatórias.<sup>342</sup> Cabe ainda observar que as próprias concepções de história e de historiador estão em reformulação, antes mesmo de poder atender às novas demandas impostas a partir de 1889.

Sendo assim, temos que levar em consideração que a identidade da história e do historiador não são evidentes e, além disso, toda construção discursiva é socialmente orientada e construída. Ser historiador nesse momento é um fazer em construção.

A história é um saber que deve servir de ensinamento para toda a nação, deve contribuir para o entendimento do passado, assim como do presente, para poder compreender o futuro que se projeta. Segundo Nascimento e Silva, a história deve conhecer os males para prevenir o futuro.

Esse estudo da história deve estar atento à civilização dos povos, que passa pela evolução da humanidade e da filosofia social. Os elementos que comporiam essa história

---

<sup>338</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 163-171.

<sup>339</sup> GOMES, Angela de Castro. *A República, a história, o IHGB, A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 13.

<sup>340</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>341</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>342</sup> HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & Fisonomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Access, 2000. As novas exigências são também postulados apresentados por dois autores aqui analisados: Tristão de Alencar Araripe e João Ribeiro, que defendem que o ensino da história estava condicionado à revisão, assim como a escrita do grande livro da história nacional. Sobre a questão da necessidade da reescrita. Ver: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

seriam, para Silva: as raças,<sup>343</sup> os povos, as tribos, as famílias e os indivíduos homem (a célula viva da sociedade).

O povo é um elemento que deve ser estudado e levado em consideração na narrativa histórica, pois, segundo o autor, “no futuro desse quadro jaz uma multidão muito maior e muito diversa dessa que acabamos de ver”,<sup>344</sup> ou seja, o povo é visto como elemento essencial na formação da nação.

Essa mesma preocupação é partilhada por Araripe. Ele salienta mais uma vez em seu artigo, a importância de eleger personagens do povo, não apenas gerais, reis, enfim, outros personagens devem ser descritos como verdadeiros heróis, os heróis da paz. Para Araripe através do talento e da prudência,<sup>345</sup> o historiador moderno deve levar em consideração esse erro na escrita de sua história, principalmente da antiguidade, pois: “erro [escolha de personagens ligados ao âmbito político e militar] é esse fatal, que não deve perdurar na opinião moderna”.<sup>346</sup>

Essa preocupação com temas e personagens que devem ser contemplados pela história, faz-nos remeter à uma dimensão de justiça, que é encarada por Araripe como um outro fator de desenvolvimento para a nação, que, conciliada com a instrução, serviria de base para o progresso do país. O Brasil, com a implantação da República, fixou as bases para o progresso, tendo como ideias-chave, segundo Araripe, instrução e justiça. O autor defende que “a instrução e a justiça pois são duas ideias fundamentais, que não têm fim restrito, mas sim geral, constituindo condição indispensável à vida das sociedades humanas”.<sup>347</sup>

Essas “duas ideias fundamentais” devem estabelecer relação de complementaridade e articulação, tendo em vista que só a sua ação conjunta torna a vida social possível. Sendo assim, ambas são necessárias, na medida em que, segundo Araripe: “(...) Como porém fazer justiça e avaliar dela sem instrução? É tão necessária a instrução para a existência e prática da justiça, que os sagrados livros ensinam-nos como impreterível a luminosa máxima: *Erudimini, vos qui judicatis Terram*”.<sup>348</sup>

Nesse caminho de análise, podemos entender a escrita da história do Brasil como um monumento nacional,<sup>349</sup> que deve, através de todo o seu passado, assim como do peso do presente atuando em sua construção e, por fim, nas suas expectativas de futuro, produzir uma obra que ultrapasse as barreiras do tempo e seja entendida como constituinte do ser nacional.

---

<sup>343</sup> Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>344</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p. 100

<sup>345</sup> Ver MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.

<sup>346</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p.274.

<sup>347</sup> Idem, p.262. Patrícia Santos Hansen pontua que o texto *Indicações sobre a história nacional*, juntamente com outros trabalhos, dava uma direção ao ensino de história do Brasil no Colégio Pedro II. HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & Fisonomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Access, 2000.

<sup>348</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p.262.

<sup>349</sup> Inspiração foi de Eliana F Dutra. Ver: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. 1a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Nessa mesma esteira, Maria da Glória de Oliveira, em sua dissertação, trabalha com a metáfora da história do Brasil como “edifício-monumento”. Compreendo essas duas dimensões como necessárias e em processo de construção no período focalizado. Ver OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

A preocupação com a *existência da nação republicana*, juntamente com o seu *objetivo de difusão* tem na educação umas das formas de propagação dessa *nova cultura*, que pretende inspirar os cidadãos brasileiros, através dos mais ilustres exemplos de conduta.

O IHGB é um reduto desses homens, que estabelece toda uma série de regramentos e normas que devem ser seguidos por aqueles que pretendem fazer parte desse círculo de *homens distintos*.<sup>350</sup> Regras e normas que também existem para aqueles que veem na educação uma maneira de informar, ao mesmo tempo em que deve servir de inspiração para os brasileiros.

E que, por fim, tem na educação umas das formas de divulgação do passado nacional, que deve integrar o presente que está desenrolando-se e o futuro, que está em aberto e ao mesmo tempo, é incerto.

O ensino irá ajudar na divulgação da narrativa nacional, os cidadãos brasileiros irão conhecer e se inspirarem com os fatos passados. As glórias passadas devem servir de inspiração e ao mesmo tempo ser exemplo para as glórias futuras. Passado, presente e futuro estão, portanto, diretamente ligados.

### 3.2. Uma história essencialmente nacional

De acordo com Angela de Castro Gomes, as lutas políticas e simbólicas são de fundamental importância para a constituição do campo da historiografia brasileira, lembrando que a Primeira República é um desses momentos, por excelência, marcados por disputas sobre qual passado narrar. Além disso, essas mudanças apontadas anteriormente terão um peso e influência muito relevantes no trabalho dos historiadores, que devem levar em consideração as tensões históricas.

A história teria a função de conhecer e explicar os males existentes. Além de ser útil para o desenvolvimento de um povo, ela o colocará dentro do todo universal, dando voz e lugar aos fatos narrados pelos historiadores.

Uma das primeiras preocupações que o historiador brasileiro deve possuir é abordar em sua narrativa elementos ligados ao passado nacional. O passado é visto não apenas como o já acontecido, mas como objeto de uma reflexão que pretende ser considerada “científica”, tornando-se, assim, uma exigência para aqueles que irão escrever a narrativa nacional. Nesse momento pensar a constituição da nação, assim como conceber as condições de possibilidade para a escrita da história são termos indissociáveis da mesma operação.<sup>351</sup>

O primeiro ponto que abordaremos diz respeito a esses temas considerados como nacionais. Aqueles que deveriam preponderar na obra do historiador são os acontecimentos pertencentes ao passado do nosso país, que constituiriam um conjunto plausível e possível de ser narrado de modo a compor a história nacional, com o objetivo de ensinar a cartilha de patriotismo aos brasileiros e construir uma unidade para a nação. Sendo a história do país

---

<sup>350</sup> Essa expressão *homens distintos* é utilizada por Francisco de Sousa Gouvêa.

<sup>351</sup> Ver OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Ainda nessa mesma esteira, Eliana Freitas Dutra, aponta como um dos aspectos necessários para a escrita da história, o sentido nacional. Ver: DUTRA, Eliana Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

fundada no passado,<sup>352</sup> tornava-se necessário encontrar os traços da “origem nacional”, de modo a “narrar ou explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista nacional”.<sup>353</sup>

Outro ponto diz respeito ao presente, uma instância que delimita quais serão os assuntos mais importantes, levando em consideração as exigências e as disputas do momento: um tempo que é marcado pela crise do Império e, posteriormente, pela Proclamação da República.

Apesar do esforço para romper com o tempo anterior, leia-se o Império, principalmente o segundo Reinado, é possível localizar permanências desse passado durante a Primeira República, uma vez que o próprio vocabulário utilizado remete ao universo Imperial.<sup>354</sup>

As três instâncias temporais: passado, presente e futuro são momentos que dialogam e estabelecem relação de complementaridade. Entretanto, o diálogo existente entre essas três temporalidades não pode fazer esquecer as diversas disputas em jogo, a maioria das quais remetiam ao passado que deveria ser lembrado, estabelecendo o que deveria ser valorizado. O objeto de disputa por excelência torna-se o passado, o que acarreta uma dissolução do futuro, e do horizonte até então aberto, pois, concordando com Francisco Gouvêa de Souza: “(...) a proclamação não foi o fim de um processo ou a consumação de uma crise, foi a dissolução de um horizonte”.<sup>355</sup> Horizonte esse que tinha no Terceiro Reinado uma opção.

A busca de um passado que explique a República é motivo de debates e disputas frequentes nos textos selecionados. Um exemplo é o artigo do sócio Tristão de Alencar Araripe, *Indicações sobre a história nacional*. Segundo este autor: “só o passado explica o presente, e esclarece o futuro”.<sup>356</sup> Nessa mesma esteira, João Ribeiro defendia que: “(...) o presente modela e esculpe o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo”.<sup>357</sup> Além disso, como lembramos Eliana de Freitas Dutra: “A República é uma nova realidade histórica em movimento”,<sup>358</sup> movimento esse em efervescência, orientado por diversas perspectivas, da qual, tanto o passado, quanto o futuro estavam em aberto e sendo construídos, sujeitos à mudança, portanto.

Na passagem anterior de Araripe, fica evidente como o passado é uma instância temporal imprescindível para o desenrolar do presente, assim como para os diversos projetos de futuro. Como foi dito, escrever história é uma prática que permite relacionar o passado ao presente e ao futuro.

A própria ideia de República e as diversas disputas em torno dela, geravam inúmeros posicionamentos, um dos quais é o do Almanaque Garnier,<sup>359</sup> demonstrando que o IHGB não é o único espaço no qual tais questões estavam sendo colocadas, além dele existiam outros

---

<sup>352</sup> Ver TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>353</sup> CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: livros de historiografia brasileira. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 102.

<sup>354</sup> A respeito do vocabulário utilizado principalmente nesse período, ver: SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

<sup>355</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 52

<sup>356</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Indicações sobre a história nacional*. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, p. 260.

<sup>357</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 618.

<sup>358</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. 1a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 225. A autora faz um movimento de enaltecer que o Almanaque Garnier é um local no qual esforço se notabiliza.

<sup>359</sup> Idem.

locais. Um exemplo, é o já citado almanaque, que irá tratar do presente da República, demonstrando que o mesmo também merece e precisa de espaço, sendo que: “a tônica do Almanaque é que a República é o regime ideal, mas não tem os dirigentes que merece”.<sup>360</sup> A República como uma “uma nova realidade histórica em movimento”<sup>361</sup> é uma realidade que o Almanaque se esforça para demonstrar.

A necessidade de fixar as singularidades nacionais é de suma importância, de acordo com Eliana de Freitas Dutra:

A preocupação do Almanaque em dar consciência da existência de uma nação republicana implicou no objetivo de difusão de uma nova cultura ou de uma moral republicana, porém, dentro dos limites da visão política da elite intelectual do período.<sup>362</sup>

Tristão de Alencar Araripe vê a República como uma “verdadeira disposição nacional”. Essa nova forma de governo aparece como um horizonte em aberto, o que possibilita inúmeras mudanças, algumas das quais já estavam acontecendo.

Para o Barão de Capanema é preciso conhecer as origens, os espaços que foram inicialmente explorados e ocupados, quais as ligações e relações que existiram entre os diferentes atores envolvidos nessa história. E o Barão não é o único a buscar nas origens o objeto por excelência da narrativa nacional. Um outro, exemplo é Candido Mendes de Almeida, que evidencia à necessidade de um trabalho de pesquisa crítica sobre os anos iniciais da história nacional, principalmente os anos iniciais da colonização.

Outra temática recorrente durante a Primeira República é a exaltação dos movimentos de rompimento com o Império, como pode ser observado em um levantamento realizado na *Revista do IHGB*, entre os anos de 1889 a 1912, no qual o assunto referente aos diversos movimentos contestatórios que eclodiram durante o período colonial e monárquico figuram entre os quatro temas que mais aparecem na revista. Os outros três temas que também são matéria de diferentes estudos são: D. João VI, D. Pedro I e a Independência.<sup>363</sup>

Henrique de Beaurepaire-Rohan fazendo referência ao tema da independência defende que:

Deste novo rumo, pois está capaz de se edificar nele um grande Império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados no Mundo. *A previsão do ilustre autor veio realizar-se em 7 de setembro de 1822 e trinta e cinco anos depois do seu vaticínio.*<sup>364</sup>

---

<sup>360</sup> Idem, p. 224.

<sup>361</sup> Idem, p. 225.

<sup>362</sup> Idem, p. 231. O Almanaque era apenas um dos inúmeros espaços existentes.

<sup>363</sup> Ver dissertação: HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007. Ainda sobre as temáticas apontadas, Manoel Luiz Salgado Guimarães, em seu artigo de 1988 pontua que uma das temáticas mais abordadas no período inicial do IHGB giravam em torno da questão indígena, totalizando em torno de 73 % trabalhos sobre a questão indígena. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Saagado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1988. p.5-27.

<sup>364</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire-. Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livros de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.171.

Observa-se, nessa passagem, uma projeção do espaço que o Brasil ocupará no plano internacional, sendo *soberano* e situando-se entre um *dos Estados do Mundo*, sendo que, para integrar deve, ao mesmo tempo, distinguir-se. Um dos elementos dessa distinção é a natureza, tema que será tratado na última seção desse capítulo.

Um exemplo da importância dada a esses eventos é observado nas páginas do texto *Indicações sobre a história nacional*, do sócio Tristão de Alencar Araripe, o qual enaltece os movimentos que buscavam um rompimento com o Império, exaltando a Revolução de 1817, na qual, segundo o mesmo autor, não faltou coragem e civismo.<sup>365</sup> Para Araripe, esse evento já demonstrava o intenso patriotismo a que as gerações atuais e futuras deveriam exaltar. A respeito do episódio, exalta que:

Foi admirando o patriotismo dos protagonistas desse drama [Revolução de 1817], que o distinto Paula Souza no senado brasileiro, em sessão de 22 de maio de 1844, perguntava: ‘Todos os que têm amor á independência e á glória do país não deverão respeitar os mártires dessa revolução?’.<sup>366</sup>

Relacionando à Independência à Proclamação da República, Francisco Gouvêa de Sousa observa que:

A escrita da história da Independência operava por sentido muito próximo à escrita sobre a Proclamação da República. (...) Se na independência os *factos* conduziam os *homens*, na proclamação da república o *espírito republicano* era o resultado ‘das aspirações nacionais, sempre revelados e proclamadas desde os tempos coloniais’.<sup>367</sup>

Entretanto, essa menção e importância atribuída à Revolução de 1817 não foi sempre recorrente nas páginas da *Revista do IHGB*, pelo contrário, essa temática foi velada e mantida no esquecimento durante muito tempo, o que demonstra que a escolha do passado a ser narrado está diretamente ligada ao presente e aos diversos posicionamentos e projetos defendidos no mesmo. Apenas em 1853, a revista do Instituto publica um manuscrito sobre tal acontecimento, que tinha uma visão favorável ao governo do Rio de Janeiro.<sup>368</sup>

A maioria dos trabalhos publicados na revista desqualificam a Revolução de 1817. Um exemplo desse tratamento dado ao fato é a análise de Francisco Adolfo de Varnhagen em sua obra *História Geral do Brasil (1854-1857)*, na qual afirma que:

---

<sup>365</sup> Francisco Gouvêa em sua tese defende que a Independência e a Revolução de 1817 são temas vistos positivamente na República. Ver: SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

<sup>366</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Indicações sobre a história nacional. RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p.284.

<sup>367</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012, p. 85-86. Ainda referente aos dois eventos apontados, Sousa defende que ambos são lidos como proclamações, funcionando como uma espécie de moldura, que controlaria o quadro, dando unidade à narrativa e, ao mesmo tempo, servindo de estímulo. Segundo o autor, a Independência: “(...) organizava o olhar de uma forma que, na República, foi aproveitado”. SOUSA, op. cit, p. 149. Sobre a moldura recorrente da proclamação: “(...) proclamar, nesse campo, era trazer à superfície algo que já está contido”. Idem, p. 150.

<sup>368</sup> Sobre os trabalhos referentes à Revolução de 1817 nas páginas da Revista do IHGB ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a República: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 155.

É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar [...]. Sabemos que está na moda adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução [...]. Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heroico de patriotismo, *não brasileiro mas provincial, sem fundamento algum*.<sup>369</sup>

Porém, existem aqueles poucos que se dedicam a exaltar o evento. Um exemplo é a defesa feita por Alexandre Barbosa Lima dessa Revolução. Esse último critica à historiografia anterior que tratava tal evento como menor, como um fato isolado.<sup>370</sup> Usando as palavras de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que comenta a análise de Barbosa Lima sobre a Revolução de 1817:

No seu entender, chegara o momento de se fazer justiça e incorporar ao panteão da pátria, onde já se encontrava o mineiro Tiradentes, a *trindade ébria* de Pernambuco: Padre Montenegro, Domingos José Martins e Frei Caneca.<sup>371</sup>

O Brasil como um país na infância é outra tópica constante nesse momento. E o fato de ser o último a adotar as mudanças que outras nações fizeram, como, por exemplo, a abolição e a instauração da República, reforça essa perspectiva que lança a solução dos problemas nacionais para o futuro.<sup>372</sup>

Com relação à questão da infância do Brasil, deve-se levar em consideração, de acordo com Tristão de Alencar Araripe, que: “a nossa história não é de séculos; é porém abundante de acontecimentos, que nos nobilitam, revelando a magnanimidade do caráter nacional”.<sup>373</sup> Esse fator acaba abrindo um espaço de experimentação significativo, no qual o Brasil pode errar e fazer o novo. Sendo assim: “vê-se, pois, que a celeridade ou a rapidez nem sempre é de vantagem. E antes é um perigo”.<sup>374</sup> Logo, a morosidade das mudanças nacionais não é um problema, assim como é preciso levar em consideração as mudanças já ocorridas.

Outro perigo que deve ser encarado com cuidado é a proximidade temporal dos acontecimentos. Narrar fatos que têm no presente suas marcas, pode acarretar uma dimensão muito parcial na escrita da história, o contrário do que o historiador moderno busca, que é a neutralidade. Percebe-se, assim, mais uma diferença em relação à escrita do historiador

---

<sup>369</sup> VARNHAGEN apud GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a República: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 155-156. Grifos nossos. Devemos lembrar que Varnhagen é uma referência importante nesse período, portanto, suas palavras tem um peso e relevância nada desprezíveis.

<sup>370</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a República: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república*: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

<sup>371</sup> Idem, p. 159.

<sup>372</sup> Temas tratados por João Ribeiro. Os países vizinhos, aderiram a forma de governo republicano, logo após a sua independência, logo, o Brasil aparece como a exceção no continente, adotando a monarquia como a forma de organização política, que só termina em 1889, com a proclamação da República, seguindo assim, o caminho das ex-colônias vizinhas.

<sup>373</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, p. 284

<sup>374</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 628.

antigo, cuja autoridade decorria, em parte, do fato de que era testemunha ocular dos eventos sobre os quais escrevia.

Supostamente, há uma inversão de valores em relação ao mundo antigo, uma vez que o novo passa a ser valorizado e o antigo deixa de ser uma fonte inesgotável e verdadeira de informações, prevalecendo à perspectiva de que existem outros acontecimentos, personagens e fatos que podem agregar valor. O mundo moderno exige novas demandas, que devem ser respondidas pelas necessidades dele próprio.

Nesse sentido, é bom apontar o que Rodrigo Turin demonstra em sua dissertação, o qual atenta para o projeto de construção de uma memória disciplinar, no qual a eleição de cânones tem uma grande importância, assim como a eleição de “pais fundadores” e o esquecimento de diversos outros personagens e elementos.<sup>375</sup> Memória e esquecimento atuando na constituição de um cânone, elementos essenciais na construção narrativa do historiador, uma vez que narrar pressupõe escolhas, feitas em decorrência de diversos fatores, que nunca são arbitrarias.

Nesse momento de exigência de pais fundadores a escolha rompe, em certa medida, com a lógica imperial. Supostamente, Francisco Adolfo de Varnhagen deixa de ser um modelo a ser seguido. Entretanto, ele continua sendo uma espécie de referência, mesmo que contrária à nova forma de escrita da história. O seu trabalho nos arquivos é que será exaltado, enquanto a sua escrita era muitas vezes criticada e não merecedora de elogios.<sup>376</sup>

Mas todo esse espaço aberto à experimentação e à mudança não deve esquecer alguns elementos, que são considerados como essenciais para a narrativa histórica da nação no período em questão. Entre eles encontramos o elemento *povo*, cujo estudo torna-se cada vez mais necessário. Essas questões podem ser percebidas tanto no discurso de posse do João Ribeiro, assim como nas palavras do Dr. Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, no parecer sobre a posse do primeiro no IHGB.<sup>377</sup> Os dois letrados exaltam a figura do povo como necessária para compor a narrativa histórica. Além dos dois letrados já citados, Alfredo do Nascimento Silva também detêm-se em seu trabalho aqui analisado, *Um átomo da história pátria*, a importância de estudar os diversos homens que constituem uma nação.

O elemento povo por muito tempo foi esquecido da narrativa. Nas palavras de Alfredo Nascimento e Silva: “a verdadeira história é o estudo da civilização do povo, isto é, da evolução da humanidade e da fisiologia social”.<sup>378</sup> Para Araripe é necessário saber de onde veio e como se formou o povo. Nesse sentido, há uma recomposição do quadro de personagens incluídos nas narrativas históricas, até então relacionados à Antiguidade e ao período Imperial. Não apenas grandes generais e governantes devem figurar na escrita da história nacional, mas também homens comuns. Segundo Alfredo do Nascimento e Silva: “(...) infelizmente ainda há muito a fazer e hoje é diretamente o proletariado que surge por sua vez na arena da história”.<sup>379</sup> Portanto, os esquecidos, os ignorados devem ser lembrados e exaltados por essa escrita da “história moderna”.<sup>380</sup>

---

<sup>375</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>376</sup> GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 - 2003.

<sup>377</sup> Outro letrado do período que trabalha com o conceito de povo e o enaltece como importante para figurar na escrita da história é Álvaro Bomilcar. Sobre ele, Lucia Lippi Oliveira salienta que: “(...) Em Álvaro Bomilcar o povo aparecer sempre associado ao proletariado de cor, ao mestiço espoliado, ao pequeno agricultor e ao misero e abandonado trabalhador rural, sintetizado na figura do sertanejo”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990, p. 139.

<sup>378</sup> SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140, p.106

<sup>379</sup> Idem, p. 106.

<sup>380</sup> Essa temática da história moderna já foi trabalhada no primeiro capítulo.

O povo que deve figurar na escrita da história nacional não é o mesmo trazido à cena pelo Império, mas um povo diferente. O conceito de povo no Império funcionava como um fator de distinção. Aqueles chamados de cidadãos e que, naquele momento, possuíam mecanismos que o integravam na cena pública, eram homens livres (os escravos, portanto estão excluídos) e politicamente ativos (que possuíam uma renda que permitia tal ação).<sup>381</sup> Portanto, no Império, a grande maioria dos indivíduos estava excluída da nomenclatura povo. E, por fim, deve ser lembrado que esse mesmo povo é o resultado de uma evolução étnica e sociológica,<sup>382</sup> sendo necessário investigar os caminhos e as etapas dessa mesma evolução e por fim, os seus resultados. Araripe aponta a necessidade de conhecer o “*molde*” do povo brasileiro.

A história, para tornar-se uma narrativa essencialmente nacional, deve comportar diversos elementos. Alguns deles foram aqui pontuados, como o povo e os movimentos contestatórios. Esses fatores, juntamente com outros congregados, devem servir para construir uma narrativa nacional que eleve à nação brasileira no plano interno, assim como no exterior.

Portanto, a escrita da história deve comportar elementos essencialmente nacionais, que façam referência aos componentes que contribuíram para a formação da nação brasileira, atendo-se as mais diversas temáticas e personagens que nesse momento passam por uma reestruturação, que visa definir o que e quem deve ser lembrado.

### 3.3. O lugar do patriotismo na escrita da história nacional

Faço-o com o sentimento do patriotismo que, graças a Deus, nunca me abandona quando se tratar de prestar qualquer serviço ao país.<sup>383</sup>

O sentimento de patriotismo é um dos elementos mais exaltados, sendo quase que uma exigência para aqueles que se propunham à tarefa de escrever a história nacional, sendo um guia, compondo um dos cânones do trabalho historiográfico na Primeira República. Ser patriótico é uma exigência, ou melhor, uma condição indispensável não somente para aqueles que irão escrever a história nacional, mas para todo o povo brasileiro, que deve ser animado e seguir exemplos de condutas deixados pela história. Esse patriotismo tem como fim, segundo Araripe: o “bem do gênero humano”.<sup>384</sup> Tal exigência nos coloca uma questão: como ser patriótico ao mesmo tempo em que há uma preocupação em delimitar o estatuto da história como ciência?<sup>385</sup> A dimensão científica convive harmoniosamente com o enaltecimento do patriotismo?

Ademais, tal patriotismo não deve ser atribuição apenas daqueles que escrevem a história, mas de todo o povo brasileiro. Segundo Carl Friedrich Von Martius:

---

<sup>381</sup> SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

<sup>382</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>383</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. 1a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 173.

<sup>384</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 279.

<sup>385</sup> Essa questão da cientificidade da história será tratada mais adiante. Tal exigência está ligada ao moderno estatuto da história.

(...) a história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.<sup>386</sup>

Em conformidade com a colocação de Martius, José Veríssimo salienta que: “o amor da pátria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro”.<sup>387</sup> Para fazer com que o sentimento patriótico seja aflorado é necessário que a escrita do historiador anime tais sentimentos. A esse respeito argumenta Henrique de Beaurepaire-Rohan:

Em todas as descrições, até mesmo nas de ordem meramente física, procurarão os colaboradores disfarçar a aridez do assunto por meio de *notícias curiosas* sobre os acidentes e produções naturais, a paisagem, a história local e outras circunstâncias que possa interessar ao leitor.<sup>388</sup>

Cabe ao historiador o dever de ser patriótico em sua escrita. Acerca das escolhas que os historiadores brasileiros devem atentar ao escrever a história, Tristão de Alencar Araripe afirma: “Pode o historiador ser benfeitor da pátria, si souber no manejo da pena escolher assuntos a figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro”.<sup>389</sup> Ou seja, a narrativa produzida pelo historiador será uma das formas de enaltecer e *difundir o patriotismo brasileiro*, animando os mais diferentes espíritos.

A história teria a “nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo”.<sup>390</sup> O historiador teria a missão de conduzir o Brasil ao futuro, com base no passado, contribuindo para a definição de uma identidade no presente, capaz de definir o que é ser brasileiro. E, de acordo com João Ribeiro: “a própria história é uma contínua substituição de ideias e de fatos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma”.<sup>391</sup>

Outra questão tratada por Araripe que diz respeito à forma de escrita que os historiadores modernos brasileiros devem produzir é a “memória dos barões beneméritos”. Um exemplo extraído dos antigos é Plutarco e suas *Vidas paralelas* que, segundo Araripe, era “obra tão digna de ser conhecida e estudada por sua lição profícua”. As biografias de Plutarco

---

<sup>386</sup> MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1982, p.107. Grifos nossos. Ainda sobre o trabalho de Von Martius, Temístocles Cezar pontua que a: “última figura do historiador não é aquela do funcionário nem aquela do escritor popular, mas do poeta engajado: aquele que escreve de forma madura, porém sob a égide de ‘todo seu amor, todo o seu zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio à juventude”. CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História e Cultura*, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun., 2003, p. 207.

<sup>387</sup> VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª. edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição, p. 72.

<sup>388</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire-. *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 174.

<sup>389</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 264.

<sup>390</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 86. Ver, também: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>391</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p. 624.

são cheias de moral e patriotismo, que servem de inspiração para os homens.<sup>392</sup> Com isso, sua pátria atingira um grande progresso e desenvolvimento, pois: “(...) se o homem quer e deve conhecer a história da pátria, a história da pátria forma o homem”.<sup>393</sup> Araripe defende:

Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens célebres da Grécia e Roma, e estou certo, que conseguirá fazer relevantíssimo serviço à terra do nosso berço, em prol de quem suscitará *patriotas sinceros e verdadeiros*.<sup>394</sup>

Continuando na esteira dos grandes homens, principalmente ligada à exemplaridade, é conveniente salientar que:

(...) A necessidade de difundir o passado partia de uma vontade de lançar bases para um futuro em aberto, *no qual a exemplaridade poderia entrar em cena*, como no caso das escritas biográficas que deveriam instruir a juventude, porém a partir desta atenção específica a um tempo novo que deveria se afirmar com a construção da nação.<sup>395</sup>

Segundo Araripe, na história nacional não faltam exemplos de patriotismo. Um deles diz respeito à luta pela independência política, que segundo ele se concretiza em 1889, com a proclamação da República. Entretanto, o cerne do movimento teria nascido com a Revolução de 1817, na qual não faltou coragem e civismo. Esse evento já demonstrava o intenso patriotismo a que as gerações atuais e futuras deveriam exaltar. A respeito do episódio, exalta que:

Foi admirando o patriotismo dos protagonistas desse drama [Revolução de 1817], que o distinto Paula Souza no senado brasileiro, em sessão de 22 de maio de 1844, perguntava: “Todos os que têm amor à independência e à glória do país não deverão respeitar os mártires dessa revolução?”<sup>396</sup>

---

<sup>392</sup> Januário da Cunha Barbosa também remete à obra de Plutarco, nos diz: “o livro de Plutarco é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; aí se encontra descoberta toda a antiguidade; cada homem célebre aparece aí com seu gênio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influência que exercera sobre seu século; aí se aprende como o gênio dá movimentos a povos inteiros, por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquência; aí vidas brilhantes e mortes ilustres ensinam a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daqueles perigos, que seguem como sombras.” BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9-18, 1839. Além dessa questão apontada, Plutarco pode ser investigado como um exemplo de historiador, cujos métodos e forma de construção narrativa podem servir de inspiração para o historiador brasileiro. Sobre essa questão dos usos dos antigos pelo século XIX ver: PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 6, março de 2011.

<sup>393</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 86

<sup>394</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p. 274. Grifos nossos. Vê-se com isso, mais uma vez, que Araripe não abandona a concepção antiga de história, as fontes de lições e ensinamentos, por considerá-las úteis. A *história mestra da vida* é chamada a fazer parte da narrativa histórica.

<sup>395</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 12-13

<sup>396</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894, p.284.

Mas a proclamação acarreta um problema, que é a incerteza acerca do próprio governo, assim como da construção histórica que o mesmo possibilitará. Com isso: “(...) não era apenas incerto o futuro da República, também o eram as relações destas com o Império, se seria passado negado ou incorporado”.<sup>397</sup> Tal dúvida acabou gerando uma postura inicial de distanciamento e neutralidade, como uma postura recorrente nesse primeiro momento da República. Como aponta Hugo Hruby em relação aos membros do IHGB: “(...) a tônica dos sócios nesse movimento era a da neutralidade do IHGB que, por sua vez, evidencia a postura política desses homens”.<sup>398</sup> Entretanto, essa postura em alguns momentos poderia e era deixada de lado. A tônica da neutralidade no IHGB foi mantida principalmente nos três primeiros governos: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, devido em grande parte da recente emergência da República e da instabilidade e incerteza gerada pela nova forma de governo,<sup>399</sup> podendo ser apontada como uma “época de transição”.<sup>400</sup> Segundo argumenta Hugo Hruby:

Se, de acordo com as reflexões de François Hartog, ser testemunha jamais foi uma condição suficiente ou necessária para ser historiador, no IHGB, entretanto, naquele momento, ser testemunha garantia de forma ‘poderosa e “brilhante” a restauração e análise dos fatos históricos, dando autoridade como “prova de fé” ao trabalho do historiador.<sup>401</sup>

Entretanto, essa condição de “sócio-testemunha” não é um consenso dentro do Instituto. A experiência testemunhal poderia ser, em alguma medida, válida, porém, existiam inúmeras ressalvas, ligadas, em grande parte, ao peso do próprio presente como fator delimitador do passado e da escolha dos caminhos que a narrativa histórica irá escolher. Ao mesmo tempo em que há uma exaltação da autoridade daquele que vivenciou o fato, existe uma preocupação com a produção de uma narrativa muito subjetiva e repleta de posicionamentos pessoais, uma vez que a história, nesse momento, deveria ser submetida aos pressupostos da cientificidade, relacionados à objetividade.

A respeito da escrita auto referencial, Hugo Hruby sugere que: “onde a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as ideias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos”.<sup>402</sup>

A República era entendida de acordo com Maria Teresa de Chaves Mello, como: “(...) o regime democrático de governo, também ‘a filha da ciência’, o regime político da América, uma fatalidade histórica”,<sup>403</sup> e também, de acordo com Hugo Hruby, como um “evento

---

<sup>397</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p. 60

<sup>398</sup> Idem, p. 63

<sup>399</sup> No próprio IHGB a tônica da neutralidade era algumas vezes defendida tratando-se da escrita da narrativa nacional, entretanto, as reuniões eram um espaço no qual as temáticas do tempo presente eram discutidas, lembrando que os textos eram feitos para serem lidos, sendo assim: “a performance, na realidade, antecedia o texto impresso e o texto traz marcas da oralidade”. SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012, p.21.

<sup>400</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*, Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012. Sousa aponta os anos de 1889 a 1895 como esse momento de “transição”.

<sup>401</sup> HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007, p. 180.

<sup>402</sup> Idem, p. 180.

<sup>403</sup> MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 231

amadurecido ao longo das gerações”. De acordo com Hruby, era pensada como um meio de solucionar os problemas sociais e para, além disso, ser americano era ser republicano, pois: “a república forma cidadãos, a monarquia súditos”.<sup>404</sup> Mello defende que:

A Proclamação (...) significou um salto civilizacional, integrando o país à América e à modernidade (ao progresso), disso dando testemunho a forma pacífica como ela se fez.<sup>405</sup>

Outro exemplo de evento e de personagens ligados ao mesmo que devem ser lembrado é a guerra holandesa, que ofereceu heróis, os "símbolos do patriotismo, e associados às origens da nacionalidade”, que lutaram pela integridade da pátria,<sup>406</sup> mantendo-se fiéis à causa nacional.

Outro enaltecimento das proezas dos *patriotas pernambucanos* seria a manutenção do território, a continuidade de uma grandeza nacional. O Brasil, diferentemente dos outros países vizinhos, permaneceu coeso, mantendo uma característica que o diferenciaria dos demais países americanos: a sua grandeza física e natural, elemento de constituição não só natural, mas histórica e política. Essa questão referente à natureza será tratada na próxima secção.

O patriotismo tornar-se uma exigência, ou melhor, uma qualidade que o historiador moderno deve possuir. Escrever a história, apesar da preocupação com a dimensão científica, não exclui valores patrióticos. Cientificidade e patriotismo deve ser integrados na construção da narrativa histórica nacional.

Para Araripe, esse mesmo patriotismo foi essencial para o desenvolvimento material e para o progresso moral do país. Acerca do patriotismo, findo com as palavras do sócio do IHGB, Tristão de Alencar Araripe, que defende:

Foi o patriotismo quem deu-nos por pátria um país vastíssimo; quem formou a independência política com regime constitucional em 1822; quem assegurou a integridade dos povos do mundo sem a mácula da escravidão doméstica em 1888, e quem acaba de dar-nos o governo da democracia em 1889.<sup>407</sup>

### 3.4. História e natureza na construção da nação

A natureza é um dos aspectos que dão cor ao ser nacional. Ela é vista como única e magnânima. Os aspectos naturais do Brasil o tornam singular frente a outras nações, o que contribui para o enaltecimento das glórias nacionais, que estão ligadas à dimensão física e natural constituintes do país.

A natureza é um dos aspectos que constituem um espaço físico, sendo o espaço um importante elemento na constituição nacional. No espaço, diversos elementos da natureza congregam-se para formar o todo. Esses diversos elementos congregados, são o que constituem a natureza brasileira e que, ao mesmo tempo, a tornam singular. A natureza é um

---

<sup>404</sup> Idem, p. 184

<sup>405</sup> Idem, p. 133.

<sup>406</sup> Sobre a questão de pátria ver: CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*, Lisboa, ICS, 2010.

<sup>407</sup> Idem, p. 289.

fator de grandeza para o Brasil, ao mesmo tempo em que o torna único, repleto de condições ímpares. A descrição da natureza é uma forma de ser nacional.<sup>408</sup>

Um elemento natural ao qual é atribuída muita importância são os rios, supostamente devido às navegações. Sendo assim, é mais fácil identificar os trajetos e rotas feitos, os locais visitados, onde existiu fixação, enfim, os rios estão relacionados à ocupação do território, principalmente às rotas iniciais da colonização.<sup>409</sup> Há uma necessidade de:

(...) se construir a nação através de uma política guiada por uma consciência nacional. *Esta consciência organizadora da nação deve basear-se nos conhecimentos dos recursos naturais do país. É a terra, é a geografia que estabelecem os parâmetros para a ação política que visa a organização da nação.*<sup>410</sup>

A dimensão geográfica, como apontada acima, irá funcionar como um importante elemento na constituição dos projetos políticos em disputa. Os diversos espaços nacionais devem integrar o todo nacional. Os estados com as suas singularidades são componentes do nacional.

A natureza nacional pode ser encarada como um *patrimônio geográfico invejável*,<sup>411</sup> sendo um fator de orgulho nacional, ao mesmo tempo em que deve funcionar como um fator de diferenciação. Diferentemente da história, que é de poucos séculos, levando em consideração a história de outras *ilustradíssimas nações*, a geografia brasileira foi construída durante milhares de anos e, para, além disso, com características muito peculiares e de grandeza material. De acordo com Tania Regina de Luca:

A visão grandiosa pela geografia contrapunha-se uma história sem cor ou brilho, circunstância que causava uma sensação de profundo desconforto, tornada ainda mais incômoda na medida em que a essas disciplinas atribuía-se a nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha de patriotismo.<sup>412</sup>

Um dos letrados aqui analisados, Henrique de Beuripaire-Rohan enaltece a descrição geográfico-política como de suma importância para a escrita da história nacional. E as temáticas que deveriam figurar são: *a natureza*, a indústria, a agricultura, a pecuária, a pesca, a mineração, a caça, o comércio, a navegação, os pesos e medidas, as artes mecânicas, as belas artes, a literatura, as ciências, a administração pública, a instrução pública e os monumentos públicos. Alencar Araripe também salienta a importância de se estudar a ciência, o comércio, a indústria e a política, como temas que compõem a atuação do homem e merecem seu espaço na escrita do livro da história nacional, demonstrando mais uma vez a necessidade de abrangência temática dos *historiadores modernos*.

Henrique Beaurepaire-Rohan divide a Corographia ou historia física e política do Brasil em duas seções, são elas: 1) descrição geral do Império; e 2) a descrição do município da corte e das províncias. A descrição física deve ser um dos elementos de composição nacional, e também inclui a política, o que demonstra que a natureza vai além de um elemento

<sup>408</sup> TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

<sup>409</sup> Essa questão das rotas dos rios, assim como da colonização e posterior fixação é tratada por Candido Mendes de Almeida em seus cinco artigos aqui analisados.

<sup>410</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990, p. 124.

<sup>411</sup> LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>412</sup> Idem, p. 86. Sobre a função da geografia e a história servirem como elemento de ensino, já no primeiro estatuto da Revista do IHGB, em 1839, consta essa preocupação.

ligado ao aspecto geográfico, tem implicações nos desdobramentos ligados ao âmbito político e também relacionado ao social.<sup>413</sup>

Essa questão da parte física é um tema de grande importância, por meio do qual é possível configurar a unicidade do país, a construção de algo que não é feito pela mão do homem, mas sim pela providência, podendo ser considerado como um elemento integrador das diferentes regiões que fazem parte do Brasil. Uma das hipóteses gira em torno dessa questão: que o elemento territorial poderia contribuir para criar o sentimento de pertencimento nacional. Isso ao mesmo tempo em que o estudo das origens e da ocupação do território nacional contribuía para legitimar e fortalecer a unidade do Brasil.

Os limites provinciais constituem uma temática que deve ser tratada pelos historiadores. Saber ao certo quais os limites do território nacional é uma preocupação presente na segunda seção proposta por Henrique Beaurepaire-Rohan sobre a Corografia ou a História física e política do Brasil, intitulada: *Município da Côrte das Províncias*. Tal questão demonstra que, em grande parte, unidade e identidade eram conferidas pelo território nacional.<sup>414</sup>

Uma obra que pode servir de exemplo é o *Império do Brazil na Exposição Universal de 1869 em Philadelfia*, do Visconde Bom Retiro.<sup>415</sup> Essa obra, segundo Rohan, pode suprir a deficiência que até então era perceptível e assinalada acerca da corografia nacional, importante elemento para compor a história do país. Novamente a questão da deficiência é apontada e tida como uma preocupação. A escrita do presente deve levar em consideração dos diversos trabalhos já produzidos, apontando suas lacunas e erros.<sup>416</sup>

Outra obra mencionada por seus méritos é a do sacerdote e geógrafo, Manoel Ayres de Casal,<sup>417</sup> *Corographia Brazilica* (1817). Segundo Henrique Beaurepaire-Rohan, é uma obra estimada, porém contém muito erros que devem ser depurados pela nova escrita da história.<sup>418</sup>

O estado atual do Brasil era um tema que merecia muito interesse por parte daqueles que pensavam a escrita da história nacional, sendo que seu estudo era compreendido como um esforço coletivo do qual participavam historiadores do passado e do presente. Os textos aqui descritos oferecem um plano para aqueles que almejassem produzir uma história nacional que pudesse ser: “(...) digna de ser bem acolhida pelo público ilustrado”.<sup>419</sup> E, complementando este suposto plano, observa-se a presença de um sentimento muito valorizado no período: o patriotismo, assunto já abordado anteriormente nesse capítulo.

Uma temática de grande preocupação é o estudo das fronteiras, sendo muito constantes, por exemplo, nas páginas da Revista do IHGB, com o intuito de defender os limites territoriais nacionais e, ao mesmo tempo, como afirmador da grandeza nacional. Segundo Hugo Hruby: “(...) os litígios fronteiriços também caracterizavam o período inicial

---

<sup>413</sup> Capistrano de Abreu considera esse estudo de Henrique Beaurepaire-Rohan um importante modelo para a escrita da história.

<sup>414</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

<sup>415</sup> Luis Pedreira do Couto Ferraz, barão e Visconde do Bom Retiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1838. Ocupou diversos cargos importantes durante o Segundo Reinado. No IHGB, foi vice-presidente e presidente, cargo que exerceu até a sua morte em 1886.

<sup>416</sup> Essa questão da crítica é tratada no capítulo 2, na primeira seção, intitulada *Uma história repleta de fatos mal averiguados*.

<sup>417</sup> Manoel Ayres de Casal era conhecido como o padre Aires Casal. Exerceu as atividades de sacerdote, geógrafo e historiador.

<sup>418</sup> A questão dos erros, da correção dos mesmos é uma preocupação constante para os letrados do final do Império e Primeira República no Brasil.

<sup>419</sup> ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livros de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 172.

do governo republicano cujas arbitragens o Instituto Histórico contribui com documentos e estudos”<sup>420</sup>.

É uma das leituras possíveis que tratam dos limites provinciais enaltece a figura do bandeirante<sup>421</sup> como o responsável pelas fronteiras estabelecidas durante todo o período colonial e solidificadas durante o Império, sendo considerados, como pontuado por Tânia Regina de Luca, como "dilatador incansável das fronteiras". Com essa leitura, temos espaços para duas ações: a humana e a divina. Ao mesmo tempo em que as terras podem ser encaradas como dádiva dos céus, dádiva que foi assegurada devido à ação humana que manteve à grandeza nacional.<sup>422</sup>

Nesse sentido, o bandeirante pode funcionar como aquele que manteve a grandeza nacional, que, ao contrário das Repúblicas vizinhas, não se esfacelou em pequenos países. O *mito fundador do bandeirante* atende, em certa medida, ao discurso acerca da manutenção territorial.

Para além do bandeirante, a figura do Império assevera à constituição territorial nacional. Foi graças à ação da monarquia que o Brasil manteve todo o seu tamanho físico, uma vez que foi bem sucedido nas suas mais variadas incursões contra os movimentos separatistas, principalmente aqueles ocorridos durante o período regencial. Apesar de toda a crítica lançada ao Império, ele teve o êxito de manter à coesão territorial brasileira, face os diversos movimentos de separação existentes.

A história não deve esquecer os diversos elementos que compõem um fato, pois tal ação pode causar confusão. Segundo Mendes de Almeida, esse esquecimento esteve presente na obra de Gabriel Soares de Souza, afirmando que a mesma: “(...) fazendo esquecer os primitivos, causando a princípio a confusão de que a obra de Gabriel Soares dá testemunho”<sup>423</sup>.

A grandeza material, segundo João Ribeiro, tornava o Brasil lento, sendo a natureza um dos componentes da escrita da história nacional, um fator de formação do Brasil, assim como de diferenciação das outras potências, uma vez que sua grandeza e suas características pudessem ser descritas como únicas.<sup>424</sup> A esse respeito, o autor afirma que:

A nossa terra é uniforme, sem acidentes abruptos, sem tremores e cataclismos, física e moralmente.  
Sobre essa região tranquila podemos assentar a tenda da nossa eternidade.<sup>425</sup>

Essa *região tranquila* apontada por João Ribeiro acabou por gerar duas formas distintas de escritas, apesar do diálogo entre as mesmas ser essencial, tanto para a construção do campo da geografia, quanto da história. A geografia é construída com uma linguagem grandiosa, exaltando todas as construções naturais, enquanto a história deve ater-se às

---

<sup>420</sup> HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007, p. 198-199.

<sup>421</sup> A *Revista do Brasil* defende o modelo do bandeirante como importante elemento na identificação nacional. Essa revista foi investigada por Tânia Regina de Luca em seu livro: *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*.

<sup>422</sup> Ver LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>423</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.163-247, p.192.

<sup>424</sup> Nesse período há uma corrente que entende que as condições naturais da terra como relacionadas à nacionalidade: a corrente que posteriormente se tornou conhecida como ufanista, que tem no Conde de Afonso Celso um dos seus principais representantes.

<sup>425</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, p.628.

mazelas, aos desacertos, dos quais a história nacional está repleta de exemplos.<sup>426</sup> Sobre a história, João Ribeiro assevera que não somos: "um país de saturação histórica, onde o torvelinho das paixões já desapareceu por uma longa tradição de ordem".<sup>427</sup>

Mas assim como a história, a geografia possui muitas lacunas que devem ser preenchidas. De acordo com Candido Mendes de Almeida:

E infelizmente é está uma parte do nosso extenso litoral, que muito necessita de exame o mais acusado. O arquipélago das Onze Mil Virgens, de que a ilha de Santana é a mais importante, ainda é um enigma hidrográfico.<sup>428</sup>

Essa questão reafirma que o Brasil é um país jovem e remete à preocupação com as origens, com os primeiros povoadores, de extrema importância para a averiguação da história nacional. Saber quem eles foram, em quais locais pisaram primeiro, os primeiros espaços ocupados, as relações estabelecidas inicialmente. Origens que podem ser encaradas a partir de duas frentes: uma histórica e outra natural. Na qual, ambas devem suscitar algo importante na construção da nação, assim como na formação do cidadão nacional: o orgulho de ser brasileiro. Ser brasileiro compreende dividir um passado em comum, assim como um território nacional que tem uma natureza singular, ou melhor, tipicamente brasileira. Nas palavras de Tânia Regina de Luca:

Coube a geografia propiciar a reconciliação entre a nação e a sua história. O discurso sobre o território forneceu a moldura capaz de reenquadrar o passado, extirpando-lhe tensões e ambiguidades que obstaculizavam a sua utilização na construção da identidade.<sup>429</sup>

A geografia acaba por funcionar como um fator e ao mesmo tempo como um argumento de agregação e de pertencimento, porém ela trazia à cena um mosaico de vários Brasis, que até então eram ignorados no âmbito do projeto unificador.<sup>430</sup> Esse saber funcionava como: "um saber unitário e sistematizado que problematizava a interação homem-natureza".<sup>431</sup> Conhecer o território é necessário tanto para a geografia, quanto para a história, duas narrativas que necessitam do elemento natural e humano na sua constituição.<sup>432</sup>

Como já foi dito, prevalece a visão de que o espaço físico nacional brasileiro é único. O Brasil com as suas dimensões continentais é uma das poucas nações mundiais que possuem essa grandeza e, que por isso deve ser lembrada e enaltecida sempre. Sendo assim, a natureza, para além de uma questão geográfica, funciona como um elemento importante na construção da nação, que também é formada pela história política.

Portanto, a natureza é encarada como um elemento que ajuda na coesão da história nacional, que constrói juntamente com outros fatores a escrita do livro da narrativa do passado nacional. Mas não apenas ela. Escrever história no final do Império e na Primeira República

---

<sup>426</sup> Ver LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. Sobre essas questões dos erros, equívocos ver o segundo capítulo dessa dissertação.

<sup>427</sup> RIBEIRO apud LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p.89

<sup>428</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141, p.116.

<sup>429</sup> LUCA, op. cit., p. 97.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> Idem.

<sup>432</sup> De acordo, com Tânia Regina de Luca, a linguagem científica perde a sua eficácia perante a natureza. Ver: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

no Brasil é um empreendimento que deve congrega uma gama variada de elementos, com o intuito de construir uma narrativa histórica mais próxima da verdade e capaz de servir ao presente, assim como ao futuro da nação. Nação que tem na história uma aliada imprescindível na sua formação.

## CONCLUSÃO

Mas a própria história é uma contínua substituição de ideias e de fatos, ao grado do presente, todo o passado se transforma.(...)

O presente é quem governa o passado e é quem compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém.<sup>433</sup>

Através desse trabalho busquei estabelecer como um grupo de sete letrados, através de alguns de seus trabalhos, consideravam como deveria ser escrita a narrativa histórica nacional. Procurei identificar os elementos que deveriam compor à operação historiográfica, de acordo com os autores selecionados. São trabalhos que problematizam quais as etapas e os modos pelos quais deveria ser constituído o trabalho do historiador, este último, uma função que estava em vias de diferenciação com outros saberes, buscando estabelecer as fronteiras entre a narrativa histórica e outras formas de narração, entre elas, a literatura.

O presente no qual esses homens viviam era marcado pela crise do Império e, diversos posicionamentos contrários ao *status quo*, que via nas instituições imperiais uma forma de bloqueio e acesso as mais diferentes posições. Essa geração, que incutia essa crítica ao Império, ficou conhecida como *geração de 1870*.

Segundo Angela Alonso, a geração de 1870, é diversificada, sendo composta, por exemplo, por novos liberais, liberais republicanos, positivistas abolicionistas, federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo; sendo que todos esses grupos sofriam uma situação de marginalização.<sup>434</sup>

Essa geração pode ser entendida como aquela que experimentou a junção do repertório europeu e da própria tradição imperial, esta última na qual eles foram formados. Contrariando esse sentido, estão as interpretações que caracterizam a geração 1870 a partir da ideia de imitação das teorias europeias. Esta dissertação aproximou-se da tese de Angela Alonso, de acordo com a qual, esse movimento que marcou o final do império deve ser lido a partir do conceito de apropriação e não de imitação.

Esse mesmo presente também é marcado por instituições que tem como objetivo construir uma narrativa histórica nacional. Um desses locais foi fundado em 1838, sob a proteção Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo objetivo era construir uma narrativa nacional que integrasse e, ao mesmo tempo, desse cor ao ser brasileiro.

A escrita da história deveria articular três tempos distintos: passado, presente e futuro. O passado que irá compor a história nacional era objeto de disputas, em meio as quais os sentidos da história brasileira eram construídos. O presente acaba funcionando como a instância que seleciona quais passados a escrita da história nacional irá privilegiar. Todas essas questões estão concatenadas aos diferentes projetos de futuro em questão, que terão, em grande parte, seus rumos dados através do que o presente constrói sobre o passado.

A proclamação, nesse sentido, é encarada por muitos como uma evolução social, uma etapa do progresso nacional, sendo o Império visto como uma etapa que deveria ser ultrapassada.

Para além da mudança política, que, como sabemos, reverbera em muitas outras instâncias, o perfil de historiador vai diferenciando-se dos inúmeros outros homens de letras, vai adquirindo características peculiares para exercer o seu ofício, no momento em que as

<sup>433</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915.

<sup>434</sup> ALONSO, Angela. Apropriação de Idéias no Segundo Reinado. In: Grinberg, Keila ; Salles, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889)*. 1ed.rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 83-118.

distinções disciplinares não eram tão claras. São essas características que busquei investigar durante toda a dissertação.

A característica que contribuía para a diferenciação e, ao mesmo tempo, tornou-se indispensável para o trabalho do historiador, era a busca documental. O uso de documentos era necessário e primordial para o trabalho do historiador. Ao mesmo tempo em que o documento servia como prova do fato, assim como atestava veracidade daquilo que estava sendo narrado.

De acordo com Angela de Castro Gomes:

A historiografia do Brasil como toda aquela que se conforma no século XIX europeu sob os auspícios da influência historicista, constrói-se no culto ao documento escrito e no rigor do método crítico que assenta o vínculo entre verdade e prova documental. A reconstituição dos fatos do passado no tempo, através da comprovação minuciosa de tudo o que era afirmado, distanciava o trabalho historiográfico das reflexões sócio-literárias e sociopolíticas a que "os historiadores" também podiam se aplicar.<sup>435</sup>

Outra questão presente e de grande pertinência para os letrados que analiso, diz respeito à crítica, uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Crítica essa que passa por diversas etapas. A primeira delas diz respeito aos documentos que irão compor à pesquisa do historiador. A segunda remete à análise dos trabalhos já produzidos anteriormente, com o objetivo de criar todo um inventário crítico, tanto dos antigos, quanto relacionado aos trabalhos produzidos pelos seus contemporâneos.

Além da crítica, outra preocupação que o historiador deve ter gira em torno de quais temáticas, fatos e personagens narrar. Não mais apenas eventos políticos e militares devem ser objeto de estudo para o historiador, mas, sim, diversos dados que compõem a vida humana, entre eles a vida do *povo*.

Vida humana essa que não perde sua eficácia pedagógica, uma vez que os eventos e personagens continuam a funcionar como fonte de lições e ensinamentos. Entretanto, não apenas grandes generais e líderes políticos figuram nesse rol de ações a serem imitadas, mas o povo entra em cena como um personagem que deve figurar no livro da história nacional. E um dos meios de legitimar o estudo da história é a educação. A mesma deve servir para a nação, narrando os fatos passados que elevavam o país, através das suas glórias passadas.

Tal questão levanta outra necessidade: a história deve ser *reescrita*. A narrativa histórica precisa ser constantemente reformulada, pois deve atender a novas demandas, novos personagens e novos objetivos, diferentes, principalmente, daqueles contemplados pelo Império.

E muitos dos trabalhos já produzidos sofrem devido a *fatos mal averiguados*, o que acaba criando inúmeras fábulas e lendas. Ambas devem ser excluídas da história nacional, devem dar lugar à uma história *séria, verídica e sensata*.

E essa história que busca os foros de verdade deve ser construída à luz de outros campos de saberes, principalmente a geografia e a sociologia. O saber histórico deveria utilizar essas outras formas de conhecimento para chegar mais perto da verdade e de uma narrativa que atenda às demandas nacionais.

E, para além do diálogo com outros campos do saber, a história nacional é defendida por muitos como possuindo um estatuto de cientificidade, que é uma das características da concepção moderna de história, juntamente com o já citado método crítico.<sup>436</sup>

---

<sup>435</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 122.

<sup>436</sup> Ver GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Apesar da busca pelo status científico, nem todos defendiam esse posicionamento. Um exemplo é Pedro Augusto Carneiro Lessa, que através do seu trabalho publicado na Revista do IHGB, *Reflexões sobre o conceito de história*, defende o estatuto não científico da história. Sua defesa parte do pressuposto de que a história não trabalha com leis, que ela trata do único, que as ações humanas não se repetem, ao passo que compreende a ciência como relacionada à leis, ao que se repete ou apresenta regularidades. Logo, de acordo com esse autor, a história não é ciência, o que não diminui à importância do saber histórico. Segundo ele: "não conheço missão mais augusta".<sup>437</sup> Missão essa que tem na educação um dos seus meios de divulgação e que deve ensinar sobre o passado nacional, demonstrando aos *cidadãos brasileiros a cartilha de patriotismo*, que deve ser uma importante ferramenta para a construção da nação brasileira.

E, por fim, um dos elementos que compõem a história dessa nação é a natureza, que, ao mesmo tempo em que eleva a grandeza nacional, nos diferencia das outras nações, situando o país como único entre as grandes civilizações. A natureza, nesse sentido, funciona como um elemento diferenciador e ao mesmo tempo integrador. O território e a sua natureza não são apenas aspectos físicos e naturais, pois possuem um valor simbólico, alimentando argumentos de ordem social, política e histórica. Fazem parte da narrativa histórica da nação.

Portanto, escrever história e ser historiador no fim do Império e na Primeira República é um empreendimento que necessita de fôlego. É um trabalho dotado de regras, que passa desde o trato com as fontes, pela análise crítica, pelo cuidado com a utilização de diversos outros saberes, até a concretização da narrativa histórica, que tem na divulgação pela educação um dos seus meios. As três etapas da operação historiográfica apontada por Michel de Certeau, que consiste, de acordo com ele: em uma prática, um lugar social e um texto<sup>438</sup> estão presentes e estão diluídas no corpo dos trabalhos dos letrados aqui analisados.

---

<sup>437</sup> LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285.

<sup>438</sup> Ver CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

ABREU, Capistrano de. João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. *Ensaios e Estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INEP / MEC, 1977, p.81-91.

ALMEIDA, Candido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 39, II parte, 1876, pp. 5-24.

\_\_\_\_\_. Notas a história pátria- Segundo artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.163-247.

\_\_\_\_\_. Notas a história pátria- Terceiro artigo. *Revista do IHGB*, tomo 40, II parte, 1877, pp.277-373.

\_\_\_\_\_. Notas a história pátria- Quarto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 41, II parte, 1878, pp.71-141.

\_\_\_\_\_. Notas a história pátria- Quinto artigo. *Revista do IHGB*, tomo 42, II parte, 1879, pp.141-205.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do IHGB*, tomo 57, II parte, 1894, pp. 259-290.

\_\_\_\_\_. *Como cumpre escrever a Historia Patria*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. C. Villeneuve & C, 1876.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9-18, 1839.

Carta a Lino de assunção [12/03/1855], CCA, vol. 3

CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *Revista do IHGB*, tomo 52, I parte, 1889, pp. 499-509.

Extrato dos Estatutos”. *RIHGB*, tomo I, p.18, 1839.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285.

Parecer da comissão para a admissão de João Ribeiro. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915, pp. 623-632.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil*, *RIHGB*, tomo VI, p.389-411, 1844.

\_\_\_\_\_. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1982.

MATTOS, Raimundo da Cunha e BARBOSA, Januário da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *R.IHGB*, tomo I, 1839.

RIBEIRO, João. Discurso de posse. *Revista do IHGB*, tomo 78, II Parte, 1915.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire-. *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *Revista do IHGB*, tomo 55, II parte, 1892, pp.97-140.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª. edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição.

### **Bibliografia:**

ABREU, Capistrano de. João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio e Estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INEP / MEC, 1977, p.81-91.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos - A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, número 44, p. 35-55.

\_\_\_\_\_. *Idéias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Apropriação de Idéias no Segundo Reinado. In: Grinberg, Keila ; Salles, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume III (1870-1889). 1ed.rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 83-118.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos – Dossiê Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 1988, p. 28-54.

ARENDETT, Hannah. *O conceito de história – antigo e moderno*. 1ª edição 1954. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 2000, p. 69-126. Coleção Debates, 64.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, p. 9-18, 1839.

BRUTER, Anne. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: a História ensinada no século XVII. *História da Educação*, UFPEL, n. 19, abril 2006, p. 7-21.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*, Lisboa, ICS, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *Historia* - Unisinos, setembro/dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: Estudos de historiografia brasileira. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org)... [et al]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História e Cultura*, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun., 2003.

\_\_\_\_\_. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, 2006, p. 30-41.

\_\_\_\_\_. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos*, Maringá, vol. 8, n. 1, 2004, p. 11-30.

\_\_\_\_\_. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 43-80.

DETONI, Piero. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Mariana: UFOP, dissertação de mestrado em história, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. 1a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.17, 1992, p.7-30.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: Manoel Barros da Motta (org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2006. (Ditos e escritos; III), p. 264 – 298.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História, o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*, vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 425-465.

GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Rio de Janeiro: UFF- Dep. de História, tese de doutorado, 2006.

\_\_\_\_\_. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim: “pensador da história” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 - 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre a monarquia e a República: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, tomo 156, vol. 388, 1995.

\_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação: Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil In: CARVALHO, José Murilo (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1988. p.5-27.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Livros de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da história. In: Rios, Kenia e Furtado, João E. (orgs). *Em tempos de história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. In: *Ágora (UNISC)*, v. 11, 2005.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & Fisonomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro, Access, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Do Império à República [1972]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. VII. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2007.

\_\_\_\_\_. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUC-RS, tese de doutorado em História, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. . *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC, 2007.

LAMB, Nayara Emerick. As ficções históricas na páginas de Plutarco Brasileiro. Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio.

LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 22, p. 179-196, 2009.

\_\_\_\_\_. Da expedição científica à ficcionalização da Viagem. Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 21, p. 115-132, 200

\_\_\_\_\_. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 15, p. 73-91, 1995

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p. 163-171.

MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo, pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: Ilmar Rohloff de Mattos. (Org.). *Histórias do ensino da História do Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Access, 1998, v. 1, p. 31-44.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. GONCALVES, Tatiana Mol. Inventando a historiografia mineira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua 'primeira fase', 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, v. 6, p. 93-109, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, nº 4, 1989, p.172-189.

\_\_\_\_\_. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história- A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

\_\_\_\_\_. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927). Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

\_\_\_\_\_. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1aed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v. , p. 216-239.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? In: *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 6, março de 2011.

PEREIRA, Luisa Rauter. Uma História do Conceito Político de Povo no Brasil: Revolução e Historicização da Linguagem Política. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São

Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 193-211.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, tese de doutorado em história, 2012.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado em História, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, nº 2, março de 2009, p 12-28.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

#### **Sites:**

[http://www.anm.org.br/conteudo\\_view.asp?id=144](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=144) (acessado em 18/05/2015).

[www.sociedadeamante.org.br](http://www.sociedadeamante.org.br).